UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

LUANA MAIA PINTO

“EU VIM BUSCAR MACAXEIRA E INHAME”:

UMA EXPERIÊNCIA ENTRE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM RIO TINTO/PB

JOÃO PESSOA - PB
2018

LUANA MAIA PINTO

“EU VIM BUSCAR MACAXEIRA E INHAME”:

UMA EXPERIÊNCIA ENTRE BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM RIO TINTO/PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Pedro Francisco Guedes do Nascimento.

JOÃO PESSOA - PB

2018

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P659e Pinto, Luana Maia.
"Eu vim buscar Macaxeira e Inhame": uma experiência entre beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Rio Tinto/PB / Luana Maia Pinto. - João Pessoa, 2018.
130 f. : il.

Orientação: Pedro Francisco Guedes do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCAE-CCHLA.

1. Políticas Públicas. 2. Etnografia. 3. Programa de Aquisição de Alimentos. 4. Gênero. I. Nascimento, Pedro Francisco Guedes do. II. Título.

UFPB/BC

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

LUANA MAIA PINTO

"EU VIM BUSCAR MACAXEIRA E INHAME": UMA EXPERIÊNCIA ENTRE AS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM RIO TINTO-PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

Resultado: APROVADA

Em: 29 de agosto de 2018.

Banca examinadora

Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento
(Orientador)
PPGA/UFPB

Profa. Dra. Marcia Reis Longhi
(Examinadora Interna)
PPGA/UFPB

Profa. Dra. Jeane Félix da Silva
(Examinadora Externa)
PPGE/UFPB

Para minha “voinha”, Maria da Conceição Maia (Sunção).

In memoriam

AGRADECIMENTOS

"A vida é a arte do encontro", já dizia o poeta. Chegar ao fim deste ciclo de formação não teria sido possível sem a colaboração, mesmo que indireta, de algumas pessoas e instituições as quais não poderia deixar de mencionar e agradecer. Ao olhar para trás me alegro ao perceber que a trilha, apesar de cansativa, foi prazerosa. Agradeço a Deus - em suas mais variadas formas- por tudo que vivi, todas as dores e amores, mas principalmente pela força e a coragem para superar o que muitas vezes julguei como "insuperável".

Agradeço a minha voinha (in memoriam), mãe, irmã e sobrinha. Por todo carinho que tiveram, por suportarem as minhas variações de humor, crises de ansiedade, por entenderem a minha indisponibilidade. Quero agradecer pelo otimismo e a confiança que demonstraram, pelas diversas orações e abraços em momentos de desesperança. Agradeço também ao meu pai (in memoriam) por todo o incentivo, amizade e por sempre ter acreditado em mim, mesmo que do outro lado da vida.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos, responsáveis por me fazer esquecer do mestrado quando isso foi preciso. Sou grata pelas variadas conversas, por todas as músicas, sorvetes, passeios, o colo cedido em momentos de dor e todas as gargalhadas nos instantes em que pude apenas esquecer de tudo. Filipe Tállysson, Gabi Lemos, Jeane Paulo, não sei o que seria de minha saúde mental sem vocês!!

Agradeço a meu parceiro e cúmplice, Ilberto Canuto. Por estar ao meu lado nos momentos de alegria e de dificuldade, por me fazer acreditar em minha competência. Sou grata por sua dedicação, companheirismo e carinho, por todo cuidado que me dedica e também pelas pequenas coisas: desde o chocolate nos momentos de estresse até o despertador às 8:00h.

Agradeço a todos os professores da graduação em Antropologia, também aos amigos que conheci neste processo de formação. Acredito que todo este caminho só se tornou possível graças ao incentivo de vocês. A todos vocês, sem exceção, meu agradecimento. Devo agradecer especialmente aos professores Alessa Souza, Luciana Ribeiro, Marco Aurélio, Oswaldo Giovannini, Silvana Nascimento, Rosemary Marinho, Estevão Palitot, Alexandra e Fábio mura. Em alguns momentos vocês foram bem mais que professores, mas sim verdadeiros amigos. Durante os anos da graduação tive oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas, verdadeiros amigos: Verônica Guerra, Almir Pereira, Edinir Rodrigues, Geraldo Júnior, Ivandiely Menezes, Caio Lisboa,

Silvana Moreira, Nalva Santos, Marcela Alves, Lívia Mororó, Isabelisa Cordeiro e tantos outros.

Um sincero agradecimento a todos os que fazem o PPGA/UFPB em Antropologia, professores, alunos e demais servidores. Muito do que sou e da forma como vejo, percebo e atuo no mundo é o resultado de uma interação que ocorre entre todos os sujeitos que cruzaram a minha vida. A decisão de entrar para o programa foi minha, mas o resultado de tudo o que aconteceu após este momento eu devo aos professores e colegas de curso com quem tive o prazer de conviver durante estes dois anos.

Um agradecimento especial as professoras Ednalva Maciel, Marcia Reis Longhi, Maristela Andrade, Patrícia Goldfarb, além de todos os professores que já conhecia e fizeram deste caminho um processo enriquecedor. Aos amigos de turma, agradeço por toda parceria e comunicação, por dividirem as experiências e compartilharem comigo as alegrias e aflições desta vida acadêmica. Bianca, Sheila, Uliana, Filipe, Jessyca, Sassá, Socorro (Help!), Luarna, Edilza, Walkiria, Lucas, Mourrambert, já sinto saudades do café no intervalo e dos encontros etílicos do final de semana. Agradeço também aos grupos de pesquisa, GUETU e Mandacaru. É inexplicável o sentimento de pertencimento. Sou grata a todos os momentos, seja de pesquisa ou de descontração.

Em especial, agradeço ao professor Pedro Guedes Nascimento. Acredito que nada disso teria sido possível sem os seus conselhos, orientações e, sobretudo, sua paciência e amizade. Aproveito para me desculpar pelas possíveis faltas e defeitos que esta dissertação apresenta, me responsabilizo inteiramente. Contudo, qualquer mérito presente neste texto, só foi possível graças aos seus toques. Agradeço por orientar de forma competente, paciente e respeitosa todo o processo desta pesquisa, desde a definição do objeto até a escrita. A você meu reconhecimento, carinho e admiração.

Aproveito para agradecer a equipe do CRAS de Rio Tinto/PB, todas as servidoras que dividiram comigo os seus conhecimentos, experiências, conversas de recepção e cafés da manhã. Agradeço também a todas as mulheres que conheci neste caminho. Este trabalho não seria possível sem a ajuda de vocês, agradeço as conversas na fila, os vários momentos de descontração, a confiança que me deram. De forma especial, agradeço as *"interlocutoras"* que me receberam em suas casas e dividiram comigo as suas histórias. Foi lindo, guardarei estes momentos com muito amor!!

RESUMO

A Segurança Alimentar e Nutricional é objeto de amplo debate a respeito dos principais objetivos de planejamento e construção das políticas públicas no Brasil. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, no início do governo Lula, como parte do programa Fome Zero. Dentre os principais objetivos, a ação busca assegurar o acesso aos alimentos por pessoas que vivem em condições de insegurança alimentar e/ou nutricional, estimulando também a agricultura familiar por meio de compras governamentais de alimentos. A modalidade "compra com doação simultânea", parte do que forma o PAA, foi a ação a qual tive a oportunidade de conhecer e vivenciar. Durante o desenvolvimento deste trabalho - entre os anos de 2017 e 2018 - me propus a acompanhar o movimento do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Rio Tinto/PB, no intuito de observar as diversas relações que se passam dentro deste órgão e de analisar os sentidos associados à prática das políticas sociais. A etnografia realizada contribuiu para a coleta de dados, partindo da convivência e da execução do programa junto ao grupo de beneficiárias e servidoras do CRAS. Apresentando as formas de atuação e as relações entre os atores estatais e a sociedade, procuro destacar algumas discussões relacionadas à visibilidade de gênero, matricialidade sociofamiliar, pobreza e vulnerabilidade. Apesar de conceitualmente impreciso, o termo vulnerabilidade social reforça o entendimento a respeito dos diversos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício de sua cidadania. Esse acompanhamento efetivo de um programa voltado à segurança alimentar e nutricional tem como suporte analítico as questões referentes às tecnologias e aos dispositivos de governo, biopoder e biopolítica. As políticas de Assistência Social podem ser pensadas como uma rede, em que uma ação estará ligada a outras. Portanto, ao pesquisar o/no PAA e adentrar a vida comum dessas mulheres beneficiárias, pude conhecer de que maneira tais ações estão ligadas à gestão da vida do seu grupo familiar.

Palavras chave: Políticas Públicas, Etnografia, Programa de Aquisição de Alimentos, Gênero.

ABSTRACT

Food and Nutritional Security is the subject of a wide debate about the main objectives of planning and building public policies in Brazil. The Food Acquisition Program (PAA) was created in 2003, at the beginning at Lula's government, as part of the Fome Zero program. Among the main objectives, the action seeks to ensure access to food by people living in conditions of food and/or nutritional insecurity, also encouraging family farming through government food purchases. The "purchase with simultaneous donation" modality, part of what forms the PAA, was the action that I had the opportunity to get to know and experience. During the development of this work - between the years 2017 and 2018 - I set out to accompany the movement of the Social Assistance Reference Center (CRAS) in the municipality of Rio Tinto/PB, in order to observe the various relationships that take place within this and analyze the meanings associated with the practice of social policies. The ethnography carried out contributed to the data collection, starting from the coexistence and execution of the program with the group of beneficiaries and servers of CRAS. Presenting the ways of acting and the relationships between state actors and society, I try to highlight some discussions related to gender visibility, social and family matrix, poverty and vulnerability. Despite being conceptually inaccurate, the term social vulnerability reinforces the understanding of the various factors that weaken subjects in the exercise of their citizenship. This effective follow-up of a program aimed at food and nutrition security is based on analytical support for issues related to government technologies, devices, biopower and biopolitics. Social Assistance policies can be thought of as a network where one action will be linked to others. Therefore, by researching the PAA and entering into the common life of these women beneficiaries, I was able to learn how these actions are linked to the management of the life of their family group.

Keywords: Public Policies, Ethnography, Food Acquisition Program, Gende

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES:

Figura 1 - Área total do município de Rio Tinto e distribuição espacial.....21

Figura 2 - Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – 2010.....22

Figura 3 - Serviços de referência do CRAS Rio Tinto/PB - Fonte: Acervo da pesquisa 48

Figura 4- Distribuição urbana – Rio Tinto 56

Figura 5- Áreas de referência do CRAS – Rio Tinto 57

Figura 6- Tabela de modalidades PAA – Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 66

Figura 7- Fachada do CRAS e carros de transporte dos alimentos – fonte: Acervo de pesquisa 69

Figura 8- Pré-pesagem e anotações sobre fornecedor e carga - fonte: Acervo de pesquisa.....72

Figura 9- Pesagem e avaliação – fonte: Acervo de pesquisa.....73

Figura 10- Descarregando o inhame após a pesagem – fonte: Acervo de pesquisa.....73

Figura 11-: Separação inicial do Kit – O valor da bacia – fonte: Acervo de pesquisa.....79

Figura 12- Kit médio – primeiro plano/kit maior – segundo plano – fonte: Acervo de pesquisa 79

Figura 13- A dominação masculina (?) – fonte: Acervo de pesquisa.....81

Figura 14- A fila por trás da porta – fonte: Acervo de pesquisa 83

Figura 15- A espera na fila – fonte: Acervo de pesquisa.....84

Figura 16- Pegando os kits – fonte: Acervo de pesquisa.....89

Figura 17- De saída – fonte: Acervo de pesquisa.....91

Figura 18- O carrinho e o seu vigia – fonte: Acervo de pesquisa 92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CDS	Compra com Doação Simultânea
CF	Constituição Federal
CIBs	Comissões Intergestores Bipartites
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CTRT	Companhia de Tecidos Rio Tinto
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de alimentos
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

I CNSA	I Conferência Nacional de Segurança Alimentar
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
NIS	Número de Inscrição Social
NOB	Norma Operacional Básica
ODM	Objetivos do Desenvolvimentos do Milênio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PFZ	Programa Fome Zero
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRODEA	Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
SAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SISPAA	Sistema Informatizado de Gestão do Programa de Aquisição de Alimentos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

Sumário

INTRODUÇÃO:.....13
CAPÍTULO 1: 18
O UNIVERSO DA PESQUISA: 18
Rio Tinto: Um passado ainda presente.....18
Cenário atual/Rio Tinto em números 20
Por onde andei: uma trajetória em diferentes mundos 22
METODOLOGIA 29
De dentro: O exercício de conhecer e fazer acontecer 30
Entre Mulheres, macaxeiras e inhames: As experiências com o PAA.....34
De fora: As "mulheres" por trás do "programa" 41
CAPÍTULO 2: 44
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE REFERÊNCIA: 44
Da teoria à prática. 44
Vulnerabilidade Social? A "pobreza" que se fala e a que se vê.....48
Territorialização e um "Porque a Vila Regina?".....51
A Mulher da casa: notas sobre proteção social, matricialidade sociofamiliar e relações de gênero.....58
CAPÍTULO 3: 63
DO FOME ZERO AO PAA: 63
Compra com doação simultânea: De onde vem? O que come? 67
Hoje tem PAA: notas de uma etnografia bem alimentada! 74
CAPÍTULO 4: 93
AOS ARREDORES DO CENTRO:.....93
Fabiana: "Eu sou daquelas índias cismadas" 94
Dona Maria: "A minha vida sempre foi assim, sempre passando necessidade".....103
O caso de Crystal: "uma criança cuidando de outra criança, nunca gostei disso."....113
(POSSÍVEIS) DISCUSSÕES FINAIS:.....119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 124

INTRODUÇÃO:

Os debates a respeito do enfretamento à pobreza e à fome vêm ganhando destaque no Brasil. Mesmo que não seja um problema recente, apenas nas últimas décadas esta pauta ganhou visibilidade dentre as discussões políticas e acadêmicas do país. Em uma retrospectiva sobre o assunto, no ano de 1946 o pensador Josué de Castro transgrediu concepções que predominavam na sociedade. Castro questionou e rompeu com as convicções de que a fome e a miséria do mundo seriam um resultado do excesso populacional e da escassez de recursos naturais, abrindo espaço para uma elucidação onde a fome e a miséria deixariam o seu viés natural e passariam a ser consideradas como questões de interesse e responsabilidade política, econômica e social (CASTRO, 1953).

Tais problemas tornaram-se os grandes desafios do século XXI. Contudo, sua iminência foi sentida de forma mais evidente em meados da década de 90, frente a movimentos que se instalaram no país. A publicação do "Mapa da Fome", finalizado no ano de 1993 pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA), esclarecia as condições de vida de 32 milhões de brasileiros defrontados com a fome (PELIANO, 1993). Para além de ações políticas emergenciais - como a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) - manifesta-se a elaboração da Ação da cidadania contra a Fome, a Miséria e pela vida [1]", liderada por Herbert de Souza[2], sociólogo e diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

Apesar de suprapartidária, a ação ganha grande repercussão política, acalorando críticas ao programa que apontavam o seu caráter paliativo uma vez que não atingia a essência dos problemas da fome e da miséria. Em meio a estas discussões, foi organizada a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA), dando ênfase à iniciativa de ações estruturais. A I CNSA pode ser considerada uma referência na história das políticas públicas do Brasil, trazendo

[1] Batizada como "Ação da cidadania contra a Fome, a Miséria e pela vida", a campanha ficou popularmente conhecida como "campanha da fome" e, também, como "campanha do Betinho".

[2] Betinho, como era popularmente conhecido, buscou articular diversos atores no âmbito da sociedade civil, do Estado e comércio. Devido a sua popularidade e a história de militância política, a "campanha da fome" ganha forte repercussão social, resultando na instalação de diversos comitês espalhados por todo país. O sucesso da ação se dá sob fortes laços de solidariedade. A doação e a arrecadação de alimentos seriam o forte da ação proposta por Betinho, contudo, diversas outras atividades foram desenvolvidas, a exemplo do "Jogo da paz: sem fome, sem violência", "beleza contra a fome" e o projeto "Natal sem fome" (STACCIARINI, 2002).

como desdobramentos a definição de eixos e prioridades para uma política de segurança alimentar (I CONFERÊNCIA, 1994).

Neste processo, dadas as mudanças no cenário político e econômico do país[3], a pauta da nutrição e das políticas sociais seguiram caminhos sinuosos. Por mais que não caiba neste trabalho uma discussão aprofundada a respeito de cada plano de governo e os avanços relacionados à política de segurança alimentar e nutricional, apresentar um breve resumo sobre o desdobramento desta ação torna-se importante para a compreensão a respeito de sua evolução enquanto questão política no Brasil.

O projeto Comunidade Solidária, adotado em 1995, foi a proposta apresentada por Fernando Henrique para substituir o CONSEA, buscando incorporar avanços às antigas políticas de combate à pobreza e à desigualdade. De fato, não há como negar as contribuições do governo de Fernando Henrique Cardoso para as políticas sociais. Entretanto, como colocado por Lavínia Pessanha, a ação do governo retirou a base das discussões da fome e da segurança alimentar e passou à questão da pobreza. Ademais, segundo a autora, a garantia da estabilidade monetária gerava tensões entre os objetivos econômicos e os sociais da política pública (2002).

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso o tema da segurança alimentar perdeu a força, deslocando-se para o segundo plano das ações governamentais. É justamente neste período que se percebe o crescimento da desigualdade social, tendo em 1999 o grau de desigualdade mais elevado das últimas décadas. O ressurgimento do tema da segurança alimentar destaca-se no período da campanha eleitoral subsequente, levando ao lançamento do "Projeto Fome Zero", do Partido dos Trabalhadores, em 2001 (PESSANHA, 2002).

O programa Fome Zero (PFZ) apresenta o combate à fome e à miséria como prioridade, fazendo com que a Segurança Alimentar e Nutricional torne a aparecer como base para as estratégias de desenvolvimento. Sendo uma das principais bandeiras do candidato eleito Luiz Inácio Lula da Silva, O PFZ[4] busca dar aos seus conceitos um enfoque que vai para além da fome. Assim, a segurança alimentar seria tomada como um princípio, incluindo aos pressupostos básicos à satisfação das necessidades humanas.

---

[3] A posse do novo governo, em janeiro de 1995, se deu sob os primeiros efeitos do Plano Real e de ajuste econômico iniciado no governo anterior.

[4]o Projeto Fome Zero foi transformado em política de Estado no primeiro ano do Governo Lula, passando de um projeto para um "Programa" estruturado por meio do Ministério Extraordinário de Combate à Fome – MESA e do Gabinete de Mobilização Social, alocado na assessoria da Presidência da República.

Dentro desta perspectiva, após o desenvolvimento destas ações e da criação do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), as Políticas Públicas direcionadas à Assistência Social ganharam força. O propósito fundamental seria o combate às desigualdades sociais, fome e pobreza a partir do fomento de programas voltados à inclusão de pessoas em vulnerabilidade social e a promoção de segurança alimentar e nutricional (SAN) para grupos de risco.

Inicialmente este trabalho surgiu com a preocupação de entender mais afundo estas políticas sociais. Os questionamentos eram motivados principalmente pela repercussão de algumas ações, as acaloradas críticas e exaltações que se manifestavam em diferentes grupos da população e da imprensa nacional e internacional. Tomei como base de análise o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS - de Rio Tinto-PB, cidade onde já havia realizado pesquisas anteriores e já possuía certa familiaridade. O CRAS, também conhecido como "Casa das famílias", é uma das unidades reguladas pelo Sistema Único de Assistência Social. Sua principal finalidade é vincular uma rede de proteção social básica, voltada à população em situação de vulnerabilidade social.

Estes Centros estão distribuídos por todo território nacional, onde uma série de serviços são ofertados buscando garantir uma atenção integral às famílias de determinado território. As apreciações desenvolvidas partiram essencialmente da pesquisa de campo. Durante alguns meses me preocupei em acompanhar os expedientes do CRAS, alcançando uma aproximação com a equipe de servidoras e com algumas pessoas que procuravam no Centro a resolução de algumas demandas. Os temas foram escolhidos diante dos acontecimentos cotidianos, ganhando destaque o momento da efetuação deste Centro como um dos núcleos de ação do programa Fome Zero no município.

A "Compra com doação simultânea", uma das modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), toma o centro das discussões presentes neste trabalho. Mesmo que inicialmente a minha atenção não estivesse voltada a investigar as ações de um programa específico, não posso negar a relevância que ganhou no desenvolvimento deste trabalho. Em uma perspectiva geral, diria que as discussões apresentadas estão voltadas a investigar o "PAA"[5] enquanto política de assistência social, suas normas e implementações. Servindo também como plano de fundo para uma aproximação efetiva com as beneficiárias, procuro entender a forma como entendem e se servem desta e de outras ações das políticas sociais.

[5] Ao me referir a modalidade "compra com doação simultânea" usarei a sigla do programa a que está vinculado, o PAA. Além da facilidade de referência, a equipe de servidoras do CRAS usa desta nomenclatura como alusão à ação.

Uma das principais contribuições da Antropologia para este estudo pode ser vista através do seu caráter empírico. A etnografia permite a indagação de práticas daqueles que são incumbidos do cumprimento das políticas públicas, destacando a dimensão subjetiva destas ações. A análise e descrição das diversas relações sociais constituídas a partir da implantação de uma política possibilitam o entendimento dos progressos e impedimentos que se mostram a partir da intervenção do poder público.

Analisar as políticas públicas sob a luz da antropologia permite um estudo denso que busca desde as leituras de normativas federais até as ações habituais da gestão no nível municipal. O conceito de dispositivo pensado por Foucault torna-se essencial para pensar as políticas públicas como parte de um dispositivo de gestão. O dispositivo "está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no" (AGAMBEN, 2009, p.28). O exercício do poder do Estado estaria ligado ao controle, ao governo das coisas e da conduta das pessoas. Tal feito seria possível através do funcionamento de determinados dispositivos organizadores de tal ordem.

Desta forma, refletir as políticas públicas através deste olhar permite uma análise das leituras de documentos oficiais em encontro com as ações cotidianas da gestão no nível municipal. Os argumentos trazidos a esta dissertação estão organizados em quatro capítulos, a partir deles procurei aprofundar algumas questões que surgiram no andamento desta pesquisa.

No primeiro capítulo procurei apresentar o "universo da pesquisa" a partir do contexto sócio-histórico-cultural do local em que procurei desenvolvê-lo. Apresentar as singularidades da cidade de Rio Tinto-PB, sua formação, assim como os diversos caminhos que percorri durante os anos em que pesquisei na região. Procuro expor toda uma rede de relações, tanto no que diz respeito ao seu território quanto pela distribuição do espaço social[6] encontrada no município. Esta contextualização tem por objetivo construir uma perspectiva analítica do cenário em que o trabalho foi realizado, destacando suas relações políticas e os processos e produtos das relações sociais.

As discussões trazidas ao segundo capítulo dão conta de responder questões referentes a Assistência Social enquanto dever do Estado, apresentando as bases nas quais se constitui e o *"modus operandi"* desta política pública. Partindo da visão macro de como funciona a ação

[6] O conceito de "Espaço Social" foi utilizado por Bourdieu (2013) para pensar as relações de poder entre classes e campos sociais distribuídos em determinado espaço físico. Nos termos deste trabalho eu não procuro - inicialmente - problematizar tais relações, apenas apresentar a distribuição social no município de Rio Tinto, condição indispensável para analisar as ações das políticas públicas que propus investigar.

governamental em programas sociais, torna-se possível compreender as práticas locais do Centro de Referência da Assistência Social em Rio Tinto – PB. Chegando, por fim, ao recorte dado às experiências vividas entre algumas beneficiárias e mulheres que buscam auxílio do Programa de Aquisição de Alimentos.

Procuro apresentar a definição dos sujeitos a que se destinam as ações do Centro de referência, analisando o conceito de vulnerabilidade social e a sua ligação com o que entendemos por "pobreza". Elucidar as principais diretrizes necessárias à Proteção Social torna-se fundamental para a percepção do significado desta. Portanto, as categorias de territorialização e matricialidade sociofamiliar serão discutidas, indicando também alguns dados particulares ao município e de que forma são utilizadas pela rede socioassistencial.

No terceiro capítulo apresento um panorama a respeito do que é o programa Fome Zero e como o Programa de Aquisição de Alimentos está a ele associado. Destarte, explicando como a "fome" entra na pauta das ações sociais voltadas a esta "pobreza que se vê", buscarei dar sequência às discussões que são fruto do trabalho etnográfico realizado. Apresento o PAA como um agente no salão do CRAS, onde - por meio de suas operações - pude observar a prática de um programa social, as diversas relações, ressignificações e os conflitos que se colocam no meio de sua execução.

Por fim, como forma de aprofundar algumas reflexões, o quarto capítulo é dedicado a uma análise das histórias contadas por 3 mulheres que conheci através do CRAS, duas delas beneficiárias do PAA. Neste momento da pesquisa procurei não direcionar suas narrativas, deixando-as livre para que contassem o que tivessem vontade. Apresento os seus relatos e descrevo este encontro com a intenção de alcançar uma análise a respeito de cada caso, tomando como base os conceitos foucaultianos de "biopolítica", "biopoder" e "gestão da vida". Foucault coloca que "o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão" (1988, p. 134). A biopolítica trata da população. A população surge como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder.

CAPÍTULO 1:

O UNIVERSO DA PESQUISA:

Rio Tinto: Um passado ainda presente

Historicamente a cidade de Rio Tinto teve os primórdios de sua fundação no ano de 1917, e está intrinsicamente ligada a construção da Cia de tecidos que carrega o nome da cidade. "A Manchester Paraibana", como citada por alguns autores que escreveram sobre o município[7], surge como um projeto de ampliação dos negócios da família Lundgren, nome reconhecido pelos grandes investimentos na indústria têxtil, donos de casas comerciais - casas Pernambucanas e Paulistas - espalhadas de norte a sul do país, além de uma grande fábrica de tecidos na cidade de Paulista-PE.

A verdade é que Rio Tinto não existia - enquanto "cidade" - antes da construção da Cia de Tecidos Rio Tinto (CTRT). Como aponta Eltern Campina Vale, a região não passava de uma grande "Aldeia da preguiça", uma comunidade habitada por pescadores e índios, localizada às margens do Rio Mamanguape e cercada por terras pantanosas e alagadiças. Entre os anos de 1918 e 1924 a cidade-fábrica é construída. Sua edificação se dá a partir da necessidade de recrutamento de força de trabalho e é marcada pela drenagem e canalização da água, desmatamento de capoeiras e mudança total no antigo cenário. O saneamento básico é garantido, assim como a construção de casas e equipamentos necessários à existência e segurança da população. Devido aos 25 anos de isenção de impostos que foram concedidos pelo governo do estado da Paraíba, os Lundgren tornar-se-iam responsáveis por serviços de saúde, educação, lazer e segurança da população que ali se situasse, pelo período total da vigência deste contrato. (FERNANDES, 1971; VALE,2012).

Ao longo dos anos 1930 e 1940 ocorreu uma considerável expansão da cidade fábrica, tanto através da compra de terras ao redor do engenho de preguiça quanto pela apropriação de espaços pertencentes aos índios potiguaras. A vila Regina, como é popularmente conhecida a vila de Monte-Mor, foi escolhida como um dos espaços para a implantação de uma seção da tecelagem, onde foi construído também um galpão da fábrica, uma extensão da área de

[7] Ver: FERNANDES, 1971; GOÉS, 1963.

habitação dos operários, escola, clube e outros equipamentos. Por mais que estivessem situados em área indígena, os Lundgrens sentiam-se proprietários da região, usufruindo dos recursos oriundos das terras potiguaras e dos serviços da mão de obra local.

No ano de 1951 a CTRT registra em cartório a compra de extensas propriedades nas regiões de Salema, Patrício, Preguiça, Rio Vermelho, Gameleira e alguns terrenos anexos adquiridos, aumentando consideravelmente as suas propriedades e território da vila operária. No ano de 1956, mais especificamente no dia 08 de dezembro, a sua emancipação é assinada pelo então governador Flávio Ribeiro Coutinho, em um projeto de autoria do deputado Eduardo Ferreira. Ao que parece e como é notado na bibliografia de Goés (1963), o plano de emancipar a vila-operária buscava atender a certas pretensões dos diretores da fábrica. Eltern Campina Vale pontua que desde o início da sua fundação a vila operária já detinha certa independência em relação as políticas de Mamanguape-PB, levando a pensar que a autonomia e emancipação de Rio Tinto já era considerada desde o início de sua edificação (VALE, 2008).

Tal ação de emancipação pode ser vista como projeto dos Lundgren em sua prática política na região, fato que pode ser confirmado pela posse de Arthur Lundgren como primeiro prefeito do município. Estando à frente da prefeitura do ano de 1956 até meados de 1961, quando o seu vice-prefeito, Severino do Santos toma posse do governo e administra a cidade até as eleições de 1963. É justamente por esta época, ano de 1960, que a cia de tecidos sofre o impacto da crise econômica, acarretando na demissão de boa parte dos operários, o encerramento da seção de tecelagem instalada na vila Regina e o corte de muitos dos benefícios anteriormente oferecidos aos operários.

Em seus dias atuais a cidade de Rio Tinto apresenta novas características em contraste com os antigos traços industriais. A família Lundgren ainda detém parte das propriedades residenciais, comerciais e metade do antigo prédio da fábrica sob responsabilidade de um grupo denominado "Patrimônio"[8]. Mesmo com o passar dos anos, após a falência da Cia de tecidos, a família ainda possuía certa influência política na região, estando presente em discussões da administração do município - o que provoca, muitas vezes, conflitos com a população. Mesmo que a administração não tenha mais a cara dos antigos coronéis[9], sua presença ainda é sentida

[8] O "patrimônio" está situado em um antigo prédio da cidade, e é responsável pela administração dos bens que restaram à família, entre elas o recebimento dos alugueis das casas e pontos comerciais.

[9] "Coronel" era o adjetivo usado ao fazer referência aos chefes da família Lundgren: Os mais conhecidos foram o Frederico Lundgren e o seu sucessor na administração da cidade operária, Arthur Lundgren.

e até mesmo temida por parte da população, principalmente no que diz respeito à algumas habitações e regiões.

Nas últimas décadas, dos anos 1960 até os dias atuais, uma série de disputas judiciais e de militância foram acionadas pela população local sobre o Patrimônio. Algumas mais antigas, como a petição de garantia das habitações aos antigos operários - entrando com o pedido da aquisição das casas como pagamento do Fundo de Garantia pelo tempo de serviço - e os conflitos territoriais da retomada das terras da aldeia Monte-Mor dos índios Potiguaras. Outras disputas mais atuais[10], como a ação de despejo que foi movida por herdeiros da CTRT para retirada das famílias da praia de Oiteiro (comunidade tradicional com mais de 150 de anos de residência na região) e a suposta venda de casas que ainda estavam em nome da companhia para um grupo do ramo imobiliário, o que gerou preocupação nos inquilinos que buscaram entrar com ação coletiva para o direito e prioridade na compra.

Cenário atual/Rio Tinto em números

A população de Rio Tinto é formada por grupos étnicos diversos, de acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 o número de habitantes era de 22.976, podendo ter alcançado em 2016 um número estimado de 24.090 habitantes distribuídos em uma extensão de 466,666 km². Seu território está localizado em uma grande área de preservação ambiental e sobre três terras indígenas identificadas pela FUNAI – Fundação Nacional do Índio -, as aldeias de Monte-Mor, Jaraguá e Silva de Belém. Além disso é constituído por três distritos: Rio Tinto, Barra de Mamanguape e Salema.

Grande parte do município está assegurada por órgãos de proteção ambiental, outra parte é de zona rural, servindo ao cultivo da cana de açúcar destinado às usinas da região. Possui também uma extensa faixa litorânea e o seu centro urbano, onde se encontram as regiões de Salema, Rio Tinto (central) e Vila Regina (e extensões), áreas mais populosas da cidade e que concentram o centro comercial, prefeitura municipal, unidades públicas estatais, universidade, entre outros.

[10] Esses casos foram amplamente divulgados nas redes sociais, ganhando destaque em noticiários do estado da paraíba e gerando comoção na população local.

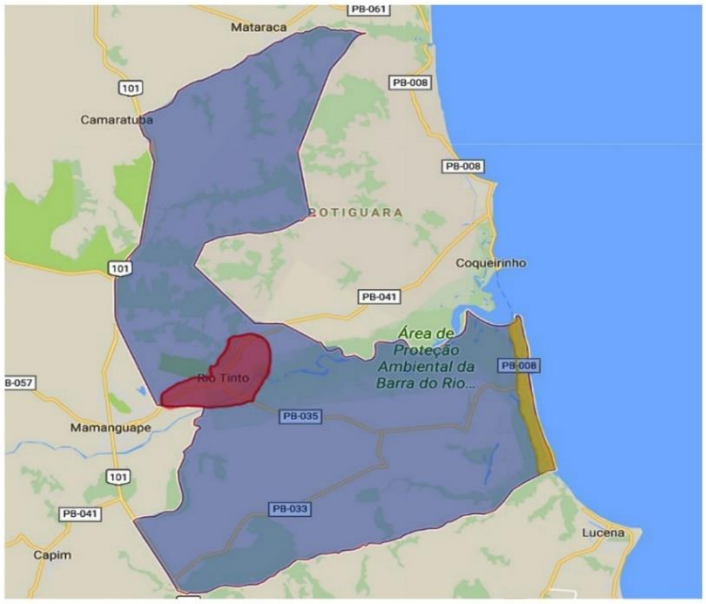

Figura 1 - Área total do município de Rio Tinto e distribuição espacial

Por mais que o marco de seu desenvolvimento tenha sido a indústria têxtil, atualmente Rio Tinto apresenta uma economia fortemente ligada aos canaviais e usinas. Entretanto, é considerável o investimento que vem sendo realizado em áreas como piscicultura, agricultura familiar e carcinicultura, além de alguns projetos para o desenvolvimento turístico que estão sendo elaborados pela prefeitura municipal e a Universidade Federal da Paraíba. O artesanato também pode ser visto como uma das atividades econômicas realizadas pelos moradores, em especial os índios Potiguaras, que comercializam seus produtos em praças e feiras livres da cidade e região.

De acordo com os dados do IBGE, censo realizado no ano de 2010, a população em idade economicamente ativa – 15 a 69 anos de idade - é de 15.368. Nesta mesma faixa etária o número de habitantes que não sabem ler e nem escrever soma 3.011. O índice de desenvolvimento humano do município de Rio Tinto é de 0,585, e reúne três indicadores de desenvolvimento: Educação, saúde e renda. A população residente está distribuída em sua maioria na zona urbana, somando 13.057 habitantes. Na zona rural este número chegou a 9.919.

A população abaixo da linha de pobreza perfaz um percentual de 41,3% do total de habitantes do município, somando também a linha de indigência. Estas proporções são

estimadas a partir de um cálculo da renda total dos moradores de cada domicílio dividido pelo número de dependentes:

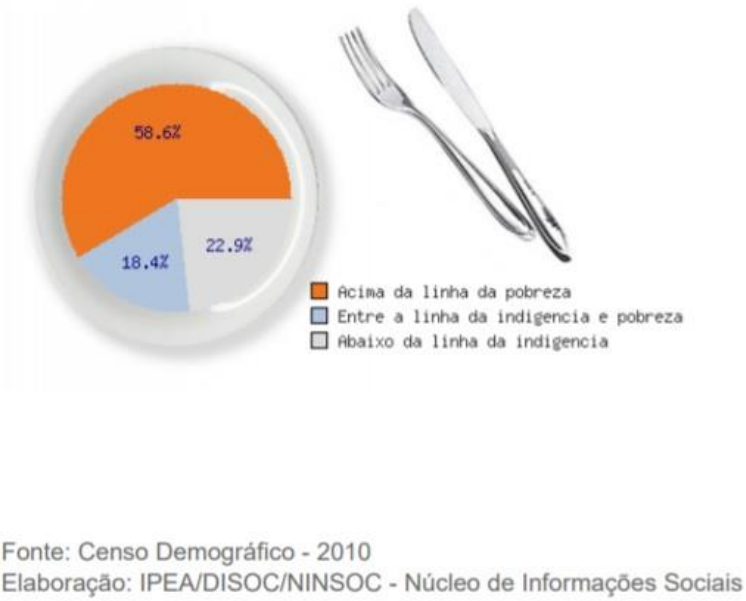

Figura 2 - Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência – 2010

As linhas "Pobreza" e "Indigência" são utilizadas nos relatórios dinâmicos de indicadores municipais em um acompanhamento do portal Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em seus critérios são considerados abaixo da linha da pobreza as famílias que possuem renda per capita de até R$ 140,0. No caso da indigência este valor será inferior a R$ 70,00. Embora esta porcentagem não chegue a 50% dos habitantes, ainda é considerada alta perante os programas dos Governos Federal e Estadual que em parceria com a prefeitura do município, visam entre outras coisas, "acabar com a fome e a miséria".

Devemos ter em mente que tais linhas são definidas apenas pelo rendimento monetário do indivíduo e seu grupo doméstico, utilizando de um cálculo que se baseia na soma de um "rendimento total" dividido por número de "pessoas" – per capita. Traçar e apontar estes dados é condição essencial para que o Estado efetive suas políticas de enfrentamento à pobreza, é através destes que se pode mensurar a validade e a efetivação de uma política pública. Entretanto, baseando-se em dados tão gerais, limitamos a pobreza a uma condição que não respeita as diferenças e não investiga ou aprofunda os mecanismos que a estruturam, tais como as desigualdades de classe, raça e gênero (ÁVILA; FERREIRA; VIEIRA, 2014).

Por onde andei: uma trajetória em diferentes mundos

Caminhar pelas ruas de Rio Tinto causa certo estranhamento a qualquer visitante desavisado. Mais do que o fascínio de conhecer um novo lugar, a cidade carrega traços bem particulares de uma antiga cidade operária. Lembro-me de passar por essa experiência. De certo modo, por não ser natural do município, ao caminhar pela cidade e observar o ambiente a primeira impressão que tive foi de deslumbramento. O estilo arquitetônico de parte dos antigos prédios, a padronização das casas e o espaço da CTRT são os principais símbolos do município. A sensação era a de caminhar em uma cidade histórica, totalmente diferente de meu local de origem. Alguns traços de "modernidade" estavam presentes, mas sempre envoltos a um clima nostálgico do que parecia ter sido a antiga vila-operária.

Devido aos anos de graduação e residência no município, com o passar do tempo fui me familiarizando. Não que seja possível naturalizar ou ser indiferente ao todo que forma a cidade, mas os contornos deixavam de ser uma surpresa e passavam a se tornar parte do meu dia a dia. Durante um longo período, aproximadamente 4 anos, a memória operária tornou-se o meu objeto de estudo: inicialmente em trabalhos de iniciação científica, onde as memórias dos tempos da CTRT, do trabalho e da família operária ganharam destaque. Depois disso, em meu trabalho de conclusão do curso de Antropologia, busquei, através de uma pesquisa com antigas operárias e suas trajetórias de vida, analisar o papel desempenhado pelas mulheres naquela sociedade (PINTO, 2015)

De fato, durante os anos da graduação eu tive a oportunidade de transitar entre os diferentes "mundos" da cidade fabril. De um lado a visão de universitária recém-chegada, encantada com o ambiente tão cheio de histórias e com uma arquitetura que enchia os olhos; do outro, com o passar do tempo e o desenvolvimento destes trabalhos, tive a oportunidade de me aproximar de antigos moradores, conhecer suas histórias de vida, alargando o meu conhecimento a respeito do município no qual as suas trajetórias de vida estavam ligadas.

As pesquisas sobre este tema tornaram-se algo cômodo devido ao tamanho da cidade, a relativa familiaridade e a amizade conquistada com algumas operárias. Contudo, nas condições de produção, acredito que a experiência do pesquisador influencia diretamente na qualidade de seu trabalho e a falta de motivação pode levar a resultados insatisfatórios, como um olhar desinteressado e/ou pouco aprofundamento sobre o assunto a ser tratado. Como coloca Tereza Caldeira, "é através da experiência pessoal do antropólogo que a sua produção de conhecimento pode se legitimar, pois é ele mesmo o produtor dos seus dados" (1988, p.134).

Durante o primeiro ano como aluna do mestrado em antropologia voltei a conversar com antigas interlocutoras, visitei suas casas e busquei retomar a pesquisa de onde havia parado.

Entretanto, já que a finalidade do projeto de mestrado não era a de repetir as questões colocadas em minha monografia, elas precisavam me contar além do que normalmente me contavam. Tal coisa não aconteceu e me vi desmotivada em meio a uma pesquisa que já deveria estar dada. Há no trabalho de campo um aspecto fundamental: "As pessoas são mais que entrevistados que respondem a perguntas; são informantes no sentido mais completo do termo, pois têm controle sobre a informação que oferecem" (STRATHERN, 2014, p. 351)

Tomando as questões de experiência pessoal do antropólogo, a relação com a intersubjetividade torna-se essencial. Um dos principais aspectos que se deve levar em conta é o respeito pela visão que os pesquisados possuem sobre si, bem como suas práticas e concepções de mundo. É a partir deste encontro entre o "eu" e o "outro" e as trocas que surgem nesta interação que se pode pensar em uma análise etnográfica. O problema em minha pesquisa não estava nas repetições e nas histórias que resolviam me contar. A desmotivação estava em meu papel como pesquisadora: eu não estava fazendo perguntas e buscando respostas, não estava preocupada em analisar substancialmente o que as interlocutoras tinham para me falar. Estava, na verdade, querendo comprovar deduções e confirmar as minhas hipóteses. A posição que tomei frente à pesquisa acabou por prejudicar toda a relação de diálogo que deveria existir.

Estando consciente do fato de que a autoridade etnográfica é formulada através desta intersubjetividade, tem-se a dimensão das condições de produção do conhecimento. A questão não é de anular-se, implicando em um distanciamento entre o pesquisador e sua pesquisa. A condição da produção etnográfica está vinculada a interação e relação entre sujeito e objeto da pesquisa, requisitos que já estavam afetados por todas as hipóteses que eu havia levantado e que buscava confirmar.

O interesse por Políticas Públicas surgiu após a disciplina "Políticas públicas, Gênero e Família", ofertada no segundo semestre do mestrado em Antropologia. As discussões propostas instigavam uma série de curiosidades e apresentavam questões que eu anteriormente desconhecia. Seu objeto de análise me despertou um interesse pessoal, já que conhecer mais a fundo certos mecanismos de operação de programas governamentais incita posicionamentos críticos que estimulam toda a experiência da pesquisa, inclusive a minha posição enquanto sujeito.

Entender a Política Pública como uma forma de atuação do Estado na vida dos cidadãos é uma premissa básica para quem procura analisar ações governamentais, mas, para além disso, podemos pensar tais políticas como uma mediação entre sociedade e Estado. É estimulante pensar nesta relação através das reflexões de Michel Foucault, conforme uma das vias de análise

acerca do poder é a investigação das práticas cotidianas, principalmente no que tange as relações entre poder, governo e população.

A ação do Estado no que diz respeito ao cuidado, à garantia da condição de vida de todos é o que produz a "população". Ao mesmo tempo, produz também o que Foucault denominou de biopoder, que se exerce pelas práticas de governo sobre essa população. O exercício do poder estaria combinado ao controle, utilizando-se de "mecanismos reguladores" com os quais seria possível o governo das coisas, das condutas, e que se aplica a vida dos homens em sua multiplicidade (FOUCAULT, 2010).

Conheci o Centro de Referência em Assistência Social por intermédio de um colega que já realizava pesquisas por lá e a intenção inicial era apenas de conhecer o local. Coloquei-me em fase de "testes"[11] e até havia marcado com outra colega de no dia seguinte conhecer o seu local de pesquisa. O CRAS era algo desconhecido para mim. Por mais que tivesse lido algumas pesquisas a respeito destes centros - principalmente referentes à área de Assistência Social, até mesmo a sua localização no município me levantou dúvidas. Veio à luz o meu primeiro questionamento: "Por que a Vila Regina?".

O CRAS de Rio Tinto-PB está localizado em um antigo clube que foi edificado em tempos de funcionamento da CTRT. É a visão central de quem caminha por aquela área, na parte final da avenida principal e de frente a uma pequena praça de taxistas e parada de ônibus. Um prédio antigo, mas de muita imponência, uma construção grandiosa e que chama atenção. Seguindo o padrão das antigas construções, a sua fachada é de tijolos aparentes e com uma torre mais alta ao centro.

Com as demarcações das terras de Monte-Mor o patrimônio perdeu o direito sobre este imóvel, estando agora sob responsabilidade da Cacique da região. O centro sairá do prédio ainda este ano[12], visto que a construção de sua sede já está adiantada, mas continuará na Vila[13] devido aos critérios determinados pelo NOB-SUAS[14]: a alta taxa de vulnerabilidade social que

---

[11] Neste momento ainda não sabia se de fato mudaria o projeto de pesquisa, estava apenas querendo conhecer outras possibilidades.

[12] Em minha última visita, no ano de 2018, o CRAS já havia mudado do antigo prédio. Contudo, o novo espaço fica apenas a poucos passos, um prédio menor e que segue os padrões estruturais recomendados pelo governo federal.

[13] O fato do CRAS está localizado em área indígena acarreta algumas peculiaridades que dizem respeito tanto ao perfil das usuárias quanto na organização de alguns eventos e programas, estas questões serão trazidas no desenvolvimento deste trabalho.

[14] Estas normas operacionais do Sistema Único de Assistência Social serão apontadas e analisadas detalhadamente no segundo capítulo desta dissertação, tendo em vista que a partir destas se propõe a pactuação de prioridades e metas, dos serviços e programas desenvolvidos pelo CRAS.

a região apresenta. Tal conceito é determinado por fatores socioeconômicos e processos de exclusão social. A "vulnerabilidade social"[15], como descrita em grande parte das cartilhas de órgão governamentais, remete a uma precariedade do trabalho e a fragilidade das redes de sociabilidade a que estão sujeitos os destinatários da Assistência Social.

Ao entrar no salão principal do centro, local que funciona como recepção e sala de espera, a primeira coisa que pude perceber foi a falta de movimento. Não havia sinal de que o expediente já havia sido iniciado, a não ser a presença de duas pessoas em uma sala ligada ao grande salão. Ao que parece esta seria a sala de atendimento das assistentes sociais, um ambiente não tão grande, de aparência modesta, com duas mesas de escritório, cadeiras de atendimento, um computador e alguns armários com caixas de arquivo. Na sala estavam a assistente social e uma outra mulher responsável por serviços gerais.

Uma das coisas que me chamou atenção foi a frase "casa das famílias" e a pintura no palco do salão principal com outra citação: "programa de atenção integral a família". Tais referências pareciam demonstrar a principal função do CRAS, mas os demais "pôsteres" colados na parede mostravam a quem se destinava o programa. A ideia de gestação e do "ser mãe" toma parte dos discursos das imagens. Os cartazes na recepção afirmam ainda mais essa posição. Frases como "seja bem-vinda", desenhos de bonecas de mãos dadas segurando florezinhas em volta da frase "nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos", parece demonstrar o papel de colaboração.

Dentro de um discurso em cartilha do Programa Nacional de Assistência Social a família seria o núcleo de apoio primeiro às vertentes de proteção social (PNAS, 2004), a ela é designado o papel de agente, visando atingir o desenvolvimento bio-psico-social de seus membros. Entretanto, "Família" não pode ser entendida como um conceito uniforme. Enquanto categoria analítica passa por diferentes ponderações em meio aos avanços do discurso antropológico, configurando-se através de uma pluralidade de fatores que consideram os aspectos históricos, culturais, sociais, econômicos de um determinado grupo social. É possível entender a multiplicidade das formas organizacionais desta instituição, contudo, ao trazer a "família" para o centro de suas ações, as políticas sociais parecem desconsiderar a parte dinâmica desta relação, definindo "vida familiar a partir da moradia" (FONSECA, 2005).

É necessário frisar que ao tratar diretamente com as "famílias" atendidas pelo CRAS estou falando sobre grupos inseridos em situação de vulnerabilidade social, o que implica, na

[15] A discussão a respeito da Vulnerabilidade Social será aprofundada no segundo capítulo desta dissertação.

grande maioria dos casos, em condições de precariedade econômica. De acordo com Claudia Fonseca, a categoria social é um fator relevante para pensarmos a noção de família que estamos tratando, já que "a relação indivíduo-família não pode ser pensada da mesma forma em todo lugar" (2005. p.52). A ideia de que a classe social influencia diretamente na organização de um modelo familiar é compartilhada por diferentes autoras, entre elas Claudia Fonseca (2005), Lia Zanotta Machado (2001), Cynthia Sarti (1996).

Maior parte das ações do centro pareciam estar voltadas ao público feminino, principalmente no que diz respeito aos serviços de função protetiva às famílias. Este tipo de ação tem como preocupação valorizar a mulher, fortalecendo a sua imagem frente ao grupo doméstico e conferindo a esta uma autonomia relativa. Entretanto, até que ponto tais ações não contribuem com o ideário tradicional que a coloca como chefe do seu lar, retirando dos homens as atribuições do cuidado familiar e reforçando os estereótipos de gênero? Dentro de tais políticas é enaltecido um modelo de família ideal, onde os conceitos e bases da organização do SUAS preconiza a matricialidade familiar como posição de referência, núcleo social fundamental dentro do contexto da assistência social, como prevê a PNAS (2004, p.41):

> A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre sujeitos e coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Todavia, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que nas sociedades capitalistas a família é fundamental no âmbito da proteção social.

Há, portanto, um reforço de papéis sociais que coloca a categoria gênero como meio analítico fundamental no processo de compreensão destas relações. No propósito deste trabalho interessa destacar a relação entre os gêneros existente dentro da instância familiar, que, como pensado por Scott (1990), é evidenciada as distintas maneiras como homens e mulheres vivem as suas experiências, o que mostra as reais estratégias de vida montadas a partir da variável de gênero. Falar sobre gênero, como coloca a antropóloga Adriana Piscitelli, é pensar toda a distinção que é justificada através da atribuição de habilidades e características distintas a homens e mulheres. Geralmente, tais características são vistas como algo inato, havendo uma naturalização de condições impostas aos sexos:

> Em muitos cenários, a vinculação entre qualidades femininas e a capacidade de conceber filhos e dar à luz contribui para que a principal atividade atribuída às mulheres seja a maternidade, e que o espaço doméstico e familiar seja visto como seu principal local de atuação (PISCITELLI, 2009, p.118)

Este reforço de papéis sociais e a matricialidade sociofamiliar foram as primeiras questões a despertar o meu interesse para a pesquisa. Por causa disso precisei pedir a permissão das assistentes sociais e a coordenadora do CRAS para acompanhar alguns expedientes do

centro. Desenvolver um projeto que tinha como base uma análise das políticas de assistência social e a situação da centralidade da mulher/mãe na responsabilidade do cumprimento dos critérios dos programas sociais necessitava, de início, conhecer possíveis demandas e os serviços que eram oferecidos. Por este motivo acompanhar os expedientes era fundamental.

Há questões éticas que envolvem o trabalho e eu fui avisada de que não seria possível acompanhar entrevistas e nem atendimentos das assistentes com as beneficiárias, e que por estas mesmas questões elas não poderiam me passar certas informações. Além disso, seria necessário entregar um documento que garantisse a pesquisa frente aos representantes do município. Também avisaram sobre a "falta de demanda espontânea" e o pouco movimento no centro. Devido a mudança recente na gestão da prefeitura, alguns serviços ainda não haviam sido iniciados entre o período de janeiro a março. Não havia previsão para cadastramentos e recadastramentos, mas que eu me sentisse à vontade. Apesar das dificuldades, resolvi continuar.

Apesar das dificuldades e burocracias que me foram apresentadas de forma bastante cordial, a decisão de desenvolver uma pesquisa no CRAS já estava tomada, mesmo que o tempo para desenvolver o projeto fosse relativamente curto. As políticas sociais pareciam apresentar uma diversidade de questões que poderiam ser trazidas ao trabalho, onde até mesmo a falta de demanda que era apontada como um problema poderia servir como objeto de análise. Durante os meses de março até o início de julho o expediente do centro passou a fazer parte de minha rotina. O salão de recepção foi o lugar escolhido - também o único que poderia ficar – para acompanhar os expedientes e conhecer melhor o meu objeto, mesmo que até aquele momento eu não soubesse muito bem o que esperar.

De certa forma não saber o que estava por vir tornou-se a maior motivação em continuar com a pesquisa. Diferente do trabalho anterior não havia hipóteses a serem confirmadas e nem mesmo um conhecimento anterior que pudesse guiar o meu olhar. Tomava para mim uma frase de "O efeito etnográfico" de Marilyn Strathern: "Não saber o que se vai descobrir é, evidentemente, uma verdade da descoberta" (2014, p.353). Durante o tempo de pesquisa tive a oportunidade de conhecer diferentes momentos do centro. Desde um período de vazio, onde quase não havia movimento e as demandas eram apenas para tirar dúvidas a respeito do Bolsa família, até momentos de grandes filas de espera, como foi o caso dos cadastramentos e recadastramentos para recebimento das doações vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

De forma geral, o PAA funciona como uma das ações do programa Fome Zero, promovendo alimentos à população em situação de insegurança alimentar. Suas ações são

estabelecidas através de uma parceria entre as 3 esferas de governo, reunindo propostas que visam o desenvolvimento social e agrário através de diferentes modalidades. Mesmo que inicialmente desconhecesse este programa, a modalidade "compra com doação simultânea" tornou-se o centro das análises que serão apresentadas na dissertação. Em um resumo de sua proposta, os produtos alimentícios são comprados aos produtores rurais da própria cidade, depois são doados para famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

É importante deixar claro que as ações do programa não dizem respeito apenas a esta atividade. Por mais que seus objetivos estejam fundamentados no incentivo a agricultura familiar e na promoção do acesso a alimentação, o PAA é composto por outras modalidades. Contudo, a abreviação é utilizada pela equipe do CRAS na elaboração e execução das doações – também conhecido por "macaxeira e inhame" por algumas beneficiárias – e será utilizada por mim na descrição deste trabalho. Foi a partir de suas ações que consegui acompanhar a prática de uma atividade desenvolvida no CRAS e tive abertura para conhecer e conversar com algumas interlocutoras.

Com o passar do tempo e das experiências que vivi no centro os objetivos desta pesquisa foram sendo desenhados, uma série de relações foram estabelecidas e com isso algumas dificuldades foram sendo vencidas. A aproximação com servidoras e beneficiarias das políticas do centro foi, sem dúvidas, a maior contribuição que poderia alcançar no desenvolvimento deste projeto, apesar das pesquisas em Rio Tinto não serem uma novidade em minha trajetória. A realidade que conheci através do desenvolvimento deste projeto é completamente diferente da anterior. O fato é que com o novo projeto precisei mudar o foco e deixei que o campo me guiasse, o que de início significava sair da Rio Tinto central para a Vila Regina. Entretanto, se o meu primeiro questionamento buscava entender a localização do CRAS, finalizei a pesquisa estranhando o fato de nunca ter percebido que entre a cidade e a vila existe um mundo.

O passado glorioso de uma fábrica de tecidos escondeu uma Rio Tinto que eu nem conhecia, um cenário com menos padrões e uma grande diversidade de histórias. As áreas de maior vulnerabilidade do município estão às margens da Rio Tinto central e nas extensões da vila Regina - terras que foram ocupadas pela CRTR, mas que não passaram pelo processo de urbanização. É justamente sobre esta região que o CRAS centra as suas ações e que, portanto, torna-se o principal cenário desta pesquisa.

METODOLOGIA

De dentro: O exercício de conhecer e fazer acontecer

Como já foi posto no subcapítulo anterior, o acompanhamento aos expedientes do Centro de Referência da Assistência Social - "Casa Das Famílias" tornou-se o ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho. A pesquisa foi realizada entre os meses de março a agosto de 2017, onde inicialmente me preocupei em garantir uma participação efetiva em eventos e demais ações que surgissem no CRAS e em sua região de acolhimento. O que, de imediato, significou residir na cidade de Rio Tinto durante os dias de serviços do centro.

Morar em Rio Tinto não era uma novidade, mas não há como negar que de início gerou certo desconforto. Habitar a cidade em que se realiza a pesquisa pode parecer o sonho etnográfico aos moldes malinowskianos de muitos antropólogos, mas guarda desvantagens que eu já conhecia e que não estava disposta a reviver. Portanto, defini regras para o trabalho de campo: não morar próximo ao CRAS - o que significou não procurar moradia na Vila Regina- , e voltar para João Pessoa-PB durante os finais de semana. As visitas ao CRAS foram realizadas de terça a sexta feira, principalmente nos horários da manhã, mas se estendiam a outros horários caso fosse necessário.

Apesar do pouco tempo de pesquisa, entrar no contexto do campo e me familiarizar com ele afim de apresentar resultados satisfatórios não pôde ser visto como um problema. Mais do que uma técnica, a minha inserção em campo se deu através de uma série de circunstâncias que facilitaram o meu entrosamento com o lugar. Apesar do pouco conhecimento a respeito das políticas de assistência social e a falta de familiaridade com a população da Vila Regina, essas pequenas conjunturas ajudaram a conseguir segurança para a realização do trabalho.

De início devo apontar a principal delas: por ter iniciado a pesquisa nos primeiros meses da atual gestão municipal, o centro estava passando por mudanças na organização e de servidores, algumas ações ainda não haviam sido implantadas e quase não havia movimento. Durante as primeiras semanas poucas eram as pessoas que procuravam as assistentes sociais, e mesmo em dias que apareciam o atendimento era rápido, as dúvidas não demandavam prontuários e devido a isso o tempo gasto não ultrapassavam os dez minutos.

Ter conhecido o CRAS durante este período foi fundamental para a familiarização com o ambiente, devido a longos períodos de "ócio", a aproximação com funcionárias se deu de maneira imediata, já que os encontros na recepção eram comuns. O quadro de funcionárias do

centro é formado[16] por quatro mulheres: duas assistentes sociais, uma coordenadora e uma responsável por serviços gerais, sendo que a minha aproximação a estas se deu de variadas maneiras, tendo alcançado diferentes níveis de intimidade e simpatia. As informações referentes a cada uma delas não surgem como ponto fundamental, mas tem como objetivo mapear um panorama dos diversos perfis que serão mencionados no andamento deste trabalho:

Bruna: Por volta de 30 anos, solteira. Foi chamada recentemente para assumir o cargo em que foi aprovada por concurso, mora na cidade de João Pessoa e não pretende fixar residência em Rio Tinto, indo e voltando para a cidade em seus dias de expediente. Bruna é formada em Assistência Social há aproximadamente sete anos. Entre as duas Assistentes do centro ela foi a que tive maior aproximação, sempre solícita em responder dúvidas a respeito da organização do lugar e de certas políticas que eram/ou deveriam ser ofertadas. Devido à grande aproximação com Carmem ela já está familiarizada com algumas beneficiárias, mas tem algumas reservas com pessoas desconhecidas. Por mais que evidencie a exaustão devido a rotina de trabalho e as viagens que precisa fazer durante os seus dias de trabalho – geralmente de segunda a quinta –, ela é bastante dedicada ao centro, se preocupa com a organização das fichas e prontuários, também com o aproveitamento do tempo durante as entrevistas com as beneficiárias.

Carmem: Por volta de 45 anos, casada, natural de Rio Tinto, residente da na Vila Regina. Está no Centro há aproximadamente 12 anos, desde a data da fundação. É contratada como auxiliar de serviços gerais, entretanto a função que cumpre é de maior responsabilidade, já que fica claro o papel de elo que desempenha entre os moradores da vila e o CRAS. Foi perceptível a aproximação desta com todas as mulheres que apareciam, Carmem as conhecia por nome e endereço, puxava conversa e sempre perguntava pelos filhos e família. Passa maior parte do tempo andando de um canto a outro do salão, tomando conta dos serviços da cozinha e da recepção. Também fica responsável – ou faz por vontade, não sei - por atender o telefone e recepcionar as pessoas que chegam. Há uma brincadeira entre as servidoras em dizer que "Carmem é a Coordenadora", mas Gilda uma vez comentou que ela seria mesmo o seu braço direito. Também já ouvi alguns comentários entre os moradores da vila, que costumam dizer que: "quem manda ali é Carmem". Mas nem sempre isso foi um comentário positivo.

Gilda: Por volta de 50 anos, casada, chegou à cidade quando ainda era muito jovem, devido ao processo de recrutamento familiar da CTRT e o emprego do pai em serviços desta cia.

[16] Voltei recentemente ao CRAS e soube que mais duas funcionárias foram contratadas, uma psicóloga e uma agente administrativa, mas durante a realização desta pesquisa – Março a Agosto – apenas 4 funcionárias compunham o quadro de servidores.

Atualmente ainda reside em Rio Tinto. Formada em Psicologia, trabalha no CRAS desde a fundação. Todas as questões que envolvem o centro devem passar por ela, demonstrando real interesse na administração do lugar. A maior parte das servidoras, em especial Carmem, demonstra bastante admiração por ela. De fato, é uma mulher simpática, mesmo que séria. Bastante educada, fala baixinho e com bastante atenção. Gilda geralmente costuma demonstrar o seu humor através de seus atos, mas não esbanja sorrisos por educação. É reservada, não costuma passar muito tempo conversando sobre assuntos alheios ao CRAS e nem ficar na sala da recepção.

Samara: Por volta de 45 anos, divorciada, reside na cidade de Rio Tinto. Samara é Assistente Social e já trabalhou nas áreas de saúde e educação, tendo sido remanejada recentemente para trabalhar no CRAS. Esteve sempre disposta a ajudar e se preocupa um pouco menos com perfeccionismos e questões de organização – se comparada a Bruna-. Algumas vezes tomou a frente em medidas que deveriam ser tomadas, também demonstra intimidade com algumas pessoas da vila, mas não tem o hábito de abraçar e nem aprofundar questões íntimas das pessoas que encontra. Em um primeiro momento pode parecer reservada, por isso, a afinidade só pode ser alcançada se ela sentir confiança. Costuma ser simpática, prestativa e muito animada, e não tem receio algum em falar o que pensa. Por este motivo já gerou pequenos conflitos com as demais servidoras, mas nada que tenha durado muito tempo.

Devo antecipar que neste primeiro momento da pesquisa estas mulheres se tornaram informantes chave. Todo o desenvolvimento deste trabalho se deu a partir da aproximação que foi alcançada, principalmente a partir das conversas com Bruna e Carmem. É a partir deste ponto que apresento uma outra circunstância que facilitou a minha inserção em campo: o fato de ser mulher e pesquisar uma unidade onde a maior parte das servidoras e beneficiárias também são. O conforto de trabalhar diretamente com outras mulheres permitiu uma abertura de diálogo e facilitou as relações.

Não que a empatia tenha sido planejada, longe disso, a necessidade de um bom relacionamento entre pesquisador e o meio em que pretende estudar é condição fundamental para o desenvolvimento de um trabalho. Portanto, a empatia não foi planejada, mas foi muito bem-vinda. De certa forma, a minha presença não era sentida como fora dos padrões habituais do expediente do centro, por isso conversar com elas não gerava nenhum tipo de intimidação. Muito pelo contrário, senti muitas vezes a necessidade de trocar informações. Os diálogos aconteciam em moldes de conversa, onde a presença da "pesquisadora" esteve -parte do tempo- encoberta pela figura da Luana.

Pode parecer inocente afirmar esta posição, até porque tenho convicção de que a minha presença era sentida e de certo alterou determinadas circunstâncias e posições. É evidente que em alguns momentos senti que "não deveria estar ali", mas, na medida do possível, as barreiras nas interações foram sendo vencidas, chegando ao ponto de não perceber constrangimentos e nem mesmo receios nas conversas em que estava presente. Isso não significa que pude participar ativamente de todas as discussões e que questões éticas foram deixadas de lado, longe disso, mas algumas vezes houve contribuições que estavam para além do meu papel como pesquisadora e do papel delas enquanto funcionárias.

Dadas as condições de imersão, com todo o sentido que foi atribuído por Marilyn Strathern (2014), e os objetivos que orientaram a pesquisa, a abordagem mais indicada para a realização seria a conhecida observação participante. Procurei estar atenta aos detalhes, principalmente em contradições e ambiguidades dos discursos em relação às práticas, procurando duvidar do que parecia óbvio e problematizar certas ações. Por várias vezes tomei a decisão de participar das fofocas e comentários entre funcionárias e demais pessoas, instigando determinados assuntos no intuito de saber mais; entretanto, em outros momentos preferi ficar calada e apenas anotar mentalmente algum ponto que merecesse maior atenção.

Como forma de não causar estranhamento preferi não utilizar caderneta de anotações. Penso que carregar tal ferramenta iria gerar constrangimento em meio às interações, principalmente pelo fato de que tudo naquele campo era novidade e que grande parte das minhas descobertas se deram no decorrer das rodas de diálogo e bate papo. As conversas no centro davam conta de grande número de informações, sobre os mais variados assuntos. De fato, confiar na memória para guardar todas as informações não era uma opção válida. A solução seria encontrar um meio de salvar alguns lembretes sem gerar desconforto às demais pessoas.

Escrever minhas anotações em aplicativo de mensagens no celular foi a saída encontrada. Para isso utilizei o aplicativo conhecido como "telegram", o único que conheço capaz de enviar mensagens para o seu próprio contato, ferramenta conhecida como "Chat with yourself" – conversar consigo mesmo. O uso do celular não causava constrangimento já que era comum da parte das envolvidas. Além disso, estava sempre ao alcance e pronto para qualquer anotação, nota de voz e fotografias. O fato de o aplicativo salvar o horário e dia certo de toda anotação também ajudava muito na organização de um "diário de campo".

Inicialmente não problematizei o uso desta ferramenta mais "discreta" como meio de anotar situações presenciadas, nem ao menos atentei para questão de que poderia estar ferindo normas éticas de registro na pesquisa de campo – que na realidade nem sei se existem. Mas, de

fato, todas elas sabiam de minha posição enquanto pesquisadora, estavam a par do que eu procurava, respondiam e faziam perguntas sobre o trabalho. Logo acredito que ter utilizado o celular no lugar de uma agenda de anotações não descaracterizou o fato de que minha presença no centro estava ligada à pesquisa.

As anotações serviam como estalos para o momento de escrever o diário de campo. Davam conta das mais variadas informações, desde nomes, relatos, situações, descrições de acontecimentos e até mesmo alguns sentimentos como tédio ou aflição. Outro ponto positivo em ter utilizado o celular como ferramenta de anotação é que ele sempre parecia uma distração nos momentos de solidão e, portanto, escrever nele também ajudava a matar o tempo. O diário de campo, caderno onde geralmente tento descrever de forma mais completa as experiências do dia, só era preenchido quando já estava em João Pessoa e distante do universo da pesquisa. Servia muito mais do que como um bloco de anotações, era o momento de analisar certas situações e anotar de forma mais detalhada algumas descobertas que haviam me animado, avaliar as perguntas que havia feito em campo e procurar respostas no montante que era a pesquisa.

Entre Mulheres, macaxeiras e inhames: As experiências com o PAA[17]

O Programa de Aquisição de Alimentos[18] do ano de 2017 teve início no dia 06/04. Porém, antes desta abertura oficial já se conversava sobre o seu andamento e como ele iria funcionar - mas nada que alterasse consideravelmente o vazio dos expedientes. Este foi o terceiro ano desta ação, que fora implementada na região a partir de 2015. O interesse em pesquisar o/no PAA não se deu a partir de um planejamento prévio, portanto, as categorias analíticas foram desenvolvidas perante a pesquisa de campo e não de questões teóricas primeiras. Não entrei no centro esperando entender seu funcionamento e nem esperava encontrar a chave para as questões deste trabalho: o programa me caiu sobre a vista e eu necessitei vivenciá-lo.

Entre as diversas conversas que tive com as servidoras a respeito do assunto não poderia imaginar a dimensão que o programa de aquisição de alimentos teria para a comunidade. Foi a

[17] A metodologia empregada durante este período será melhor compreendida na descrição e análise do PAA.

[18] O histórico desta política, seus detalhes institucionais e a descrição detalhada do que forma o PAA serão melhores apresentados no capítulo 3.

partir das interações de campo que o *Anthropological Blues* se insinuou, suas "notas" tornaram-se "audíveis" diante das diversas situações, trazendo ao cotidiano desta pesquisa uma série de "aspectos extraordinários" revelados através do contato. Como é colocado por DaMatta, "para descobrir é preciso relacionar-se" (1978, p. 32).

Organizar metodologicamente um trabalho antropológico é pensar a melhor maneira de obter respostas para as situações vividas em campo, neste caso a melhor escolha seria adotar a etnografia como meio de alcançar resultados satisfatórios. Fonseca aponta que o trabalho etnográfico está atrelado a uma interação entre pesquisador e seus objetos de estudo, estando calcada em uma "ciência do concreto". Esta técnica investigativa e de ordem qualitativa pode ser analisada como um instrumento acessível e inteligível, capaz de "combater os males da quantificação" (FONSECA, 1999). O que pretendo através deste método etnográfico é considerar o meu objeto a partir de suas particularidades, levando em conta as noções de "contextualização" e "reflexividade", para assim – quem sabe – alcançar uma análise mais profunda a respeito do assunto.

Ao longo dos meses desta pesquisa a atividade do PAA costumou ser quinzenal, e acontecia durante dois dias da semana: geralmente quarta e quinta. Mediante toda a rotina que o constitui, era possível observar suas diversas transformações. Em um resumo, este "dia de PAA" pode ser dividido em 3 momentos: o primeiro diz respeito ao recebimento dos produtos, o momento em que agricultores levam os alimentos para pesagem e controle; o segundo é destinado à separação dos kits e à chegada/organização da fila das beneficiárias; e, por fim, o terceiro momento, destinado à entrega dos kits. Contudo, por mais que esta descrição passe uma impressão de "arranjo", a realidade é bem diferente.

De início cheguei a comparar o PAA com uma "feira": uma grande quantidade de caixas contendo produtos de hortifrúti, pesagens, descarregamento dos alimentos, separação de kits, grande movimento de pessoas, diferentes ordenações entre os espaços, barulho, cheiros diversos; mas a verdade é que aquele espaço tinha a sua própria dinâmica, estava cercado por minúcias e aparentava uma heterogeneidade que contrastava com a "proposta harmônica" apresentada nas cartilhas. O cenário costuma se alterar na medida em que as horas passam, tanto no que se refere a utilização do espaço, quanto pelas interações que ali ocorrem. Além disso, está cercado por elementos distintos, diversas contrariedades no que diz respeito à teoria e à prática do programa.

Por mais que a minha observação e participação tenha seguido a ordem dos acontecimentos, a prática da pesquisa foi se alterando, respeitando as diversas modificações

que lá ocorriam. Contudo, devido às oportunidades que se apresentaram e por questões de sintonia com as principais questões deste trabalho, a atenção esteve voltada principalmente aos recortes de política social. Ou seja, os trabalhos desenvolvidos pela equipe do CRAS, as particularidades presentes durante o período de separação dos alimentos, o posicionamento das beneficiárias e a entrega dos kits tornaram-se os principais pontos de análise.

Devido a tudo que forma este dia a dúvida inicial estava em que papel iria desempenhar para atender as necessidades da pesquisa. Como já coloquei, o PAA não podia ser considerado como um universo homogêneo, portanto, os diferentes papéis que eram estabelecidos apresentavam pequenas divergências. Em um exemplo, de forma a elucidar algumas das questões que me foram colocadas em campo: de um lado havia a equipe do CRAS, voltada aos trabalhos técnicos e burocráticos; do outro as beneficiárias, preocupadas com a garantia do seu benefício. Por mais que estas partes formem o todo, garantindo a materialização desta proposta governamental, suas congruências são muitas vezes obscurecidas pelos diferentes interesses que entram no jogo.

O principal arranjo que configura esta separação parece estar ligado a uma idealização de hierarquias, opondo os papéis entre "as que entregam" – controlam as listas e detêm autoridade sobre o andamento do programa; e "as que recebem" – parte passiva, mas não resignada. Esta situação me colocou em conflito, tendo em vista que, mesmo me apresentando enquanto "pesquisadora", a escolha por uma perspectiva me colocaria em oposição a outra. Além disso, no momento que antecedia a entrega, estes grupos ocupavam diferentes ambientes do Centro, o que me desafiou a encontrar uma posição "neutra" que permitisse enxergar o todo.

Na minha compreensão, seria necessário transitar entre estes diferentes espaços, conhecendo as diferentes situações. Havia uma lógica própria em cada um deles que só poderia ser conhecida através da observação e da interação, era preciso estar livre de quaisquer símbolos que me ligassem a um grupo ou outro. Entretanto, a execução deste projeto não deixou de apresentar problemas. Ser conhecida por todas as servidoras, ter algumas liberdades no espaço do centro e até mesmo o modo como estava vestida me aproximava da imagem das mulheres que formam a equipe do CRAS; entretanto, em vários momentos, o meu principal interesse era a aproximação com as mulheres beneficiárias, conhecer suas histórias e demandas.

Várias vezes tentei explicar o que estava fazendo e elas demonstraram entender; as questões se voltavam também para um "quem é você?". Onde moro, o que faço da vida, se sou casada, se tenho filhos. Todas as perguntas demonstram o interesse em me conhecer, mas também evidenciam a minha posição como "outro", como alguém desconhecido e distante

daquela realidade: o *profiling* me diferenciava delas (PEIRANO, 2014). Ao apresentar minha pesquisa e a verdadeira razão de estar ali, havia me distanciado de dois possíveis papéis: o de ser uma delas e estar na mesma posição de espera, e de servidora do CRAS.

A verdade por trás disso é que não havia como mudar o fato de que longe de ter influência prática em tudo o que estava acontecendo, eu também não era uma delas: não as conhecia tão bem e nem partilhava do sentimento de comunidade que as conectam. A função de "pesquisadora", que havia apresentado, me colocava no meio de diferentes papéis, e foi preciso abraçar esta situação e vivenciar uma ideia de "alteridade" que não era esperada.

Caracterizada por este "outro" a alteridade indica relações de contraste e diferença dentro de um discurso antropológico. Está envolta em diversas críticas, já que não se liga apenas à questões de tolerância e humanização, mas principalmente por conflitos e estigmatização. Por outro lado, nos termos desta pesquisa que toma como foco as beneficiárias do PAA que estão inseridas em uma situação de "vulnerabilidade social", é impossível não pensar a alteridade nos termos de Fonseca, para quem a "hipótese da alteridade" é fundamental ao processo de comunicação:

> É preciso que tomemos certa distância em relação a esse outro, para nos comunicarmos com ele. Sem reconhecer e admitir a diferença, não há diálogo. Ao mesmo tempo, deve-se evitar a projeção desse outro para fora de nossa esfera; se ficar muito distanciado, a comunicação torna-se impossível. A alteridade se constrói na tensão entre esses dois pólos — o muito próximo que se confunde consigo mesmo e o muito distante que se apresenta como uma espécie inteiramente nova, de uma cultura irredutível àquela do pesquisador. (2000, p. 107)

No período em que a fila se formava no terraço e a grade de entrada para o salão estava fechada, o PAA evidenciava os dois universos nos quais se constituía. Esta descrição que procurei fazer ainda não engloba todas as características, mas já serve como base para explicar que não havia, em dia de PAA, como analisar uma parte e esquecer a outra. Não avaliar o todo corresponderia a não compreender nada. No momento em que percebi isso – em meio a surpresa de flertar com as teorias estruturalistas - a minha questão passou a ser "qual posição adotar no campo?" Se havia a necessidade de penetrar naquela realidade como um todo, também existia a preocupação de não optar por um lado. Se a escolha partisse para o salão do PAA, perderia o momento de maior desembaraço entre as beneficiárias, correndo o risco de ter a minha imagem atrelada a das servidoras. Da mesma forma, se atravessasse o portão e permanecesse na fila, perderia desde as informações mais corriqueiras até as mais técnicas, ameaçando o entendimento a respeito de todo "modus operandi" que engloba a ação.

Me vi uma observadora perdida, pelo menos até perceber a facilidade com que o grupo de ajudantes "informais"[19] conseguia transitar por entre os espaços. De certo, a "informalidade" contribuiu bastante, o trabalho prático e descompromissado deste papel me permitiu uma aproximação amigável com todas as beneficiárias e, ainda, a afirmação de uma harmonia junto a equipe do CRAS. Se durante um tempo ajudava na separação dos kits, entendendo suas medidas e as lógicas utilizadas, em outro já estava conversando com as beneficiárias e compartilhando o movimento do terraço. Durante o período em que o portão estava fechado, nenhuma posição seria mais apropriada que essa. Ao trabalhar junto aos dois grupos e os observar de forma mais isolada - sendo a ajudante prestativa e comunicativa para ambos, pude conhecer tanto as suas diferenças quanto as sutis ligações.

Durante o período da entrega, quando os portões estavam abertos e a dinâmica começava a englobar os dois grupos, optei por continuar no papel de ajudante, levando as beneficiárias até seus kits e participando das interações ali presentes. Por mais que neste momento a gritaria fosse constante: de um lado a voz das assistentes se atropelavam ao gritar o número, forçando Carmem ou os carregadores pedirem a confirmação da informação - sempre aos gritos, Gilda comandava a preparação de mais kits em uma ordem que nem podia ser entendida por quem somente observa. Do outro, ainda se somavam o barulho das beneficiárias, as crianças correndo no salão e em meio aos alimentos, a presença de outras pessoas para ajudar a carregar o peso do kit, uma gritaria onde o que mais se escutava era: "- Mulher, me empresta uma sacola" ou/e "Me ajuda a levar lá fora".

Outros momentos também foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Na semana seguinte a entrega, o movimento do CRAS era voltado aos serviços de recadastramento e cadastramento através do preenchimento de prontuários. Pude presenciar o dia em que eles chegaram. Na semana seguinte a abertura do programa o CRAS recebeu uma caixa contendo cerca de cem prontuários[20]. Bruna me alertou que aquela seria a primeira caixa, que a quantidade não daria conta do número de pessoas cadastradas no programa, já que seria utilizado um para cada família.

---

[19] Os "informais" são parte do que forma o PAA, estavam quase sempre por lá. Contudo, por não partilhar das obrigações institucionais e por não precisar corresponder a quaisquer expectativas, a presença era sempre vista como uma ajuda, o que costumava agradar ambas as partes.

[20] O prontuário se assemelha a um caderno de uma matéria, flexível e em tamanho e qualidade de papel ofício comum com tamanho de A4, o nome "SUAS - Sistema Único de Assistência Social" e um desenho de dois bonecos estampam a capa. Tive a oportunidade de abrir um deles enquanto não estava preenchido e nesta minha primeira impressão achei todas as perguntas um tanto genéricas, embora acompanhadas por um espaço para anotações e observações complementares .

O prontuário do SUAS não é exclusivo do PAA. Trata-se de uma ferramenta essencial ao funcionamento do CRAS e acompanhamento das famílias. Mas, devido a quantidade do material e a urgência em atender as exigências do programa – único em vigência naquele momento, tornou-se fundamental iniciar este trabalho através das pessoas que estivessem vinculadas a ele. Portanto, a prioridade era dada a pessoas já inscritas no programa – recadastramento - ou que gostariam de passar por uma "triagem" – cadastramento - para preencher novas vagas e/ou substituir antigas. era comum a formação de filas na sala de recepção e no salão.

Me preocupei com a "primeira impressão" que iriam ter sobre mim, me vestindo da maneira mais simples possível e sem me preocupar com possíveis "etiquetas" de uma unidade pública: Se elas usavam shorts e chinelas eu também poderia usar. Algumas vezes as beneficiárias iniciavam as conversas sem que eu precisasse puxar um assunto, perguntando, por exemplo, se eu achava que o atendimento iria demorar ou se sabia algo sobre as perguntas que eram feitas. Devido ao tempo que estava por lá já conseguia tirar algumas de suas dúvidas, mas deixava claro que não poderia ter certeza sobre estas informações já que não havia participado de nenhuma das entrevistas de prontuário. Os assuntos sobre a vida íntima e seu grupo doméstico aconteciam de forma espontânea. Acredito que por saberem do tempo que teriam que esperar, conversar comigo era uma forma de distração.

A procura por informações a respeito de como participar e receber "macaxeira e inhame" era constante e animou consideravelmente a rotina do centro e o andamento desta pesquisa. A maior parte das mulheres que trago para compor este trabalho eu conheci graças aos períodos de espera que antecediam o preenchimento dos prontuários: o tempo que se empregava no atendimento de cada uma era de aproximadamente quinze minutos, o que me permitiu uma aproximação, conhecendo até mesmo suas histórias e necessidades.

Entretanto, foi necessária muita cautela, o tempo de conversa era relativamente curto e não daria para estender determinados assuntos. Carmem tomou uma posição de destaque no início. Por ser bastante comunicativa, ela puxava assunto com alguma das mulheres e eu aproveitava o ensejo para me aproximar e conhecer. Depois de algum tempo de pesquisa a minha presença deixou de ser "estranha": já estavam acostumadas com a minha participação em dias de PAA, com as voltas pela fila e ajudinhas com o peso das sacolas. Algumas já me conheciam e falavam comigo quando me encontravam. Pude entender, através de minha experiência entre elas, o que Foot-White já colocava: o desenvolvimento desta pesquisa

"dependia muito mais das relações pessoais que desenvolvesse do que das explicações que pudesse dar" (1990, p. 79)

A posição de "pesquisadora" que apresentava – fiz questão de deixar claro e muitas vezes pedi permissão para anotar informações – não parecia assustá-las. Muito pelo contrário, abriu uma série de espaços para que me contassem sobre suas vidas. O que parece é que, dentro de tal relação, existiram diferentes interesses que se complementavam: de um lado o meu papel de pesquisadora, motivada por uma análise das questões que elas me apresentavam; e, por outro lado, o papel delas como interlocutoras, interessadas em apresentar suas histórias àquela ouvinte tão interessada. Além disso, os questionamentos sobre a minha vida eram constantes, mas não me causaram espanto, como descrito por Salem (1978) esse "interrogatório" pode ser visto como parte importante do processo de pesquisa. Expressa a forma como elas procuram me situar em seu universo.

Por vezes é preciso pensar e problematizar uma relação "dialógica" entre pesquisador e interlocutores, principalmente no que tange os diferentes papéis que são concebidos dentro desta. De acordo com Bourdieu (1997) a assimetria entre pesquisador e pesquisado é própria da estrutura da relação de pesquisa, já que é do primeiro que surgem as questões e a própria necessidade da pesquisa. Porém ainda pode ser acentuada por uma desigualdade social, na distância existente entre os recursos econômicos e capitais culturais do pesquisador e do pesquisado. Uma das formas de contornar tais assimetrias e legitimar a posição do pesquisado seria compreender quem este é, a partir das condições sociais das quais é produto, assim como os condicionamentos que estão ligados à sua trajetória. Bourdieu coloca:

> Esta compreensão não se reduz a um estado de alma benevolente. Ela é exercida de maneira ao mesmo tempo inteligível, tranqüilizadora e atraente de apresentar a entrevista e de conduzi-la, de fazer de tal modo que a interrogação e a própria situação tenham sentido para o pesquisado e também e, sobretudo, na problemática proposta: esta, como as respostas prováveis que ela provoca, será deduzida de uma representação verificada das condições nas quais o pesquisado está colocado e daquelas das quais ele é o produto (1997, p. 700).

Com o passar das semanas/meses já havia conseguido um bom material, mas a cada vez que conversava com uma delas me via com a necessidade de conhecer fundo as vidas que se apresentavam. Parecia necessário sair do CRAS e aprofundar aquelas conversas. Teria assim a oportunidade de observar as suas vidas e não ficar refém de um tempo marcado e nem da pressa daquelas mulheres. Esta ideia viria a calhar tanto por satisfação pessoal, quanto pela qualidade da pesquisa. E assim se deu o terceiro momento desta pesquisa.

De fora: As "mulheres" por trás do "programa"

Como já foi colocada acima, a ideia de sair do ambiente do CRAS e visitar algumas das interlocutoras surgiu através da necessidade de conhecer mais afundo as suas histórias e observar de modo mais efetivo as questões que me apresentavam. Desta forma, ao adentrar a vida comum, seria permitido enxergá-las para além de beneficiárias, oferecendo elementos para analisar certos significados atribuídos à "gestão da vida" destas mulheres.

Acredito que, pela perspectiva delas, conversar com uma pesquisadora em sua casa seja diferente de um encontro no CRAS, visto que as intimidades e desconfianças que são construídas podem estar marcadas pela situação em que se encontram. Através de minha experiência e conhecimento metodológico, este foco voltado ao grupo doméstico traz limites que devem ser considerados: enquanto privilegio o contexto familiar durante as observações, desvinculo o sujeito de outras redes de sociabilidade. Por outro lado, permite a observação de práticas específicas que são ricas às análises que proponho.

Nesta parte do trabalho trago como elemento analítico fundamental os debates foucaultianos a respeito da governamentalidade e a "gestão da vida" gerados no contexto de uma biopolítica atual. Para Foucault (2010), os elementos essenciais à análise política estão centrados no "como" o poder se expressa, de modo que o seu procedimento de análise refere-se à ideia de uma investigação acerca das práticas cotidianas. O exercício do poder ergue-se na forma de uma biopolítica que equivale a operar politicamente elementos da população como alvo da ação governamental. A biopolítica, a partir desta definição de Foucault, está voltada à vida. É a partir da gestão desta que direciona suas ações: alimentação, segurança, bem-estar, sexualidade, natalidade, entre outros.

Tudo se concentra para a ordenação da população. Os sujeitos sociais têm aspectos vitais arrolados em mecanismos de gestão do Estado. Assim, a vida e o vivente passam a constituir-se como elementos de novas lutas políticas. Com isso, a aproximação a estas mulheres e ao seu grupo familiar não me permitiu apenas conhecer as suas trajetórias, organização, demandas e demais conjecturas. Concedeu um entendimento a respeito de como certas políticas públicas, em especial as de ordem social, estão associadas à vida comum, mesmo que muitas vezes nem percebam.

A escolha por este grupo de três mulheres não se deu por questões especiais, as particularidades de cada uma não foram escolhidas a dedo e não serão mostradas neste trabalho como forma de desenhar a diversidade dos perfis que foram encontrados. Entretanto, dentro de

similaridades possíveis, todas as que aqui apresento surgiram durante os horários de expediente do CRAS. Duas delas são beneficiárias ativas do PAA e uma será apresentada justamente por questão de confronto, visto que mesmo tendo direito e após vários convites por parte de Carmem e Gilda ela preferia não participar.

Mantenho nesta etapa da pesquisa uma abordagem qualitativa, buscando privilegiar as experiências singulares e uma percepção individual que elas têm da própria condição. O relato de suas experiências foi utilizado como material de análise, mas não representa um ponto final nas suas elaborações e possibilidades de significação. A apreensão destes significados iniciou-se durante os momentos do depoimento, na transcrição do material e nas primeiras leituras.

A História Oral toma parte da metodologia empregada nesta etapa do trabalho, é a partir dela que as interlocutoras ganham voz e procuram relatar as suas trajetórias, buscando significados com causas e finalidades para suas experiências. Nas palavras de Maria Aparecida de Menezes, a história oral lida com relatos orais, com versões dos depoentes sobre determinado tema, tornando-se essas o objeto de análise. O método busca fazer uma interpretação da fala do outro, procurando não apenas reconstruir suas experiências e os processos sociais, mas o sentindo que é atribuído ao praticante (MENEZES, 2005).

A minha preocupação esteve voltada a ouvir o que gostariam de contar e devido à grande quantidade de informações o gravador foi percebido como caminho mais viável. Tomando o depoimento destas mulheres como fonte de análise, a ferramenta me permitiria realizar uma transcrição de seus relatos e possibilitava uma volta a tudo o que foi dito. Além disso concedeu uma nova experiência, onde ao reproduzir e transcrever tais depoimentos pude perceber momentos de silêncio e alguns detalhes que me escaparam no trabalho de campo e que são ricos à uma análise do contexto.

A partir do gravador tive alcance não só ao que me falavam, mas também a diversos outros ruídos e sons que compunham o cenário do lugar de onde estavam falando: bate papo e comentários entre familiares, sorrisos, silêncios, etc. Ao chegar na casa destas mulheres procurei deixar evidente a presença do gravador, mesmo que desligado. Neste momento da pesquisa não éramos só nós em uma recepção, estávamos em um outro ambiente e eu precisaria ouvir e saber tudo o que poderiam me contar. A explicação a respeito daquele “intruso” estava amarrada a questões do desenvolvimento do trabalho.

É evidente que o pedido para utilizar o gravador foi feito e que eu não o usaria caso não fosse consentido. Contudo, apesar de não haver uma objeção, preferi iniciar a conversa com o equipamento desligado, avisando o momento exato do “rec”. Há desvantagens que já eram

esperadas, foi perceptível a mudança no diálogo e o incômodo que causou. A ferramenta causa certo pavor no momento em que é acionada, a sensação é de que a relação deixa de ser um diálogo comum e passa à outra natureza, o que pôde ser entendido logo quando me perguntavam: “-O que eu falo agora?”.

A observação participante também tem papel fundamental nesta etapa. Mais do que as ouvir, eu também procurei dedicar atenção a tudo o que estava a minha volta, considerando junto ao discurso todo o contexto de onde se falava e o momento da fala. Descrever o cenário não é apenas uma alegoria para a finalidade deste trabalho, ao pensar a relação destas mulheres com as políticas de assistência social e a gestão da vida não poderia me prender apenas a uma análise de discurso verbal; tomo, portanto, as recomendações de Fonseca:

> A abordagem etnográfica exige uma atenção especial a essas outras linguagens que técnicas de entrevista têm mais dificuldade em alcançar. Ao cruzar dados, comparar diferentes tipos de discurso, confrontar falas de diferentes sujeitos sobre a mesma realidade, constrói-se a tessitura da vida social em que todo valor, emoção ou atitude está inscrita. (1999, p.64)

A reflexividade que procurei trazer a esta parte do trabalho foi alcançada através deste cruzamento de dados. Não apenas do que pude observar no momento da entrevista, mas sim de tudo o que aconteceu antes – desde que cheguei à rua- até o que veio depois - o momento em que fui embora. Piadas, cafés fracos, a Tv ligada na sala de estar, o caminho de pedras. Procuro dar atenção a tudo o que formou o momento da pesquisa, para assim alcançar os objetivos que proponho.

CAPÍTULO 2:

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O CENTRO DE REFERÊNCIA:

Da teoria à prática.

Temas relacionados às "Políticas de Assistência Social" ganharam destaque nos atuais debates políticos do país, principalmente dado um fato relevante: Os avanços acerca da questão social. Concomitantemente, uma série de discussões são colocadas em pauta, dividindo opiniões na sociedade e provocando desavenças entre os que se colocam favoráveis e os que se mostram adversos a esta posição. Dado o período de 13 anos em que o PT (Partido dos Trabalhadores) esteve no poder[21] (onde o seu principal representante, Luís Inácio Lula da Silva, ficou conhecido por muitos como o "Pai dos pobres"), nunca se ouviu falar tanto em combate a desigualdade social, erradicação da pobreza e da fome: três das principais bandeiras das políticas sociais.

Entretanto, mesmo que acalorados os debates no período atual, a Assistência Social enquanto política pública de direito tem o seu marco na Constituição Federal de 1988 (CF, 1988). Este processo de concretização se deu de forma vagarosa, marcado por eventos significativos que culminaram em sua alteração do ponto de vista emergencial e passageiro, para sua inscrição na condição de direito estatal. Se anteriormente este campo caracterizava-se como não político - relacionado à caridade e filantropia, a constituição cidadã é promulgada como resposta aos movimentos sociais que se fortaleceram nos anos 1980, e que reivindicavam, entre outras coisas, em prol da efetivação de direitos civis e sociais (COLIN, 2013).

Presente no título VIII da CF 88, capítulo II, a Assistência Social passou a ser tratada juntamente com as políticas de saúde e de previdência social, formando assim a tríade da "Seguridade Social". Em seção própria, está detalhada nos artigos 203 e 204, onde estão expressos os seus objetivos, a fonte de recursos que as custearão e as suas diretrizes. Desta forma a Assistência Social é firmada como política pública que deve atender a todos que dela necessitar, por meio de um sistema descentralizado e que visa a participação da população na sua formulação (BRASIL, 1988).

---

[21] A história começou em 2003, quando Luís Inácio Lula da Silva foi eleito à presidência do Brasil. Após dois mandatos consecutivos, Lula elege Dilma Rousseff como sua sucessora. Dilma fica à frente da presidência e é reeleita em 2014, até um impeachment no ano de 2016 que a afasta do seu cargo.

Este direito previsto pela Constituição de 88 é assegurado através de uma Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 7/dezembro de 1993, que busca dar concretude ao proposto pela Constituição. A LOAS, em seu artigo 1°, regulamenta a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma política de seguridade não contributiva (BRASIL, 1993). Como coloca Colin, entre a Carta Magna e a sanção desta lei foram necessários cinco anos de debates e negociações no Congresso e no Governo Federal. Entretanto, sua efetuação se deu por etapas: na primeira década, após a promulgação da Carta e já implementada a LOAS, a Assistência Social estava marcada por características assistencialistas, ações desarticuladas e pontuais, regulamentadas de maneira frágil:

> Estas ações eram organizadas por meio de programas e projetos pouco aderentes as diversidades regionais e dos municípios brasileiros, materializados por meio de financiamento operado na lógica convenial. Estas práticas se mostraram insuficientes para a implementação da assistência social como política pública e, ainda, subalternizavam e culpabilizavam as famílias e indivíduos pelas situações vivenciadas. (COLIN, 2013, p. 9).

Como visto, apesar da aprovação em lei, a assistência social ainda era tida como honorabilidade, permanecendo envolvidas por contradições referentes à ação do Estado no atendimento às necessidades da população.

Somente por meio das deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) que se estabeleceu, no ano de 2004, um novo texto para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) com fins de consolidação da Lei Orgânica. Buscava-se alcançar ações diretas aos antigos pressupostos, "por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação" (BRASIL, 2004, p. 11). Para além de visar o público a que se destinava, o PNAS elencou quais ofertas protetivas que a Assistência Social deveria garantir, entre elas: "segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar" (2004, p. 31).

Buscando materializar as ações previstas pelo PNAS e consolidar a Assistência Social como direito de cidadania no Brasil, no ano de 2005 o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é estabelecido, baseado em um regime descentralizado, participativo e de direção única, configurando-se em um novo modelo de ordenação. Na forma de um Sistema Único as ações operadas são acompanhadas por instrumentos da vigilância socioassistencial. A gestão pauta-se no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências das três esfera de governo na determinação das ações, em conformidade com o indicado na LOAS.

Busca-se, por meio deste regimento, que suas formas de operacionalização e instrumentos de gestão sejam pactuadas através de deliberações das Conferências, dos

Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada Tripartite e Bipartites – CIT e CIBs[22]. Desta forma, estas pactuações visam os encaminhamentos, a coordenação e o atendimento no território, objetivando as ofertas perante as metas de proteção. Como citado no PNAS, o propósito da Assistência Social passa a não mais compreender a função de demandas segmentadas por divisões setoriais, mas sim em termos socioterritoriais. Neste sentido:

> indicar quantos, quais, quem e onde estão os brasileiros demandatários de atendimentos de Assistência Social(...) levando em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família (BRASIL, 2004, p.15).

Vale ressaltar que um ponto fundamental para a implementação do SUAS foi a aprovação de sua Norma Operacional Básica (Nob/SUAS), discutida pelo CNAS no ano de 2005 e alterada no ano de 2012. Nesta perspectiva, é a Nob/SUAS que garante as bases e diretrizes da política em questão, garantindo uma nova organização na sua implementação e distribuindo suas ações por meio de classificações de níveis de complexidade. Em termos práticos, foi a partir da aprovação desta norma operacional que a política alcançou a institucionalidade nos territórios. Ao definir a matricialidade sociofamiliar e a territorialização como princípios organizativos, buscou-se alcançar a população e promover a oferta de serviços e programas que visam a proteção social.

A vigilância e a rede socioassistencial previstas na Nob/SUAS buscam, entre outras coisas, conhecer a presença da vulnerabilidade social no território e operar serviços, programas e benefícios à população. Desta forma, a instituição de unidades públicas efetivou as ações do SUAS nos municípios através de Centros de Referência (BRASIL, 2012). Os CRAS - Centros de Referência da Assistência Social; e CREAS - Centros de Referência Especializado de Assistência Social, são diferenciados por meio da identificação de níveis de complexidade de suas ações na proteção social, estando classificadas como básica e especial, respectivamente.

Assim, O CREAS destina-se a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, induzido, principalmente, pela violação de direitos. Geralmente situações de violência, abuso, abandono, maus tratos, entre outros. O CRAS, por sua vez, atua prioritariamente com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, sendo responsável pela oferta dos Serviços de Proteção e Atenção Integral às Famílias (PAIF). É objetivo deste centro prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, destinando-se a população que vive em situação de vulnerabilidade social

[22] A Comissão Intergestora Tripartite – CIT, representa as três esferas do governo e do DF, sendo responsável por aspectos operacionais de gestão nacional. As Comissões Intergetoras Bipartites, de âmbito estadual e com representação do Estado e dos municípios, visam à gestão local/regional.

decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos (BRASIL, 2004). O estabelecimento destes Centros de Referência revela-se como um importante método de atendimento, é através de sua organização e na formulação do trabalho social com as famílias que se materializam as ações desta política.

A ação que este trabalho se propôs a investigar – o PAA- está inserida no programa de assistência ofertada pelo CRAS, o que implica dizer que se configura em uma proteção social básica. Ela opera através do desenvolvimento de serviços, programas, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada, funcionando em sistema de rede, onde os sujeitos estão inseridos nas diversas ações ofertadas (BRASIL, 2004).

Como citado acima, a principal atividade do CRAS concentra-se na operacionalização do PAIF, no qual, tem como objetivos centrais: fortalecer a função protetiva da família, buscando colaborar na sua qualidade de vida; prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando uma solução para enfrentamento das situações de fragilidade social vivenciadas; promover aquisições sociais e materiais, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades; inserção das famílias na rede de proteção socioassistencial, agenciando o acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços de assistência; encaminhamento para as demais políticas públicas e sociais, desenvolvendo as ações intersetoriais que visem a sustentabilidade; apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares (BRASIL, 2016).

Nestes termos, é através da elaboração e trabalho com as famílias que o CRAS organiza os demais serviços referenciados. Podemos considerar, portanto, o Centro de Referência da Assistência Social como unidade pública, um “dispositivo de gestão” (AGAMBEN, 2009) que assegura a efetivação da rede de serviços sociais e obedece a certas normas à sua estrutura física e preparação da “equipe de referência”. Toda a sua composição está voltada à execução dos projetos, desde espaços de recepção, atendimento, usos coletivos e cozinha, até profissionais voltados a amparos psicológicos, assistentes sociais, professores de diversas áreas e demais servidores, todos responsáveis por garantir a efetividade, continuidade e eficácia dos programas, serviços e projetos ofertados. Dentre eles:

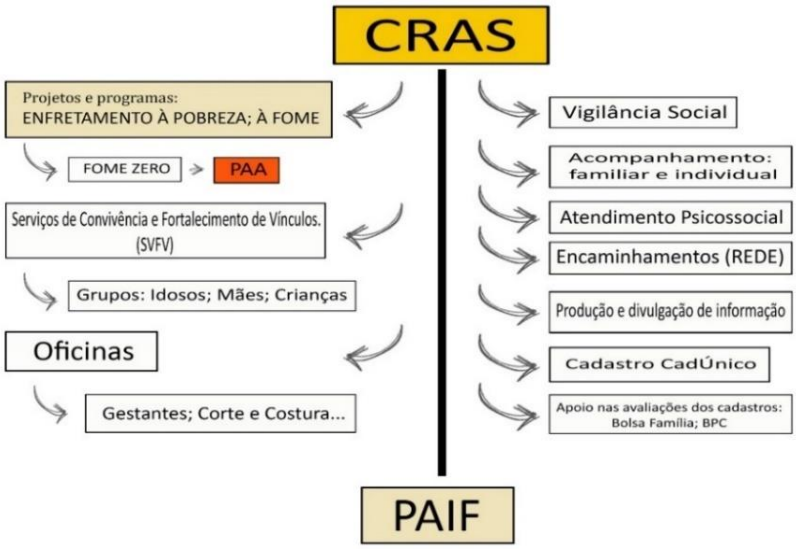

Figura 3 - Serviços de referência do CRAS Rio Tinto/PB - Fonte: Acervo da pesquisa

Revestida sobre o conceito de "Proteção social" o SUAS concentra as suas ações neste equipamento, adotando o "risco" e a "vulnerabilidade social" como questões centrais para a sua assistência. Estas questões serão analisadas no decorrer deste trabalho, tornando-se parte das discussões a respeito das principais diretrizes do PNAS: territorialização e matricialidade sociofamiliar.

Vulnerabilidade Social? A "pobreza" que se fala e a que se vê.

Vulnerabilidade e risco social são conceitos bastante utilizados dentro das discussões a respeito das políticas de assistência social, sejam voltadas às famílias ou fora delas. Dados os avanços desta política, uma demarcação importante foi a definição de seus usuários, que seriam para além dos seus sujeitos tradicionais: em situação de desemprego, subemprego e inaptos ao trabalho; cidadãos e grupos que se encontrem em situações tais como perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidade estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza, entre outros.

Entretanto, mesmo que muitas vezes apareçam relacionados, risco e vulnerabilidade possuem bases distintas, o que condicionam a sua operacionalização. O conceito de risco, em suma, busca detectar a ameaça de um evento a acontecer, estando articulado com a antecipação da prevenção ou com a organização da redução de seus efeitos, quando sua ocorrência não pode

ser evitada. No âmbito da atuação da Assistência Social, como define a PNAS, representam situações de riscos a incidência ou a possibilidade de ocorrência de violência, abandono, abuso, discriminação, rompimento de vínculos familiares, entre outros.

A Vulnerabilidade Social se estabelece através de circunstâncias que podem levar à exclusão social, originando-se no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais, processos discriminatórios e segregacionistas, provocados por processos históricos e construções sociais que beneficiam alguns em detrimento de outros (BRASIL, 2014). Dentre as variáveis apontadas pelo Sistema Único de Assistência Social, como pressupostos para a identificação e reconhecimento da população vulnerável, é considerado o conjunto de pessoas que apresentam pelo menos uma das características relacionadas a seguir:

> 1. Famílias com serviços de infraestrutura inadequados: 1.1. Abastecimento de água provenientes de poços ou nascentes ou outras formas; 1.2. Sem banheiro ou sanitário; 1.3. Destino do lixo inadequado conforme legislação; 1.4. Mais de 2 moradores por dormitório; 2. Famílias com renda familiar per capita inferior ¼ salário mínimo: 3. Família com renda familiar per capita inferior ½ salário mínimo; 3.1. Com pessoas de 0 a 14 anos 3.2. Com responsável com menos de 4 anos de estudo; 4. Família na qual há um chefe de família mulher, sem cônjuge; 4.1. Com filhos menores de 15 anos; 4.2. Ser analfabeta; 5. Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais; 5.1. Desocupada (procurando trabalho); 5.2. Com quatro ou menos anos de estudo; 6. Família na qual uma pessoa de 10 a 15 anos trabalhe; 7. Família na qual há uma pessoa de 4 a 14 anos que não estude; 8. Família com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo; 8.1. Com pessoa com deficiência; 8.2. Com pessoa de 60 anos ou mais (BRASIL, 2013, p. 87).

Estando o tópico 1 relacionado à precariedade nas condições de moradia e território (o que está condicionado também a políticas de bem-estar social), os demais dizem respeito a situações de renda - linha de pobreza e indigência - e educação, incluindo também famílias monoparentais de responsabilidade feminina, a presença de idosos e deficientes físicos.

Ou seja, respeitando o que já foi posto anteriormente, a vulnerabilidade social busca dar conta do que o Estado entende por "pobreza" e "desigualdade social", onde a primeira estaria ligada à renda e que serve como indicador de monitoramento e avaliação para serviços públicos; e a segunda voltada a atender grupos que enfrentam processos de discriminação e segregação, fatores estes que limitam a inclusão social de determinados sujeitos. A proteção social básica, ofertada pelo CRAS e base de análise do programa na qual este trabalho se detém, assume o risco e a vulnerabilidade social como princípios de suas ações.

Adoto, neste tópico, a "Vulnerabilidade Social" como principal ferramenta analítica, tendo em vista que é preciso compreender o aspecto multidimensional deste conceito. Priorizar uma discussão a respeito da vulnerabilidade social não é diminuir a importância do conceito de risco. Pois, por mais que não sejam análogos, os dois conceitos guardam relações de proximidade. Ao analisar mais afundo a vulnerabilidade social estarei também apontando

referências sobre risco, tendo como ideia a colocação de Mary Douglas, para quem a percepção do risco é um processo social. De acordo com a autora, os julgamentos sobre o risco seriam políticos, morais e estéticos, estando fundamentados por meio de contextos culturais.

> Nossa resposta será que a seleção dos riscos com que se preocupar depende das formas sociais escolhidas. A seleção de riscos e a escolha de como viver são feitas juntas. Cada forma de vida social conta com seu leque de riscos típicos. Valores comuns acarretam temores comuns (e, por conseguinte, também um consenso quanto a não recear outros fatores). (2012, p.8)

Ao demarcarem a vulnerabilidade social como diretriz de atuação da ação social, os sujeitos definidos neste grupo de vulnerabilidade são conformados em características similares, em uma conjugação de fatores que vão desde particularidades do território, carências e/ou fragilidades das famílias ou indivíduos, até a carência de renda. Desta forma, o risco estará prontamente ligado às características de vida dos sujeitos, em resposta a eventuais problemas que possam surgir.

Oliveira aponta que "os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população brasileira situados na linha de pobreza". Entretanto, a visão de pobreza trazida pelo autor parte do ponto de vista econômico, abrindo pouco espaço para uma discussão mais social a este respeito. Como é colocado por ele ao afirmar que a significação econômica da vulnerabilidade social é "insuficiente e incompleta", tendo em vista que não especifica as condições pelas quais os diferentes grupos sociais ingressam no conjunto dos indivíduos ou grupos vulneráveis. Segundo Oliveira, "os grupos sociais vulneráveis se tornaram vulneráveis, pela ação de outros agentes sociais". Esta visão torna-se relevante "não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mas também porque identifica processos de produção da discriminação social" (1995, p.9)

Claro que esta relação entre pobreza, desigualdade e exclusão social não deixaria de trazer problemas para a lógica do Estado. Mesmo que comprovado os esforços em se definir parâmetros para uma linha de pobreza para o Brasil , na prática a abordagem passa a ser adotada enquanto insuficiência de renda. Este viés é elaborado pensando no valor monetário necessário a prover necessidades mínimas, em uma correlação entre nível de renda e indicadores de bem-estar físico e qualidade de vida, o que nas palavras de Sonia Rocha pode ser pensada enquanto "pobreza absoluta" (2006).

Este parâmetro aponta problemas, tendo em vista que ao ligarmos a situação de pobreza exclusivamente ao campo do capital estaríamos depreciando um dos seus principais pontos. Nesta perspectiva, como é colocado por Lavinas, não é possível analisar a pobreza dissociando ou apartando as relações sociais que produzem e reproduzem a desigualdade. A razão maior da

pobreza na américa latina é a exclusão e a desigualdade, intensificada pelo contexto institucional no qual ela se reproduz, que jamais legitimou o direito dos pobres de integrarem a sociedade do bem-estar, da produção da riqueza e do consumo (2003, p.51).

Entra em questão a chamada “pobreza relativa”, que nas palavras de Sônia Rocha (2006, p.11) significa as necessidades a serem satisfeitas em relação ao modo de vida predominante na sociedade em questão, incorporando a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Este indicador de pobreza atende necessidades próprias aos habitantes de determinada sociedade, estabelecendo uma média padrão de qualidade de vida a ser alcançada. Em oposição a pobreza absoluta, que visa a renda mínima para a subsistência de determinado grupo, a pobreza relativa diz respeito a qualidade de vida geral de seus habitantes. Nas palavras de Townsend (Apud LAVINAS, 2003), as pessoas são relativamente pobres se não puderem usufruir de determinadas condições que lhes permitam atuar, participar e comportar-se tal como seria esperado, na qualidade de membros que são de uma sociedade, o que diz respeito a necessidades referentes a dieta, serviços, amenidades e padrões.

Nesta perspectiva, a pobreza passa a considerar a estrutura social e institucional vigente, sendo, portanto, socialmente justificada. Ela muda de contexto para contexto, o que infere dizer que possui diferentes perfis. Cabe a mim concordar com o que foi colocado por Zaluar, há uma separação entre mundos, uma hierarquia de classes em meio a sociedade que difere os sujeitos e os coloca em posições divergentes em relação a direitos e acesso a riquezas (1985). O sentido que tomo é que a pobreza relacionada à carência de renda não deve excluir fatores referentes a desigualdade social, tendo em vista que ambas atuam como parte de uma mesma questão.

Cabe compreender a situação da pobreza a partir da consideração de perspectivas "objetivas" e "subjetivas", levando em conta não apenas o seu enfoque absoluto - do padrão mínimo de subsistência, mas também o seu caráter relativo. O que pretendo analisar é que mais que uma pobreza calculada por renda, que é a que se fala em indicadores e que serve como parâmetro para o foco das ações do Estado, a vulnerabilidade social parece dar conta de uma pobreza que pode ser vista, condizente a contextos históricos e/ou familiares particulares, que contribuem com a desigualdade e dificulta o acesso a melhores oportunidades.

Territorialização e um “Porque a Vila Regina?”

A evolução normativa pela qual passou a Assistência Social após a constituição de 1988 buscou intensificar seu programa de ações preventivas e de melhoria de qualidade de vida,

fundamentando-se em uma diretriz que serve como base para os seus planejamentos: a descentralização política administrativa. Entre os principais fatores de operacionalização, o "Território" se constitui como um importante mecanismo para efetivação do SUAS, tanto no que diz respeito à verificação de situações de vulnerabilidades quanto a ação e elaboração dos serviços a serem disponibilizados.

O que se coloca em pauta é a urgência desta perspectiva. Dada a alta densidade populacional e sua heterogeneidade socioterritorial, busca-se uma integração entre o global e o particular, abandonando a antiga vertente de ações setoriais e observando as particularidades e emergências de cada localidade. Neste campo de análise apresenta-se um novo modo de compreensão e atuação, "pautada na dimensão ética de incluir "os 'invisíveis', transformados em casos individuais, enquanto parte de uma situação social coletiva" (BRASIL, 2004, p.15).

O centro deste princípio é o que o PNAS considera como a necessidade de relacionar as pessoas e seus territórios, exigindo uma maior aproximação da vida cotidiana, local onde se constituem não só os riscos e as vulnerabilidades, mas também as possibilidades de enfretamento, os recursos disponíveis e suas potencialidades. Assim, pautados em uma perspectiva socioterritorial, as ações se dão nas "capilaridades dos territórios", lugar onde se reconhece a dinâmica que se exerce no cotidiano das populações. Mais que uma questão geográfica, o território se configura como um produto das ações sociais.

Este conceito compreende as relações de afetividade, reconhecimento e identidade que se dão entre os indivíduos que partilham a vida em determinada localidade. É nela que se manifestam a solidariedade, a cumplicidade, o sentimento de pertencimento, a extensão das relações familiares – muitas vezes para além dos laços de consanguinidade. De modo similar a este pensamento, Ezra Park pontua que a cidade está para além de um mecanismo físico, estando envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem. Nas palavras de Park, "a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes, tradições e dos sentimentos e atitudes organizados" (1987, p.26).

Entretanto, esta ideia de "Cidade" trazida por Park, merece algumas considerações ao pensar o conceito de "Território" dentro das políticas públicas. Mesmo que relacionados, município e território não podem ser analisados de uma mesma maneira, tendo em vista que determinadas áreas possuem características que as diferem de outras. Isto está previsto no PNAS, que ao definir a cidade como a menor escala administrativa governamental, pontua que esta poderá ter separações intra-urbanas, entendidas também como territorializações (BRASIL,

2004). Ou seja, dentro de uma mesma localidade urbana é possível existir certa multiplicidade territorial, sucedidas, muitas vezes, de desigualdades sociais advindas de seu processo histórico.

Robert Ezra Park pontua que, através do crescimento da cidade em relação à população, há uma influência de simpatias, rivalidades e necessidades econômicas que tendem a controlar a distribuição destes sujeitos. Devido ao acrescido valor em localizações vantajosas, geralmente circundadas por comércio e indústrias, as classes mais pobres são excluídas, crescendo assim setores que são habitados por grande parte desta população. Como efeito, cada parte da cidade tende a assumir sentimentos peculiares aos seus habitantes, convertendo-se em vizinhança, o que nas palavras do autor significa: "uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua" (1987, p.5).

O cerne deste debate sobre território e territorialidade para as políticas públicas não está somente no espaço físico em si, mesmo tratando de localidades específicas. As ações do Estado utilizam-se deste conceito pensando na relação entre o que Koga denominou como "território ator" e "território próximo". Ou seja, as relações dos indivíduos entre sua localidade e entre si, considerando as relações imediatas entre cidadãos e seu local de vivência cotidiana. É neste lugar onde as necessidades devem ser supridas de forma próxima e que, por isso, torna-se o centro das políticas públicas: a educação, a saúde, a assistência social, o lazer (KOGA, 2005).

Dados os conceitos de políticas públicas trabalhados anteriormente, sabemos os sujeitos a que se destinam as ações da proteção social. Esta dimensão territorial ganha o sentido de localização e de proximidade, baseada em uma perspectiva de proteção proativa. No entendimento de que, ao implementar os serviços sociais próximos aos cidadãos, é possível facilitar o acesso e antecipar respostas às suas necessidades, possibilitando a efetivação das ações de governo e uma aproximação entre poder público e população.

Portanto, o princípio se constitui através do reconhecimento da existência de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade. As ações de assistência social são planejadas através da averiguação destes fatores, avaliando a localização da rede de serviços e os territórios de maior incidência de vulnerabilidade e riscos dentro do município. Desta forma, O CRAS, enquanto estrutura física - de base municipal, tem por objetivo atuar localmente tendo como direcionamento as normas universais da política social. Trata-se de uma ação de descentralização dentro do próprio município, tornando-se o ponto focal da rede socioassistencial em seu território.

> As funções do CRAS não devem ser confundidas com as funções do órgão gestor da política de assistência social municipal ou do DF: os CRAS são unidades locais que têm por atribuições a organização da rede socioassistencial e oferta de serviços da

> proteção social básica em determinado território, enquanto o órgão gestor municipal ou do DF tem por funções a organização e gestão do SUAS em todo o município (BRASIL, 2009, p.11)

O Centro de Referência da Assistência Social está destinado à prestação de serviços e a conexão à rede socioassistencial no seu local de abrangência. Entretanto, busca uma articulação intersetorial, conectando diferentes serviços - escolas, postos de saúde, esporte, habitação etc – em um diálogo que se dirige a potencialização da proteção social. Neste sentido, a partir da estruturação predial e de suas instalações, o CRAS ganha materialidade, passando a integrar o território e se territorializar com as diversas relações sociais. Participar do cotidiano e se fixar na comunidade tornam-se requisitos essenciais para efetivação das políticas do CRAS, diferenciando esta unidade do restante da rede e contribuindo com a intersetorialidade e a busca ativa[23].

Para discutirmos a implementação deste Centro de Referência no município de Rio Tinto é preciso compreender as suas particularidades, relembrando o que já foi colocado no capítulo anterior: Rio Tinto é uma cidade marcada por um processo de produção de desigualdades, que culminou em uma distribuição socioespacial determinada. Além disso, mesmo que a sua unidade territorial tenha o dobro da área encontrada na capital do estado[24], o espaço urbano e de maior concentração da população não ultrapassa nem ¼ de sua extensão[25]. Os dados abordados no subcapítulo 1.1 permitiram uma análise das características do município, as quais condicionam a política de Assistência Social e sua gestão municipal.

Neste subcapítulo busco apresentar alguns dados da gestão da Assistência Social na esfera local. Destaco, de início, que o nível de gestão do SUAS para Rio Tinto - PB é o da habilitação da gestão Básica[26], estando caracterizado também como um município de Pequeno Porte II. É acordado que neste nível de habilitação a gestão municipal assuma a Proteção Social Básica na Assistência Social, devendo se responsabilizar pela oferta de programas, projetos e

---

[23] "A busca ativa é uma importante ferramenta de proteção social, pois disponibiliza informações sobre o território, essenciais para o planejamento local e para a ação preventiva da Proteção Básica, por meio da identificação de vulnerabilidades e potencialidades, permitindo assim compreender melhor a realidade social, para nela atuar (...) refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território (...) tem por foco os potenciais usuários do SUAS cuja demanda não é espontânea ou encaminhada por outras instâncias, bem como considera as informações estratégicas para a ação coletiva" (BRASIL, 2009)

[24] Segundo os dados no site do IBGE: A área de João Pessoa – PB está registrada em 211,475 km²; a de Rio Tinto - PB é igual a 466,666 km².

[25] Ver figura 1: Área total do município de Rio Tinto e distribuição espacial.

[26] O Sistema Único de Assistência Social abarca quatro modelos diferentes de gestão, referentes a União, Distrito Federal, dos estados e dos municípios. No caso da gestão municipal, são possíveis três níveis de habilitação ao SUAS: Inicial, Básica e Plena.

serviços socioassistenciais voltados ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, favorecendo os conveniados ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e à transferência de renda, e que vigiem direitos violados no território (BRASIL, 2005).

O porte do município funciona como referência à implantação desta proteção, que deve atender a certos requisitos da gestão: o mínimo de Centros de Referência da Assistência Social para o número máximo de famílias referenciadas no território[27]. Uma informação relevante sobre a gestão no município de Rio Tinto é que, no mês de março de 2017[28], 5.403 famílias encontravam-se inscritas no Cadastro Único[29] para Programas Sociais, destas, 3.987 famílias estavam cadastradas como beneficiárias do Programa Bolsa Família. Ou seja, em uma média estimada de 3 habitantes por grupo doméstico, o total de pessoas consideradas como baixa renda corresponderia a 16.209: mais de 50% da população do município; onde 11.961 pessoas estariam vinculadas ao PBF, programa que pode ser visto como de destaque para o acesso de outros serviços de educação, saúde e assistência social, e que permite também o reconhecimento das parcelas mais vulneráveis da sociedade (JACCOUD, 2013).

É a partir desta perspectiva que se assenta a questão: Por que a Vila Regina? Há, em Rio Tinto, a discussão de que o CRAS na Vila Regina não atende à demanda de maior parte da população, o que enfraquece a visão do Centro como "porta de entrada do "SUAS". Estando afastado cerca de 2,6 Km do centro da cidade, o Centro de Referência não atende à população da Rio Tinto Central (contando também a área "4 ruas") e Salema. Além disso, dada a distância do CRAS para outros serviços da rede socioassistencial que estão localizadas na região central – CREAS, Adm. Bolsa Família, entre outras - as famílias da Vila Regina também seriam lesadas, tendo em vista o caminho que precisam percorrer para regulamentar algumas burocracias.

---

[27] Uma cidade de Pequeno Porte II, como o caso de Rio Tinto, deve estruturar o mínimo de 1 CRAS para 3.500 famílias referenciadas. Algumas críticas podem ser feitas a esta questão, mas não é este o objetivo deste trabalho.

[28] Essas informações foram conseguidas na Secretaria de Ação Social do município no mês de abril de 2018, portanto, alguns números não estarão atualizados.

[29] O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. As informações registradas dão conta da identificação de cada pessoa do grupo doméstico, características da residência, situação de trabalho e renda, escolaridade, entre outras.

Figura 4- Distribuição urbana – Rio Tinto

Entretanto, estando previsto no caderno de orientações técnicas do CRAS que o seu plano de cobertura deva atender as áreas de maior vulnerabilidade do município, considerando fatores como dispersão territorial e presença de população indígena, a escolha desta localização torna-se compreensível. A Vila Regina, como é conhecida pela população, abriga uma comunidade de remanescentes Potiguaras, estando cercada também por outras pequenas aldeias. Além disso, ao caminhar pela região, é possível perceber problemas estruturais tais como a deficiência no saneamento básico e a precariedade de algumas habitações.

Diferente de Salema, que é cercada por residenciais, pequenas granjas e casas mais ricas; e de Rio Tinto (central), a área de maior comércio e onde maior parte das habitações são de universitários e antigos operários (PINTO,2015). A Vila Regina é habitada por uma parte da população com menor poder aquisitivo, dividindo-se em Monte-mor, Regina I, Regina II, Jaraguá e Jaqueira. Há certa distância entre o CRAS e estes assentamentos, o que acaba exigindo estratégias para que os serviços possam ser acessados e para que as ações possam ser concretizadas.

A comunidade sofre de pequenos "atrasos" referentes a um projeto de infraestrutura. Por mais que não possa ser comparada com outras regiões do país, onde a miséria se instala de forma mais concreta – presença de barracos e problemas sanitários mais sérios, a Vila Regina e as áreas que a circundam se diferem das outras áreas da cidade. Apenas a área central – caminho que leva até a Baia da Traição – é pavimentada com paralelepípedos, as demais ainda são de terra batida. Além disso, a presença de mangue e vegetação variada circundam a região,

o que atrai mosquitos, uma série de outros animais e serve como um depósito clandestino para o lixo dos moradores.

O estilo das casas também varia bastante pela localidade. Na área central é possível encontrar moradias mais "ricas" ou, até mesmo, reformadas. Devido ao processo de industrialização e a construção de casas para os operários da CTRT, alguns espaços possuem certa padronização nas habitações (PINTO, 2015), o que acaba por "melhorar" a aparência da localidade. Contudo, isso não está presente nas regiões da Regina I e II, Jaqueira e Jaraguá. Além da aparência de domicílios em condições precárias, é possível encontrar esgoto a céu aberto, depósitos de lixo, ruinas da antiga fábrica, pouco ou nenhum investimento na facilitação da mobilidade urbana, entre outros.

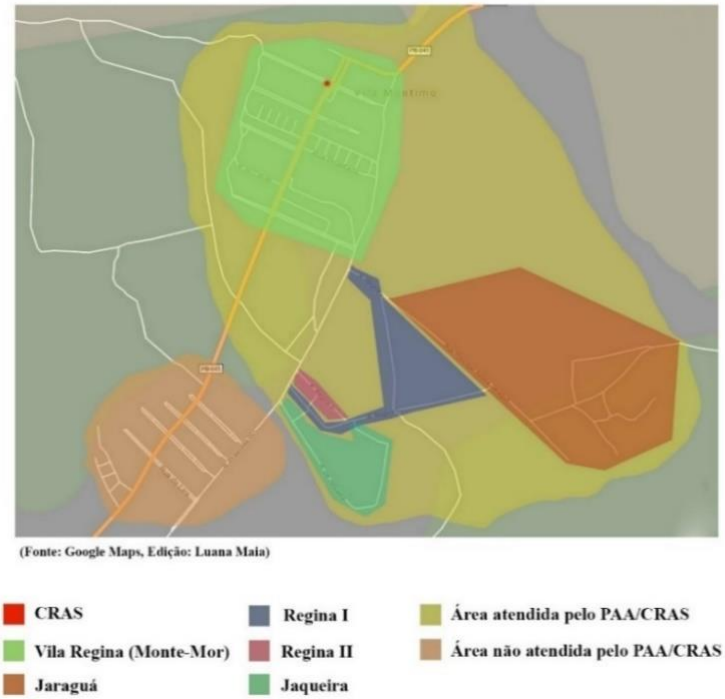

Figura 5- Áreas de referência do CRAS – Rio Tinto

Todas as famílias desta área são consideradas como "referenciadas", mesmo que não estejam cadastradas em serviços do CRAS. É sobre este território que o Centro dedica as suas atenções de proteção social: busca-se identificar, analisar e problematizar a situação destas famílias para que, de uma forma planejada, a Política de Assistência Social, juntamente com outras políticas públicas, contribua com o enfrentamento e superação da situação de vulnerabilidade e risco social.

A Mulher da casa: notas sobre proteção social, matricialidade sociofamiliar e relações de gênero.

O princípio da matricialidade sociofamiliar é considerado como um dos avanços gerados desde a aprovação do PNAS e instauração do SUAS, que, visando superar a desintegração dos atendimentos - antes destinada ao atendimento dos indivíduos de forma isolada, estabeleceram a centralidade da família na compreensão e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, visando uma efetiva promoção da política de proteção social (TEXEIRA, 2009). Este novo recorte, antes de mais nada, ressalta a participação deste grupo no contexto da vida social, principalmente no que se refere a execução de uma política pública.

Antes de adentrar na análise de como a política define "família", se faz necessário analisar o conceito de "proteção social", visando alcançar a ligação entre esta política e a diretriz responsável por assegurar sua eficiência. De acordo com Di Giovanni, entende-se por proteção social "As formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros", decorrendo de "certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações" (Apud BRASIL, 2004, p.31). Logo a proteção social envolve bens materiais, culturais, cuidados aos membros mais fragilizados e as normativas de proteção, tomando a forma da principal contribuição da assistência social na garantia de direitos e condições de vida digna.

Como já foi colocado anteriormente, o território torna-se um instrumento preciso para a garantia da proteção social, permitindo a aproximação do cotidiano da vida das pessoas e na identificação de vulnerabilidades. Somando-se a isso, a centralidade na unidade sociofamiliar possibilita o reconhecimento e exame das necessidades e dos recursos de cada grupo domiciliar, constituindo-se como principal ponto de ação de suas medidas protetivas, como colocado no PNAS:

> faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeito de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso. (BRASIL, 2004, p.41)

Pensada como grupo de pessoas ligadas por laços de consanguinidade e/ou afinidades, a família teria um lugar fundamental no processo de socialização e desenvolvimento humano. Os vínculos estariam centrados através de obrigações recíprocas constituídas por relações de gênero e geração, contemplando, além disso, a totalidade das relações e dinâmicas que a perpassam. Segundo este entendimento, a família é parte complementar à garantia da proteção

social aos seus membros, o que, segundo Teixeira, gera certa ambiguidade no que diz respeito a "cuidar e proteger a família ou fornecer meios para que ela cuide dos seus membros" (2009, p.259).

O PNAS busca superar uma concepção tradicional do modelo familiar. Enfocando a família em seu contexto sociocultural, pretende compreendê-la em seus diversos arranjos, dinâmicas, estruturas, modelos e variações possíveis. O documento especifica que "estamos diante de uma família, quando encontramos um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade" (Brasil, 2004, p. 28). De certo, há uma tentativa de ampliar as percepções sobre os arranjos familiares, mas parece exaltar a responsabilidade do grupo, reforçando certo ideário a respeito do que seja um núcleo familiar.

Desta forma, percebemos que mesmo enaltecendo as diversas configurações e formatos que a família vem assumindo diante das diversas transformações culturais e sociais, a política ainda a define como principal responsável pela proteção e manutenção dos seus membros, demonstrando um horizonte de responsabilização deste grupo. Como coloca Teixeira, "há sempre o reforço das funções da família; ajudá-las a cuidar de seus membros é a tônica do texto; é o que é esperado, independente de seus formatos ou modelos" (2009, p.259).

Esta responsabilização já não é novidade, torna-se pauta de diversos outros trabalhos que tomam as Políticas Públicas como objeto de análise, tendo em vista que políticas de educação, saúde, entre outros, se valem do mesmo princípio. Em *A Polícia das Famílias*, Jacques Donzelot (2001) já apontou esta configuração, mesmo que resvalando ainda sobre os termos da filantropia, suas análises não deixam de ser pontuais quando se pensa na relação entre a família e as políticas do Estado, principalmente no que diz respeito ao "governo através das famílias".

Na visão deste autor, a família é colocada como foco das atenções em programas de intervenção social, tornando-se ferramenta essencial para a implantação e reconfiguração de tecnologias de governo, além de assegurar uma ordem social pretendida. Donzelot atribui à família moderna o papel de "mecanismo", uma âncora necessária a integração social, peça chave não apenas pelo controle exercido sobre seus membros, mas por tratar-se de uma formação social intimista, forjada através da relação entre pais e filhos (2001). Este papel desempenhado pela família também é pensado por Foucault, que, ao analisar a *Governamentalidade* sob os moldes da emergência da problemática da população - séc. XVIII, pontua que a família se torna "segmento privilegiado, na medida em que, quando se quiser obter alguma coisa da população [...] é pela família que se deverá passar" (2003, p. 289).

Analisar estas posições lança uma questão importante: a relação estabelecida entre a Família e o Estado está para além de sujeito e objeto de direitos. Não se trata de uma relação contida, mas sim participativa. A família pode ser considerada como um "sujeito político" fundamental para a ação das práticas de governo, para a luta por recursos reputações e posições sociais. Como é colocado por Patrice Schuch (2013, p.314):

> Meu argumento fundamental é que a produtividade da questão sobre como a família *funciona* em políticas de intervenção social leva, inevitavelmente, a sua consideração como um *sujeito* político fundamental. E isso não apenas a coloca no centro da configuração de certas práticas de governo, mas também a configura como um agente e/ou recurso nas possibilidades de sua transformação e reinvenção

Trazendo a esta discussão ao Centro de Referência da Assistência Social – Rio Tinto/PB, entendemos o porquê recebe o título de "Casa das famílias". A proteção social básica, ofertada pelo CRAS, atende à premissa da solidariedade que estampa os seus cartazes de boas-vindas. As ações que devem contemplar sujeitos individuais são alcançadas por meio do grupo familiar em que estão inseridos, em um sistema de corresponsabilização. Ao que parece, espera-se destas famílias a ação pela busca de seus direitos. A partir da identificação de cada grupo (geralmente registrada em prontuário), analisam as vulnerabilidades e riscos, encaminham a programas, cobram suas responsabilidades e avaliam seus efeitos (acompanhamento familiar).

Vale reafirmar que tendo na territorialização a sua chave para alcançar áreas de maior vulnerabilidade do município, o CRAS torna-se responsável por serviços de referência ofertadas às famílias desta área. Entretanto, permitindo certa agência dos grupos sob a gestão de suas necessidades, a inscrição na "Casa[30]" só é realizada através de demanda espontânea, quando a procura parte da família em questão; por meio da busca ativa, que já foi comentada no tópico anterior, ou de encaminhamento da rede socioassistencial e/ou intersetorial.

Esta inscrição dá conta do maior número de informações a respeito da família, desde a escolaridade de todos os membros, perfil etário, até informações habitacionais – número de quartos, rede de esgoto, material de paredes externas. A "entrevista de preenchimento" é realizada entre psicólogas e assistentes sociais – equipe de referência, junto à pessoa de referência da casa - geralmente a mulher, mãe de família, é no nome "dela" que maior parte dos prontuários são registrados. O prontuário[31]é a ferramenta indispensável aos serviços de diagnóstico e acompanhamento familiar, registra as principais características do grupo e

[30] Inscrição na casa é o nome dado aos cadastros das famílias que possuem prontuários preenchidos no Centro de referência da Assistência Social.

[31] Pode ser acessado no link:

aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snas/vigilancia/doc/PRONTUARIOSUASMDS.pdf

preserva todo o histórico das ações realizadas junto a este. Por tratar-se de um documento que contém informações pessoais e sigilosas, seu acesso é restrito à equipe de referência.

Há um total de 341 famílias[32] inscritas no Centro, onde, 229 estão ligadas ao programa de aquisição de alimentos (PAA), 90 à cozinha comunitária, 30 estão inseridas no grupo de idosas – aposentadas e sem acesso a outros programas, e 28 não estão vinculadas à programas. É importante ressaltar que, geralmente, um grupo que está vinculado a determinado programa pode também participar de outro, como fortalecimento de vínculos, oficinas, entre outros. Diferentes pessoas de um mesmo grupo - na grande maioria mulheres, crianças e idosos, podem ser chamadas a participar de diferentes programas, como fortalecimento de vínculos, oficinas de costura e da gestante, grupos de dança, entre outros.

Entretanto, o que se percebe na prática das ações é o papel de mediadora que a mulher exerce, reforçando um ideário da "mulher chefe do lar". Em acordo do que é colocado por Teixeira, não percebemos nestes programas uma preocupação em independentizar os sujeitos e descomprometer a família de seus papéis tradicionais, ao contrário disto, fornecem serviços que reforçam o ideário de "proteção" que é vinculado à família, aumentando a dependência dos seus sujeitos e exigindo responsabilidades e serviços como condição de acesso a algum benefício ou serviço público (2009).

Em sua obra História da Sexualidade I, Foucault propõe uma análise para pensarmos como os corpos das mulheres tornaram-se objetos de práticas governamentais ligadas à procriação, à criação dos filhos e ao casamento. Tornando-se base para uma educação utilitarista fundamentada na economia política liberal. Na medida em que propõe um lugar diferenciado às mães para o controle da família e colaboração com o Estado (na educação dos filhos e na atenção ao cônjuge), há um governo da sexualidade como dispositivo de gerenciamento da população e de submissão individual das condutas às normas sociais. Em termos da biopolítica, as mulheres são chamadas a zelar pela procriação, seguindo o modelo de um Estado de Direito e de uma coesão da lei e da ordem social (FOUCAULT,1988).

Por tratar-se diretamente de famílias em situação de vulnerabilidade social, algumas considerações tornam-se importantes. Como colocado no primeiro capítulo deste trabalho a categoria social implica em configurações no modelo familiar que são imprescindíveis para a análise, principalmente em relação ao significado moral que este grupo infere aos seus

[32] Em uma das minhas últimas visitas ao Centro, já no ano de 2018, me foi permitido o acesso à estante na sala de atendimento e a contagem de prontuários. Este número passa por variações, tendo em vista que novas inscrições e até mesmo alguns desligamentos são realizados todos os dias.

membros. Cynthia Sarti (1994) pontua que frente a todas as mudanças dos papéis familiares, provocados pela incorporação da mulher ao mundo do trabalho e métodos contraceptivos cada vez mais eficientes, há um novo arranjo na questão estrutural da família moderna. Todavia, tais transformações não podem ser sentidas da mesma maneira por diferentes classes sociais.

No caso da família pobre, o grupo segue um padrão tradicional de autoridade e hierarquia, onde os elos de obrigações ainda prevalecem e a individualidade de cada membro é abafada pela precedência do todo familiar. Alguns papéis também são percebidos pela autora, mulheres e homens desempenham diferentes funções dentro da unidade doméstica e que podem ser fortalecidos ou enfraquecidos frente aos desafios da vulnerabilidade (SARTI, 1994).

Geralmente a imagem da mulher está vinculada às responsabilidades com seu lar, à criação dos filhos, ao controle do dinheiro e da unidade de sua família. Ao homem é relacionado o papel de provedor, situação que muitas vezes é fragilizada pelas dificuldades de trabalho e que coloca em risco a sua autoridade frente ao grupo. Cynthia Sarti e Parry Scott, pontuam análises semelhantes ao pensar as distinções dos papéis de gênero no grupo doméstico, onde à mulher seria colocada a imagem da "casa", o controle desta; e ao homem a relação com a rua e com a moral da família. De acordo com Scott, aceitar esta dicotomia culturalmente imposta é o caminho de menor resistência ao trabalhar relações de gênero tendo como foco a unidade doméstica (SCOTT,1990).

Ao destacarmos estas diferentes vivências domésticas, atreladas às relações entre gêneros, estaremos também falando da visão na qual a política social se estrutura, tendo em vista que certos objetivos e processos inerentes a este modelo familiar são compartilhados com a esfera estatal. A invisibilidade dos homens e o destaque para a "mulher da família", que percebemos em certos programas e ações do Estado - voltados à família, é um reflexo cultural reforçado. Pensar a matricialidade sociofamiliar e a maneira como as ações da proteção social são colocadas nas experiências cotidianas é reforçar esta visão de identidade cultural da mulher da família.

Há, de certo, uma transferência de "responsabilização" do Estado para a família no enfrentamento da questão social. Neste processo a atribuição de papéis sociais reforçam uma desigualdade de gênero historicamente produzida em um sistema patriarcal. Ao pensar a família enquanto *sujeito fundamental* e ferramenta para alcançar certa coesão social, o Estado constrói um papel feminino. O cuidado e o controle da mãe na manutenção de sua unidade familiar, transforma-se em condição essencial para a efetivação da proteção social e seus diversos serviços (KLEIN; DAL'IGNA, 2012).

CAPÍTULO 3:

DO FOME ZERO AO PAA:

Elucidadas as ligações entre a Política de Assistência Social, a vulnerabilidade social e as diretrizes que visam a garantia da Proteção Social, cabe agora adentrar no principal recorte deste trabalho. Ao lidar diretamente com os possíveis riscos que a população em situação de vulnerabilidade está sujeita, a questão da fome e da insegurança alimentar ganha destaque em alguns programas do Estado. A nível governamental, através de uma classificação absoluta da pobreza, o acesso à comida tem papel fundamental nas necessidades de subsistência de um grupo, a alimentação pode ser pensada como o mínimo necessário aos direitos fundamentais do sujeito.

A associação entre pobreza e alimentação torna-se uma categoria de diferenciação entre possíveis padrões desta condição. Como apontado por Zaluar, a comida caracteriza-se como "principal veículo através do qual os pobres urbanos pensam a sua condição", é através das possibilidades de refeição que se concentram as preocupações de determinados grupos (1985, p.105). A falta da alimentação ou a baixa condição em adquirir determinados insumos é colocada entre as possíveis discussões do que é ser "mais ou menos pobre" e/ou dos direitos de participação em determinados programas governamentais.

A problemática colocada por esta relação entre governo, população e direito à alimentação é o ponto onde o Programa Fome Zero procura atuar. Considerada a principal bandeira do Partido dos Trabalhadores - PT, o programa tem início no ano de 2003[33], contribuindo com o contexto das intensas transformações e alterações na proteção social do país. Partindo do entendimento de que a nutrição é um direito assegurado pelo Estado, o Fome Zero mostrou-se como principal objetivo à formulação de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN - para a população brasileira.

Em seu documento, redigido pelo Frei Betto, é colocado que o problema da fome no Brasil não é a falta de alimento. As causas estariam vinculadas à má distribuição da renda e estratificação advinda das desigualdades sociais, que impossibilitam o acesso de uma parcela da população à quantidade mínima de alimentos necessária para garantir a sobrevivência. Nesta perspectiva, visando assegurar a efetividade do programa, a proposta reúne as três esferas de

[33] Anterior ao desenvolvimento do PNAS, o programa Fome Zero pode ser visto como motivador das diversas transformações ocorridas na política de Assistência Social.

governo: federal – com a participação de todos os ministérios, estadual e municipal. O êxito do Fome Zero estaria associado à mobilização do conjunto da população – apontada como a "grande protagonista" das ações necessárias, e ao apoio Estatal, articulando três diferentes conjuntos de políticas[34]: *Políticas Estruturais, Políticas Específicas* e *Políticas Locais* (BRASIL, 2004a).

Claro que esta proposta não estaria livre da repercussão das mais diferentes críticas, principalmente advindas de frentes de oposição ao governo e demais personalidades do grupo financeiro. As mais leves recaiam sobre a exigência de uma coordenação atuante, que livrasse o programa dos riscos em sua administração; já as mais severas não deixavam de pontuar a posição centralizadora que o Estado adotaria e o caráter paliativo que a ação assume frente aos problemas da população. Nesta reflexão, Martina Ahlert coloca: "cunhado de paliativo social, programa assistencialista e repasse de esmolas, as críticas recaiam principalmente sobre a distribuição de cestas básicas, tido como mera "ajuda" responsável por manter o quadro de pobreza no país." (2017, p.185). Assim, dadas as opiniões públicas que são divulgadas mediante a efetivação de uma estratégia política federal, os debates a respeito do programa acendiam dúvidas a respeito do seu papel.

Se de um lado a bandeira dos Direitos Humanos expunha o programa como uma efetivação do direito básico à alimentação, de outro lado os discursos apontavam a prática assistencialista das ações, ressaltando que a proposta não eliminaria o problema da pobreza e das desigualdades sociais. Foram sobre as críticas a respeito desta visão assistencialista que o governo centrou as suas explicações, onde a articulação do conjunto de políticas estabeleceria o papel estruturante das suas ações frente à população.

Esta perspectiva aponta que a distribuição de alimentos, a garantia da alimentação escolar, o acesso aos restaurantes populares, a transferência direta de renda - entre outros, não estaria vinculada apenas ao seu caráter específico e emergencial. O combate à fome possibilitaria o aumento na produção de alimentos, novos empregos na agricultura familiar, mais consumo, aumento na arrecadação de impostos e combate a doenças, como colocado:

> O Projeto Fome Zero combina, de um modo novo, o emergencial com o estrutural. É preciso dar o peixe e ensinar a pescar. Ensinar a pescar é criar empregos nas regiões

[34] As "Políticas Estruturais", como o próprio nome já diz, tem como foco o que viriam ser as causas da pobreza e da fome, trabalhando em ações como geração de emprego, incentivo à agricultura familiar, intensificação da reforma agrária, entre outros. As "Políticas específicas" visam o atendimento direto às famílias carentes, através de doação de cestas básicas emergenciais, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, combate à desnutrição materno-infantil, merenda escolar, entre outros. Por último, as "Políticas Locais" visam o fortalecimento dos programas através do reforço das prefeituras e da sociedade civil organizada, dividindo as principais ofertas através das áreas rurais e do porte de cada município.

> onde hoje existem fome e pobreza. Ensinar a pescar significa melhorar as condições de vida da população (Luiz Inácio Lula da Silva – Lançamento do Programa Fome Zero. In: BRASIL, 2004a.)

Todavia, não cabe a este trabalho aprofundar um debate institucional a respeito desta política. As reflexões trazidas não dão conta de responder sobre a eficácia do programa em seu propósito de "combate à fome", muito menos debater o seu caráter estrutural na diminuição da pobreza. Longe disso! Ao analisar o Fome Zero e apontar seus principais fundamentos introduzo também uma definição a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, uma das principais ações que estão instituídas em seu âmbito. O PAA torna-se o ponto central de minha investigação, não apenas no sentido de compreender o seu desempenho, mas, principalmente, no entendimento dos significados atrelados a esta atividade política.

Partindo de suas normativas, o PAA se apresenta como uma garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Seu principal marco é promover acesso à alimentação e o fortalecimento da agricultura familiar - o que indica uma integração na estruturação de ações no âmbito da Política Agrária e da Segurança Alimentar e Nutricional. Desta forma, o programa busca atender a diferentes conjuntos de políticas propostas pelo Fome Zero, através do incentivo à produção de alimentos por agricultores familiares, à doação de alimentos e combate à desnutrição e pelos convênios estaduais e municipais.

Em nível nacional a gerência do PAA é conduzida por meio de Unidades Gestoras e Unidades Executoras, onde a primeira está a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB)[35], através de Termo de Cooperação com os ministérios citados, assumiu o papel de Unidade Executora do PAA federal. Todavia, a responsabilidade na execução do programa pode ser implementada por meio de convênios entre órgãos ou entidades da administração pública estadual, municipal, do Distrito Federal e consórcios públicos que celebrarem Termo de Adesão[36].

O PAA acolhe cinco diferentes modalidades: "Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional" (BRASIL, 2012a). Cada modalidade apresenta características próprias, respeitando formas de acesso, limites de

[35] A CONAB faz parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo responsável pelas políticas públicas de abastecimento do governo federal desde a sua implantação – 1991.

[36] O MDS iniciou uma ação gradual de celebração de Termos de Adesão com entes que passaram a ser entendidos como Unidades Executoras do Programa. Neste documento os partícipes celebram compromissos relacionados ao PAA, prevendo requisitos mínimos para participação e os compromissos e funções de cada partícipe.

investimento, fonte de recursos e formas de ação. Entretanto, seguem objetivos similares que visam à garantia da proteção social através de sua intersetorialidade e abrangência na rede socioassistencial.

Modalidade	Forma de acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R$ 4,5 mil	MDS	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
	Organizações (cooperativas/associações)	R$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas/associações)	R$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demandas de alimentos de populações em condição de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas/associações)	R$ 8 mil	-	compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

Figura 6- Tabela de modalidades PAA – Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Outro ponto importante a ser frisado é que contando com fundos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e do Ministério do Desenvolvimento Agrário há uma articulação entre diferentes órgãos, coordenações e setores, em uma espécie de gestão compartilhada. Assim sendo, o programa possui dois públicos beneficiários: os fornecedores[37] e os consumidores de alimentos[38]. Cada um dos grupos - seja de direção ou beneficiários - possuem diferentes tipos de controle, administração, demandas e auxílios, seguindo as normas gerais que fundamentam o programa.

Mediante a dimensão do Programa de Aquisição de Alimentos, gostaria de especificar sobre quais áreas concentrei as minhas observações: tendo descoberto o PAA através da rede de serviços oferecidas pelo CRAS de Rio Tinto – PB, minha inserção se deu através da modalidade "Compra para doação simultânea". Acompanhando desde o momento de cadastramento de famílias beneficiárias, burocracias referentes a requisições de alimentos, recebimento e pesagem dos produtos, separação de kits, até a entrega ao seu público final.

---

[37] agricultores familiares, silvicultores, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

[38] os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

Este acompanhamento será descrito nas próximas páginas, em um panorama que retrata algumas especificidades do funcionamento do programa. Contudo, ainda que disponha de informações relativas aos agricultores beneficiários, as minhas observações de campo estiveram voltadas principalmente ao público da rede socioassistencial – beneficiários consumidores, ou seja, as mulheres que procuravam no CRAS o acesso ao serviço. Estas configurações são utilizadas como ferramenta para o entendimento dos significados desta ação. Ou seja, a partir da vivência destas beneficiárias consumidoras e da equipe de referência do CRAS na coordenação do programa, busco compreender o sentido que é dado a esta atividade.

Compra com doação simultânea: De onde vem? O que come?

Na cidade de Rio Tinto a modalidade "compra com doação simultânea" do PAA já acontece desde o ano de 2015. No início desta pesquisa, entre as conversas na sala de recepção, Carmem comentou a respeito das edições passadas: a quantidade de alimentos adquiridos e de pessoas beneficiadas. Ao que parece o programa era realizado mensalmente, com distribuição exclusiva na Vila Regina e atendia a um grande número de famílias referenciadas ao CRAS. A diferença que se seguiu após a mudança da gestão municipal, após a vitória do candidato petista Fernando Naia[39] nas eleições de 2016, foram as distribuições quinzenais e a implementação de outros núcleos do PAA/CDS na cidade, estando agora divididos entre a região de Salema, Rio Tinto Central e Vila Regina.

o PAA de Rio Tinto-PB funciona através de uma relação conjunta entre a Secretaria de Agricultura e Pesca e a Secretaria da Ação Social, responsáveis pela administração do programa em seus três núcleos. Entretanto, na qualidade de Unidades Executoras, os modelos de adesão responsáveis pela adequação das peculiaridades de cada unidade diferem: nas regiões de Rio Tinto-Central e Salema a execução do programa é de responsabilidade do município, com compra direta ao CONAB e apoio do governo do estado na assistência técnica; já na região da

[39] As manchetes que estampam os sites da prefeitura do município não deixam de enaltecer o "record na aquisição de alimentos do PAA" (RIOTINTO, 2018) e o alcance de pelo menos 1.100 famílias beneficiárias na região. Os dados apresentados por estes artigos parecem engrandecer os serviços e a atuação do gestor municipal, apontando uma dedicação da atual gestão na continuação do programa e a preocupação com a expansão dos auxílios. Em entrevista concedida ao portal PB Vale, no dia da solenidade de abertura, Naia pontuou: "A compra desses alimentos aos nossos agricultores é muito importante porque é um incentivo para que eles tenham mais desprendimento em produzir cada vez mais e, assim, gerar mais renda para as famílias desses produtores. Por outro lado, temos pessoas que estão esperando por este auxílio em suas mesas e que muitas vezes não tem o que comer" (Fernando Naia, em entrevista ao portal PBVALE, 2017)

Vila Regina o PAA é estadual, contando com a administração indireta da Emater na execução do programa.

As atividades que investigo dizem respeito ao núcleo localizado na Vila Regina, localidade que guarda peculiaridades que já foram examinadas anteriormente. Detalhando parte da organização deste polo através da interpretação da leitura do Manual Operativo do programa (BRASIL, 2014), a Emater pode ser vista como unidade executora, responsável pelo levantamento de demandas dos alimentos destinados a esta área, a seleção dos beneficiários fornecedores, o controle de qualidade dos produtos adquiridos e a atualização de dados no SISPAA[40]. O CRAS serve ao núcleo do PAA de forma diferente, além de realizar o cadastramento, recadastramento e a avaliação de possíveis beneficiários consumidores, o prédio ainda funciona como "Central de Recebimento" e "Unidade Recebedora/Entidade Beneficiada". Em uma descrição do que antecede o momento de entrega dos kits é possível compreender cada um destes papéis.

Em dias de PAA, por volta das 8h30m, é comum encontrar desde caminhões de frete até pick-ups repletas de caixotes com alimentos hortifrúti de frente ao prédio do CRAS. Também é certa a presença de agricultores retirando os produtos e ajudando nas informações referentes a cada unidade. A aparência assemelha-se com o que encontramos em mercados antes do momento da feira: montantes de caixas e sacos de alimentos vão se estocando entre os corredores, alguns homens esperam o momento da pesagem de seus produtos e conversam sobre safra, produção e métodos de plantio.

[40] O SISPAA é o sistema informatizado de gestão do Programa de aquisição de alimentos, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social. Funciona como uma plataforma para operações e controle de dados referentes ao PAA de cada núcleo. Além da Unidade Executora, o responsável pela instância de controle social também recebe login e senha, sendo responsável pelo parecer de algumas ações e os relatos de forma de acompanhamento.

Figura 7- Fachada do CRAS e carros de transporte dos alimentos – fonte: Acervo de pesquisa

Em uma destas conversas pude acompanhar um senhor relatar à técnica da Emater que havia acordado às 4h para "arrancar macaxeira" e levar ao CRAS. No momento me pareceu despretensioso, mas há uma realidade operacional neste diálogo. Sendo a Emater o órgão responsável pelo processo de seleção dos fornecedores e pela verificação da qualidade dos produtos, torna-se importante detalhar sobre os seus métodos de plantio e colheita. Mesmo que a entrega seja realizada no CRAS, a responsabilidade sobre os beneficiários fornecedores é da Emater, corresponde a este órgão todas as ações realizadas juntos a estes.

No processo de triagem esta empresa precisa verificar alguns dados referentes aos agricultores, principalmente no que diz respeito aos documentos obrigatórios para a participação: CPF – Cadastro de Pessoa Física e a DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF. Toda burocracia segue os trâmites esperados por um serviço público. Os agricultores que desejam tornar-se fornecedores do programa devem comprovar suas aptidões, levando em conta que a sua inscrição é limitada à unidade familiar, não individual. A seleção ainda obedece a uma relação de precedentes, que lista desde a compra a produtores que residam no território ou município, até grupos prioritários com percentual mínimo de 40% de participação das mulheres e do público Brasil sem miséria: agricultores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, assentados, indígenas e quilombolas e povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2014, p. 44).

Um fato curioso dentre as minhas observações é que, ao menos no PAA realizado em 2017, não era comum a presença de mulheres entre o grupo de fornecedores na entrega dos alimentos. Até mesmo no ato de solenidade a representação dos agricultores foi feita por um homem[41], o que enfraquece o que foi colocado na proposta operativa do programa. A resolução N° 44 – agosto de 2011, proposta pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – GGPAA, considera a "importância de reconhecer o trabalho das mulheres e sua contribuição na economia rural e na segurança alimentar e nutricional como estratégia de promoção da igualdade entre mulheres e homens" (Brasil, 2014, p.170). Entretanto, ao menos no que posso interpretar, o parágrafo que diz considerar "as diferentes formas de organização das mulheres rurais para produção de alimentos, valorizando e manejando de forma sustentável os recursos naturais locais" (BRASIL, 2014, p.170) abre precedentes a uma participação secundária da mulher neste processo.

Em uma das poucas oportunidades que tive de conversar com um dos produtores[42], perguntei sobre a participação das mulheres na produção da agricultura familiar e no grupo de fornecedores. Mesmo que em um tom desinteressado, aparentemente preocupado com os seus afazeres do dia e com a atenção dos técnicos da Emater, Francisco respondeu:

> A mulher ajuda no sítio, ela planta, colhe, cuida de tudo. A gente tudo tem o PRONAF, todo mundo da casa participa e é cadastrado(...)essa parte da entrega precisa de força, tirar caixa de caminhão para pesar, tem que ter força (...) na cooperativa mesmo tem um monte de mulher. (Francisco R. relatos de conversa registradas em Diário de Campo – 01/06/2017)

Em suma, Francisco detalhou que ao se cadastrar no PRONAF, enquanto homem casado, os dados da mulher também são anexados como parte do grupo, o que a insere como parte dos beneficiários. Além disso, por mais que não seja comum na região, algumas mulheres participam como produtoras individuais e possuem o PRONAF mulher.

Em 2018, após a renovação dos trâmites legais, tive a oportunidade de conhecer uma delas, na verdade a única mulher que estava em meio ao grupo dos agricultores e que respondia às técnicas os dados de seus produtos. Infelizmente a oportunidade de conversa em meio ao momento do PAA é bastante dificultada por todos os afazeres do grupo, desta forma não tive a oportunidade de aprofundar estas questões de gênero no âmbito dos beneficiários produtores.

---

[41] A lista com os representantes do evento está presente no site PBVALE, disponível em: https://pbvale.com.br/noticias/alimentos-do-paa-vai-beneficiar-450-familias-de-baixa-renda-em-rio-tinto/

[42] Conversei com Francisco R. no PAA do ano de 2017. São poucas as oportunidades de conversar com os agricultores, principalmente devido a dois fatos: 1 – estão sempre envolvidos no processo de pesagem e informações junto a Emater; 2- Maior parte do tempo estão em grupo, observando ao redor e conversando entre si, o que assumo ter causado certo constrangimento na aproximação.

Entretanto, ao perguntar a Bruna sobre "esta novidade", respondeu que na renovação dos contratos foi exigida a participação de mulheres na triagem dos fornecedores, nas palavras dela "aumenta a pontuação no momento de seleção".

É importante colocar que a mudança dos fornecedores varia de acordo com a demanda. Os alimentos fornecidos devem ser comprovadamente de produção própria, atendendo às necessidades estabelecidas nas ações de alimentação e nutrição efetuadas na área[43]. Alguns produtores não possuem safra suficiente para a cobertura total de um período do PAA. Os alimentos mudam de acordo com o período do ano e, geralmente, cada agricultor - ou grupo de agricultores - se preocupa com determinadas culturas. Há, portanto, uma variação de fornecedores e de produtos nas etapas do PAA durante o ano.

Contudo, costumeiramente - exceto no período junino - a macaxeira é o alimento mais fornecido ao PAA da Vila Regina, e conta com o fornecimento de diversos produtores. Parte do que se pode explicar sobre este fato é a praticidade na plantação, mesmo que o tempo entre o plantio e a colheita seja longo – entre 8 a 14 meses – sua produção é bastante acentuada, podendo render mais de 8kg de raiz em uma única planta. Fora isso, o cultivo da mandioca na região costuma ser orientada e incentivada pelos agentes da Emater[44].

As informações que me foram passadas por um dos agricultores/fornecedores ajudam a compreender o motivo pelo qual esta cultura seja tão valorizada. Conforme explicado por Nildo, a macaxeira é mais resistente, costuma se adaptar ao clima quente da região e não demanda grande espaço de plantio:

> A terra lá não é grande, mas a gente planta. Eu tenho mais de 100 covas[45] plantadas em menos de 1/2 hectare de terra, rende muito. Hoje mesmo eu arranquei 20, rendeu 200kg, e já vou replantar. Os que não ficam aqui eu levo pra feira. Pode olhar, tá tudo novinha, na terra, a gente irriga com cuidado porque também não pode alagar. (Nildo L. Relato de conversas registradas em diário de campo – 04/05/2017)

Nildo, em seu relato, comprova atender algumas das condicionalidades que são analisadas pela Emater, dentre elas a garantia da qualidade dos produtos, as operações de cada beneficiário fornecedor e o peso atribuído a cada tipo de alimento fornecido. A balança da

---

[43] As "necessidades" atendem ao período do ano, correspondem principalmente a hábitos alimentares da população. Alguns itens são fixos, aparecem durante todas as etapas do ano, outras são sazonais. Esta questão será melhor descrita no próximo tópico.

[44] A necessidade de pouco espaço para plantio já torna a macaxeira um ótimo investimento para a agricultura familiar, mas, para além disso, as folhas secas são utilizadas como ração de animais e o caule ainda pode ser replantado.

[45] A "cova", pelo que pude entender, é um buraco de pouca profundidade que é feito no solo, é nela que se "replanta" o caule da macaxeira. Este método de plantio respeita algumas condicionalidades, como diâmetro de cada cova e o "salto" entre elas.

empresa é sempre levada ao CRAS e este trabalho costuma levar algum tempo, demandando a atenção de fornecedores e técnicos. Este momento do PAA antecede a preparação dos kits, ainda é feito pela manhã e conta com a presença de Gilda enquanto responsável legal pelo papel de “unidade recebedora” desempenhada pelo CRAS.

Figura 8- Pré-pesagem e anotações sobre fornecedor e carga - fonte: Acervo de pesquisa

Figura 9- Pesagem e avaliação – fonte: Acervo de pesquisa

Figura 10- Descarregando o inhame após a pesagem – fonte: Acervo de pesquisa

Após estas verificações os alimentos entram no salão do CRAS, são retirados das caixas e sacos e despejados nos corredores laterais. A Unidade Executora e a Unidade recebedora/Entidade Beneficiada desempenham papéis fundamentais neste momento, por este motivo, trabalham em conjunto no andamento destas etapas finais. Se de um lado os servidores e servidoras da Emater precisam registrar os dados no SISPAA, gerar notas fiscais para os beneficiários fornecedores e organizar os documentos relativos ao dia; do outro lado a responsável pelo recebimento precisa organizar os estoques e orientar a equipe de referência sobre o peso dos alimentos fornecidos e a revisão da lista de beneficiários consumidores.

Hoje tem PAA: notas de uma etnografia bem alimentada!

Como colocado anteriormente, o "dia do PAA" é constituído por dois diferentes momentos: Um deles faz do CRAS uma "Central de recebimento", onde a presença dos agricultores fornecedores e dos servidores técnicos da Emater tomam todo o terraço e parte do salão. Frequentemente as funções que são realizadas no horário da manhã dizem mais respeito a Emater do que propriamente ao Centro de Referência. Apesar da necessidade do acompanhamento de Gilda nos processos burocráticos de pesagem e assinatura de documentos que atestam o recebimento dos produtos, as assistentes sociais ocupavam-se com a impressão das listas de beneficiárias consumidoras. E Carmem, além de ajudar na organização dos alimentos que eram descarregados, preparava o almoço que era servido no intervalo.

Na rotina que se seguia em dias de PAA era possível perceber o olhar de alguns moradores curiosos que passavam pelo prédio do CRAS, observando a carga trazida pelos caminhões de frete e algumas personalidades da prefeitura[46] que entravam no Centro. Em certos momentos da manhã movimentada, algumas beneficiárias se aproximavam e até perguntavam se determinado item estaria no kit, aproveitando também para confirmar o horário da entrega. No entanto, todos que já estavam habituados ao movimento do programa sabiam que neste horário não era possível esperar pela entrega. Além do tempo que iriam perder, havia sempre o risco de que gentilmente Gilda se aproximasse e repetisse que: "A entrega só começa às 13 horas".

[46] Alguns servidores e secretários da Secretaria da ação social e/ou da Secretária de agricultura e pesca passam pelo CRAS para acompanhar os andamentos burocráticos e oferecer ajuda. Por ser um pouco distante da Rio Tinto central, os moradores da Vila Regina costumam estranhar a presença de alguém de fora da comunidade. Esta "curiosidade" aconteceu comigo e geralmente costuma acontecer com quem não frequenta o lugar.

Enquanto pesquisadora, o horário da manhã serviu para a aproximação com as questões mais técnicas a respeito do programa. Junto às assistentes sociais, era possível compreender o processo de atualização da lista e quais os critérios que eram adotados para prováveis desligamentos de beneficiárias. Bruna respondia algumas de minhas dúvidas a respeito do que os servidores da Emater estavam fazendo e o porquê a presença de Gilda se fazia tão importante. A tentativa de aproximação com a equipe da Emater não teve sucesso, tirando as poucas conversas nas quais participei, nos descansos do cafezinho e no horário do almoço. Na maior parte do tempo trabalhavam com a pesagem e registro dos dados, demonstrando pouco interesse em ajudar alguém que mais parecia transitar de um canto a outro do que realmente ocupando-se em algum trabalho.

Ainda assim, não posso dizer que o horário da manhã me foi inútil. Mesmo que a comunicação com esta equipe tenha sido restrita e que as conversas com os beneficiários fornecedores tenham se limitado aos poucos momentos de "folga", a observação deste momento do PAA me ajudou a entender e perceber todo trabalho administrativo que é necessário; sobretudo através da interação dos sujeitos envolvidos na materialização desta proposta governamental. Por mais que inicialmente a minha visão etnográfica não estivesse orientada por elementos teóricos a respeito do programa, não é incorreto afirmar que esta experiência contribuiu significantemente para o meu conhecimento, iluminando a leitura e a interpretação do que é colocado nas cartilhas do governo.

Algumas ações são melhor apreendidas na prática, isso é fato. Entretanto - a partir de minha experiência - percebi que a prática etnográfica demanda diferentes atitudes frente à possíveis mudanças. Desenvolver a pesquisa neste horário foi, sobretudo, um desafio. Se no horário da manhã a observação foi o melhor método – acompanhada de algumas ocasiões em que fui abelhuda, intrometida e curiosa, do intervalo de tempo que antecede o almoço até o restante do dia o meu papel foi outro, dando novo sentido à prática desta pesquisa.

A partir do momento em que os alimentos são descarregados no salão do CRAS, este já passa de Centro de Recebimento para Unidade de recebimento/entidade beneficiada. A responsabilidade já passa a ser do Centro. Costuma acontecer um pouco antes do horário do almoço – por volta das 12h30m – e envolve toda a equipe de referência na organização e disposição dos alimentos no salão. Em alguns dias era possível prever quais alimentos iriam compor os kits, mas sempre havia surpresas - ou até mesmo frustrações. Por mais que busquem atender às demandas da população, os produtos respeitam a variação das safras, como já foi colocado anteriormente.

O PAA toma todo o espaço do grande salão do CRAS. Duas mesas são colocadas na lateral próximas a sala de atendimento das Assistentes Sociais, sobre elas um notebook de responsabilidade da Emater. Este é o local de trabalho das servidoras do instituto e duas mulheres controlam os resultados da pesagem e os contratos com os agricultores, enquanto observam de perto a montagem dos kits e controlam a quantidade de alimentos distribuídos no dia. Três mesas são enfileiradas próximas à porta de acesso ao salão, nelas ficam as assistentes sociais responsáveis pelas listas com os nomes das beneficiárias. Vários montes de cada um dos alimentos do dia são separados, deixando pilhas enormes espalhadas entre as laterais e o corredor ao redor do salão.

Em um balanço do que acompanhei nesta temporada, apenas alguns alimentos foram distribuídos periodicamente. Além da macaxeira, o inhame e a batata doce – roxa e branca - estiveram presentes em todos os dias do PAA. Alguns outros itens apareceram com menor frequência, entre eles a banana, mamão, babata doce – cenoura (uma das variações da batata doce), feijão verde e laranja. Outros eram bem raros, apareceram uma ou duas vezes no período– maracujá, coentro, pimentão, melancia, coco, abacaxi. Entre os meses de maio e junho também foi certa a presença de milho verde, os montantes tomavam quase todo o espaço e este se torna o principal componente do kit junino.

Dependendo da quantidade de determinado item - geralmente em dias de batata doce-cenoura, ou alguma fruta para suco – Carmem pedia a permissão para pegar e preparar para o almoço. Alguns outros – especialmente na safra do milho verde – também eram servidos como lanches para a equipe – servidores da Emater e do CRAS, fornecedores, carregadores e ajudantes - em porções pequenas e com o consentimento dos gestores. Geralmente, neste horário, o trabalho de pesagem da Emater já havia sido finalizado, alguns representantes já não se encontravam por lá e restavam apenas as técnicas responsáveis pelo preenchimento do SISPAA. De toda forma a balança costumava ficar no CRAS como um "empréstimo", era necessária à separação e distribuição correta dos alimentos.

A maior preocupação neste momento era a de como e onde separar os kits maiores dos médios. Exigindo demarcações no chão do salão com pequenos pedaços de fita crepe. Os kits pequenos eram poucos e ocupavam apenas um pequeno espaço da recepção. Em todo caso, respeitava-se a ordem de fileiras como modo de organização, deixando um espaço de aproximadamente 40cm entre um kit e outro. Gilda costumava analisar a quantidade e como cada item seria ordenado nos kits, assim como a estimativa dos alimentos que ficariam disponíveis para beneficiários da cozinha e possíveis doações. De um lado do salão, a

coordenadora gritava números que pareciam aleatórios, mas que eram compreendidos por quem organizava os alimentos. Tentei prestar mais atenção e tudo que pude entender é que o peso da macaxeira determina os demais pesos, exemplo: 8kg de macaxeira, para 5 de inhame, 2 mãos de feijão = 5 pessoas. Contudo, estas medidas mudavam constantemente e em meio a tantos gritos ela nem precisava mais repetir qual o alimento, apenas os números, exemplo: 6, 3... em 2.

Dois ou três carregadores eram contratados para ajudar com a pesagem e carregamento dos alimentos maiores e de maior porção. As assistentes sociais separavam - por unidades - as frutas e verduras menores. Carmem se desdobrava entre várias tarefas, contribuindo com a contagem, partindo determinados alimentos que iriam para os kits menores e na finalização e organização do almoço. Vez ou outra alguns cálculos precisavam ser refeitos, exigindo novas pesagens e redistribuição de alimentos. Mas todo o trabalho só gerava comentários gaiatos, nada que desarticulasse o grupo.

Antes de dar sequência a uma descrição, cabe apresentar a lógica que era utilizada na separação dos kits. Durante algum tempo não consegui compreender todo o fundamento por trás deste trabalho, por este motivo acho necessário deixar claro uma das minhas primeiras descobertas - quiçá a mais comemorada. As ordens de Gilda em dias de PAA costumavam soar confusas e desordenadas. Mesmo que o restante da equipe buscasse me situar, algumas explicações não pareciam esclarecer tudo o que se passava. Durante alguns dias do PAA - os meus primeiros, a confusão não permitia um entendimento, foi necessário adotar uma atuação prática para entender todo este movimento.

Gilda, em alguns momentos, aparecia consultando fichas impressas e confirmando informações com alguma das assistentes sociais e/ou técnicas da Emater. Este era o momento exato do início da separação. A coordenadora utilizava-se de diferentes informações para pensar na gestão de toda divisão, mas, inicialmente, buscava considerar o alimento que chegou em maior quantidade. Baseando-se em um cálculo simples: se de um lado era registrado o recebimento de X quilos de macaxeira, e de outro possuía os dados atualizados do número de beneficiárias, era possível dividir e alcançar a média de peso para cada unidade. Entretanto, algumas questões deveriam ser colocadas. Além das doações que eram feitas aos beneficiários da cozinha, ainda era preciso considerar que os kits deviam atender às necessidades de cada família, respeitando o número de pessoas em cada grupo doméstico.

Chegar a um cálculo preciso é quase impossível. Gilda nunca detalhou os seus métodos e não chegava a comentar a respeito. Entretanto, a lista de beneficiárias possuía, além dos nomes

e números de identidade e cartão do Bolsa Família, a quantidade de pessoas referenciadas na casa. Assim, possuindo uma média que corresponde ao tamanho das famílias, a coordenadora procurava dividir três diferentes tipos de kits: os pequenos, distribuídos às famílias de até 2 pessoas; os médios, em uma quantidade que corresponde a grupos de 3 a 5 pessoas; e os grandes, que atendem de 6 a 9 pessoas. Os kits de tamanho médio eram os de maior saída. Começavam a ser separados antes e delimitavam os espaços do salão; os maiores necessitavam de mais trabalho, eram mais pesados e ocupavam muito espaço. A saída era similar ao kit médio, por este motivo também mereciam atenção. Poucas famílias referenciadas e cadastradas no programa possuíam menos do que 3 pessoas na casa, os kits menores eram separados rapidamente e seu número era bem reduzido, um máximo entre 15 ou 20.

No processo de separação o peso do maior kit determinava os dos demais. Em um exemplo, se era apontado que o maior kit receberia o total de 10kg de macaxeira, o médio passaria a ter 6kg e o pequeno 3kg. Por conseguinte, o segundo alimento que era fornecido em maior quantidade também era adicionado ao kit com base em seu peso: se o total de inhame do maior era estimado em 8kg, o médio receberia 4kg e o pequeno 2 kg ou 2 unidades médias. As batatas doces eram calculadas por uma média estimada através de uma bacia média, se o kit maior recebia o total de uma bacia quase cheia, o kit médio receberia a metade desta quantidade, o pequeno correspondia apenas ao total do fundo – o que equivaleria a 6 ou 10 batatas.

Em época de milho, no kit junino, o cálculo era feito na estimativa da “mão” - o que equivalia a 52 espigas. O maior kit receberia uma mão de milho, o médio “meia mão e meia” – 36 espigas, e o pequeno recebia meia mão – 26 espigas. Demais frutas e verduras eram contabilizadas por unidade, dependendo da quantidade as porções eram as mesmas para todos os kits - como, por exemplo, o cacho da banana. Em outras as quantidades variavam apenas em relação ao menor kit, maior e médio recebiam a mesma porção. O feijão verde, como exemplo, costumava ser entregue na vagem e tinha como unidade de medida o “punhado” – o total que consegue segurar na concavidade das mãos, de preferência juntas, encostando apenas os dedos.

O importante na separação é que o total de todos os alimentos deveria atender às necessidades da família pelo período de 15 dias, o intervalo entre um PAA e outro. Por mais que houvesse a possibilidade de pesagem individual de todos os alimentos, o tempo não era suficiente. De toda forma, ainda que alguns parâmetros pareçam incoerentes – não posso negar que eram, as divergências de um kit para outro - de mesmo grupo - não eram tão acentuadas, apenas quem “montou” saberia, era responsabilidade saber a quem entregar.

Figura 11-: Separação inicial do Kit – O valor da bacia – fonte: Acervo de pesquisa.

Figura 12- Kit médio – primeiro plano – fonte: Acervo de pesquisa

A equipe que trabalhava com o PAA não era a mesma que normalmente era encontrada no CRAS. Além das técnicas da Emater – que já estavam se preparando para ir embora – e os carregadores contratados, alguns servidores/servidoras da ação social apareciam para ajudar na

mesa[47] e na separação/entrega dos kits. Havia ainda os ajudantes "informais", pessoas que não possuíam nenhum vínculo empregatício com a secretaria e que eventualmente apareciam para ajudar com a labuta dos quase intermináveis kits. Algumas presenças – além da minha - eram certas: a mãe e a afilhada de Carmem, por exemplo, apareciam para dar suporte, colaborando também com a organização da louça usada no almoço e com a preparação dos lanchinhos que eram servidos.

Nem todos os kits estavam montados até o horário do almoço, por este motivo nem todos almoçavam ao mesmo tempo. Neste interim, apenas o vigia e Gilda precisavam adiantar a refeição, o restante da equipe se dividia em pequenos grupos, revezando entre o espaço na cozinha e o trabalho lá fora. Apesar da pressa, o almoço costumava ser o único período em que se podia sentar e aproveitar o papo, surgindo sempre alguns comentários sobre a probabilidade de sobrar algum produto.

Neste momento do dia o portão da frente já estava fechado, a fila de beneficiárias começava a se formar e nunca havia kits suficientes para iniciar a entrega. De fato, se o fornecimento começava a partir das 8h e só às 11h30m os kits poderiam começar a ser organizados, atender à expectativa de que às 13horas tudo estaria pronto era praticamente impossível. Além disso, no mês de junho de 2017, o total de famílias beneficiadas era de 175 - onde uma delas atendia a 15 pessoas e recebia por duas unidades, não havia espaço suficiente para reunir todos os kits de uma única vez, a estratégia utilizada era a de montar ao menos a metade, refazendo na medida em que fossem saindo. Ainda assim, a entrega não costumava acontecer no horário combinado e quanto mais se atrasava, maior era a demanda por kits prontos.

O barulho e o tumulto que vinham da fila sempre eram ouvidos no salão. Este momento parecia deixar Gilda preocupada. A agitação costumava ser grande, as beneficiárias reclamavam e pediam informações durante todo tempo, discutiam entre si, crianças buscavam a permissão para usar o banheiro e beber água, aproveitando a passagem para bisbilhotar o trabalho lá dentro. De toda forma, era tarefa do vigia se encarregar de que ninguém entrasse ou ficasse no salão antes do comando da coordenadora.

Esta presença masculina era utilizada como um apoio, garantindo segurança e ordem. Josias é um homem grande – comprimento e estatura, negro e de voz firme, quem não o conhece

[47] A mesa é composta por três assistentes sociais, duas do CRAS e uma outra da Secretaria de Assistência Social. Cabe a estas a responsabilidade com a lista de beneficiárias, recolher as assinaturas e indicar, ao grupo da entrega, o número de pessoas na casa.

pode até imaginar que se trata de alguém fechado e carrancudo. Em todo caso, se em alguns momentos ele demonstrava ser bem-humorado e brincalhão -participando das conversas e compartilhando as gaiatices; no momento em que adotava o papel de vigia outra versão entrava em cena: estufando o peito, fechando a cara e exigindo respeito. Mesmo que nem sempre fosse possível segurar este papel, Josias procurava atender à postura firme que Gilda esperava.

No sistema desenvolvido neste momento de PAA, as únicas presenças masculinas eram as do vigia e dos carregadores. Apesar das diferentes atuações, ambos desempenhavam funções correspondentes ao estereótipo do gênero: de um lado, a figura de Josias era necessária à garantia da moral, seu reconhecimento era assegurado pelo contrato com a prefeitura e garantia uma efetividade fundamental ao cargo. Em suas atribuições era esperado "pulso firme", principalmente para garantir a ordem sobre as mulheres e crianças da fila.

Quanto aos carregadores, havia uma variação na disponibilidade de alguns, nem todos os chamados estavam "livres" nos dias correspondentes. O valor que recebiam era estipulado pela coordenadora e pago na forma de "diária", não havendo um comprometimento de contratos fixos. Muito disso se devia ao rigor das avaliações: era esperada a força necessária ao trabalho, ações enérgicas – evitando o "corpo mole", e todo trabalho de carga que é atribuído ao ofício.

Figura 13- A dominação masculina (?) – fonte: Acervo de pesquisa

Percebe-se, de imediato, que no programa há a predominância de mulheres, esta diferença dizia respeito tanto a profusão, quanto a regulamentação das ações. A equipe que trabalhava lá dentro, enquanto responsáveis pela ação governamental, era toda formada por mulheres. Exceto Carmem, todas possuíam curso superior e lidavam diretamente com o trabalho burocrático do PAA - que diz respeito ao CRAS de Rio Tinto, atendendo a uma ordem de cargos: Gilda, enquanto coordenadora, tinha a palavra inicial e final a respeito de tudo o que dizia respeito ao Centro; sendo a representante legal do PAA da Vila Regina, ela tomava a frente de toda a sua organização. Bruna e Samara, assistentes sociais, eram responsáveis por cadastramentos, recadastramentos, triagens e desligamentos das beneficiárias, ficando também encarregadas da mesa das assinaturas.

As demais assistentes sociais que participavam deste processo seguiam as coordenadas de Gilda, Bruna e Samara, costumavam aparecer apenas para ajudar na separação e na entrega dos kits. Carmem, por outro lado, condizente ao cargo de "auxiliar de serviços gerais", se desdobrava em todos os afazeres - desde informações, até agendamentos do Centro. De toda a equipe do centro, ela era a mais próxima da realidade do lugar, sendo considerada como um elo entre a comunidade, o CRAS e os serviços de referência.

Lá fora, no terraço, a grande maioria também eram mulheres, muitas delas acompanhadas de crianças de colo e maiores. Poucos homens apareciam por lá, os que iam, geralmente, era apenas para acompanhar a esposa e ajudar com o peso, mas dificilmente esperavam na fila[48]. O movimento desta área era completamente diferente do que era encontrado lá dentro. As maiores preocupações das beneficiárias eram, além da garantia de que estavam levando as identidades e cartões do Bolsa Família, se a quantidade de sacolas que levaram seria suficiente, o tempo que teriam que esperar até a entrega e os cuidados que precisavam ter com as crianças. Fora isso, aproveitavam o tempo para conversar "miolo de pote"[49].

A lógica na organização da fila também partia delas, tudo se resolvia na conversa. Sendo assim, por mais que as ordens do vigia repetissem determinadas normas institucionais, prevaleciam as regras que eram estabelecidas entre o grupo. O tempo que se costumava esperar lá fora era longo, por isso, as idosas com mais de 70 anos, as grávidas "mais pesadas" e as mães

[48] Pelo que tenho conhecimento, apenas 2 ou 3 homens são beneficiários, e apenas 1 deles recebe em nome da família – mora com a mãe idosa.

[49] Não conhecia esta expressão até ouvir uma das beneficiárias pronunciar. No que me explicou, o "miolo de pote" seria conversa besta, sem nenhuma importância.

que estivessem sem apoio para carregar o filho, costumavam chegar na hora marcada – 13:00 – e tinham prioridade para “passar na frente”. Algumas outras chegavam às 12:30 para garantir uma boa posição na fila, mas ainda havia as que só chegavam quando os portões estivessem abertos e as que observavam de longe e só apareciam no final.

Figura 14- A fila por trás da porta – fonte: Acervo de pesquisa

Uma das primeiras coisas que pude perceber foi que, apesar das assimetrias entre as partes, o conjunto que formavam respeitava características em comum e que iam além da aparência, do que faziam no tempo ou sobre o que falavam. Seja as mulheres do salão ou as que estavam no terraço, a preocupação em corresponder às normativas estabelecidas no sistema das políticas sociais era evidente, mesmo que colocadas de maneiras variadas. Se de um lado as assistentes sociais e a coordenadora questionavam algumas “verdades” por trás dos nomes presentes na lista, conferindo as informações e planejando possíveis visitas ao domicílio – no nome era colocado um pequeno risco, do outro lado havia também a necessidade de refletir o que se esperava.

No caso das beneficiárias, por mais que se buscasse um perfil, não havia como padronizar: eram mulheres de todas as idades, tipos físicos, aparências e graus de instrução. Entretanto, todas demonstravam certa "padronização" na forma de se vestir, roupas desgastadas, chinelos, cabelos amarrados no alto da cabeça. De início considerei esta informação como algo trivial, apontando como um modo mais "confortável" de se vestir. Entretanto, em um destes dias onde os pequenos detalhes iluminam a pesquisa, ouvi uma conversa entre duas beneficiárias, que, ao apontar para uma outra que usava batom e demonstrava certa vaidade com o cabelo, comentaram a respeito da "pobreza" daquela mulher.

Figura 15- A espera na fila – fonte: Acervo de pesquisa

A vulnerabilidade social, naquela fila, não se apresentava nos moldes de uma condição de "miséria". Ao menos não no que corresponderia a um estereótipo desta condição. Nenhuma delas estamparia manchetes que colocam a pobreza em uma relação próxima com a penúria e o desamparo, longe disso. A pobreza, ao menos naquela parcela da Vila – selecionados como mais necessitados, não pode ser problematizada à primeira vista, não como um "status quo". Claro, não estou duvidando e nem levantando suspeitas, apenas quero apontar as sutilezas do que se configura como a "pobreza delas" e como é representada a "pobreza para elas".

Apesar da variação de graus de instrução, poucas possuem o segundo grau completo, algumas sabem apenas escrever o nome e outras são analfabetas. A desigualdade social se estampa ao comparar as mulheres que estão lá dentro – e até mesmo eu – com as que estão do

lado de fora. Nas trajetórias de vida que algumas partilharam – principalmente em momento de recadastramento do programa, "crescer na vida"[50] nunca chegou a ser uma opção, principalmente devido a necessidade de trabalharem ainda na infância – geralmente como domésticas ou cuidadoras - e de terem constituído família com pouca idade – os cuidados com o lar tiraram muitas delas do mercado de trabalho. Estes parecem apontamentos bobos, mas na verdade são pontos que já são analisados como fatores de pobreza associados ao gênero feminino. Os recursos limitados, a falta de autonomia - desde a tenra idade e a desigualdade na divisão sexual do trabalho, se apresentam como alguns dos mecanismos que estruturam a situação (ÁVILA; FERREIRA; VIEIRA, 2014, p.22).

Contudo, naquela fila, não bastava ser pobre, precisava parecer pobre. De início, quando minha presença era pensada mais como uma averiguação, várias me falavam sobre as péssimas condições de vida e o quanto a cesta seria uma ajuda. Mas, com o passar do tempo e a minha familiarização, os discursos se voltavam a algumas críticas ao processo de seleção, denúncias a respeito de um pagamento do Bolsa Família que foi bloqueado devido a uma avaliação das condicionalidades e até algumas comparações a respeito de quem é mais ou menos pobre.

Por isso, ao aparecer na fila usando maquiagem, cabelos soltos e bem tratados, uma das mulheres despertou a atenção, fazendo com que outras falassem para mim e para as vizinhas da fila, em tom de deboche: "ela pensa que não olham isso, tão olhando até se a pessoa usa perfume". Parecer pobre, naquele espaço, é condição essencial para atestar a condição. Além disso, a pobreza é determinada por graus. Uma roupa mais nova pode significar maior poder aquisitivo, a vaidade pode ser considerada como algo supérfluo e falta de aplicação em outras coisas. Até mesmo um sapato, qualquer réplica barata de uma marca cara, pode ligar uma mulher a condição de "menos pobre" e/ou de "tá ali por cara".

Ao contrário do que acontece com as mulheres, as crianças sempre apareciam arrumadas. Este contraste entre mães e filhos/filhas é algo que chama atenção, e dependendo da idade e do gênero da criança, maior era a diferença. De modo geral, eram dados às crianças alguns luxos. Várias apareciam comendo bolachas recheadas, pipocas e outras "bobagens". Além disso, as crianças de colo pareciam melhor cuidadas do que as mães, desde o uso do perfume, até na escolha da roupa.

Em uma análise, este fato parece atestar o que foi colocado por Flávia Pires, onde "as mães priorizam as crianças no momento das compras, principalmente aquelas em nomes das

[50] Usada como uma superação da condição de pobreza.

quais vem o benefício" (PIRES, 2013, p. 129). Por mais que o foco do PAA não seja exclusivamente a criança, as condicionalidades do Bolsa família têm um papel importante no processo de triagem. Como colocado por Pedro Nascimento e Márcia Lima, "as condicionalidades são entendidas ao mesmo tempo como uma responsabilidade do estado de garantia de acesso a esses serviços, e uma "contrapartida" ou "compromisso" da população beneficiária." (NASCIMENTO; LIMA, 2018). Por isso, nesta relação colocada entre as responsabilidades do Estado e o compromisso das beneficiárias, nada mais comum que um programa esteja balizado pelos códigos do outro.

Como o "desenvolvimento físico" das crianças menores de 7 anos passa a ser uma responsabilidade e compromisso das famílias (NASCIMENTO; LIMA, 2018), na fase em que as beneficiárias me viam como uma "agente infiltrada", nem conto as vezes que precisei segurar uma criança para atestar seu peso. Alguns bebês pareciam bonec@s de tão bem cuidadas, vestidos rodados, roupinhas bem cuidadas, sapatinhos fechados, cabelo sempre penteado e brincos na orelha das meninas. As crianças maiores, devido as várias brincadeiras que acontecem na fila e nas rampas do CRAS, já pareciam mais relaxados. Entretanto, o cuidado com a higiene das roupas e com a aparência ainda eram uma preocupação. Vez ou outra uma mãe gritava, do meio da fila, palavras de ordem e atenção: "Tu vai se sujar!!"

Este cuidado e atenção que é dedicado às crianças é algo notório. Os bebês costumam passar de colo em colo, da mãe para uma tia ou até mesmo para outra mulher de confiança que esteja na fila. Já que costumam esperar o momento da entrega de pé, sustentar o peso da criança durante todo o tempo parece cansativo - compartilhar o peso atenuava o desconforto do tempo de espera. Com as crianças maiores, que saem da vista da mãe e costumam correr por todo o espaço do terraço e calçada, brincando com os carrinhos de mão na rampa de acesso, o cuidado também não deixa de existir. Por mais que naquele ambiente a conversa entre beneficiárias role solta, suas atenções não deixam de se voltar também para o que os filhos e filhas estão fazendo - não só aos seus, mas também aos das outras. Tudo gira em torno de um cuidado compartilhado, similar a "circulação de crianças" que é pensada por Claudia Fonseca (2002), com a duração de todo o tempo de espera.

Contudo, toda esta lógica não deixa de assegurar outra diretriz da política social, as mulheres da fila não estão representando a si, mas a toda família. Lá de fora, as mulheres-mães são as responsáveis pelo seu grupo. Em seu nome são atribuídos todos os serviços que são oferecidos, é em sua figura que se assentam as averiguações a respeito do que se espera da imagem de uma família referenciada. Portanto, a aparência mais relaxada que sustentam pode

evidenciar que a sua atenção esteja mais voltada a outras coisas, por exemplo, o trabalho doméstico, o controle com a renda do grupo e, de modo acentuado, o cuidado e dedicação aos filhos.

O poder desta Matricialidade Sociofamiliar encontra-se nos dois ambientes que o portão separa. O fato de que toda a equipe de referência seja também formada por mulheres não deixa de levantar questões a este respeito, visto que, em uma primeira hipótese, poderíamos pensar nas relações facilitadas que seriam estabelecidas de mulher para mulher. Ademais, a lista de beneficiárias que fica sob a responsabilidade das assistentes sociais e da coordenadora não deixam de ser um reflexo disso. Todo processo de triagem parte dos prontuários de avaliação familiar que foram focados justamente nas informações prestadas por cada uma das mulheres que estão lá fora. Quando a lista está impressa e algumas dúvidas surgem sobre um possível "perfil familiar", a visita passa a ser ao grupo doméstico, com o foco principal nas diretrizes do Bolsa Família.

Durante este tempo, já no salão, as assistentes sociais já se dividiram nas três mesas de assinatura, em grupos que atendem à inicial da beneficiária – de A ao H; de I ao P; de Q ao Z. Também já estão prontos os kits que cabem no salão e Gilda já preparava a equipe que ficaria em meio à entrega – Carmem, a afilhada e outras informais, avisando ao vigia que os portões já seriam abertos e que as mulheres na fila já começassem a se concentrar. Neste momento os dois ambientes tornavam-se um, com uma outra lógica e novos arranjos.

No momento da entrega apenas três beneficiárias poderiam entrar por vez, mas quase nunca correspondia à disposição das mesas. As discussões eram comuns nesta entrada - entre Gilda e as beneficiarias e/ou uma beneficiária e outra – por isto a medida era costumeiramente desobrigada e as assistentes trocavam as listas de mão em mão. O que realmente importava naquele momento, para as assistentes, era a checagem dos documentos. Este momento era a principal condição para o recebimento, sem a presença de qualquer um deles era impossível levar qualquer coisa.

Para além da apresentação do cartão Bolsa Família em nome da representante do grupo doméstico, ainda era preciso provar que ela era realmente ela. Por isso a identidade se fazia outro documento importante, apenas a titular poderia receber o benefício[51]. Este cenário me

[51] Poucas vezes, durante este tempo, uma filha conseguia pegar em nome de sua mãe, mas só se comprovasse a indisponibilidade da titular - mesmo assim, esta mediação era bem rara, fugia às regras e funcionava quase em um esquema de segredo.

fazia lembrar as tecnologias de governo que foram comentadas por Fonseca e Scalco (2015), e o quanto certos documentos são indispensáveis na transformação de um "sujeito" em um "cidadão" de direitos e de deveres. A assinatura também era fundamental, seja escrita ou a rogo. Para pegar o kit era preciso atestar que pegou, questões de controle interno, tudo registrado na lista.

Muito além de um papel contendo nome de beneficiárias, número de benefício e informações referentes ao número de pessoas na casa, a lista servia como documento de comprovação e controle interno, uma avaliação para técnicos do controle social do programa e da Unidade Executora. Possíveis desligamentos também são pensados através dos dados na lista. Caso alguma beneficiária faltasse a entrega mais que duas vezes, o seu nome seria cortado e substituído por outro. Alguns nomes eram grifados, outros riscados, mas com o cuidado de nunca rasurar o documento.

Gilda sempre ficava entre a porta da frente, as mesas de atendimento e as primeiras fileiras de kits. Do outro lado do salão ficava Carmem e, por entre o espaço onde as duas estavam, dividiam-se as informais. Após a checagem dos documentos as assistentes ou a coordenadora gritavam o número de pessoas na casa, fazendo com que alguém da equipe se responsabilizasse em levar até o kit correspondente. A escolha não era da beneficiária, esta entrega contava até com certa vigilância, para que não houvesse possíveis "equívocos" no momento de retirar os alimentos. O pouco espaço que dividia os kits gerava certo receio, não só por parte da coordenadora, mas também por entre as beneficiárias.

Alguns alimentos eram mais queridos que outros, pegar algo de outro kit não era difícil, assim como pegar dois kits também não era – exceto o peso. Algumas confusões eram comuns, o PAA não era um momento silencioso, longe disso. Números se atrapalham entre todo aquele barulho e, algumas vezes, alguém aproveitava para se passar por um outro número. Tentando descrever melhor, se Bruna gritasse apenas o número 3 e logo em seguida Samara gritasse o 8, ninguém saberia qual era a correspondente. Muitas vezes era preciso que repetisse o número e apontasse para a pessoa, mas nem sempre era possível.

A realidade é que por mais que só entrassem de 3 em 3, o momento de retirar o alimento do salão era bastante demorado, o que gerava uma grande movimentação. Em alguns momentos era possível encontrar 6 ou até mesmo 9 beneficiárias no salão, muitas delas acompanhadas de crianças e de outras mulheres que ajudavam a carregar o peso. As sacolas eram itens de maior necessidade, algumas levavam grandes sacas de arroz e outros sacos menores. Outras, as mais recentes, não atentavam para a necessidade de bolsas mais resistentes, levando sacolas de

plástico que se rasgavam. Carrinhos de carga também eram comuns, as beneficiárias os levavam e percorriam o salão sem muito cuidado, desarrumando algum kit que estivesse no caminho.

Definitivamente este não é um momento calmo, muita coisa acontece ao mesmo tempo e absolutamente tudo pode ser interessante. A remontagem dos kits que já começam a variar em quantidade, as sacolas emprestadas como sinal de amizade, alguns pedidos lamentosos que são feitos à equipe da entrega, a "mão boba" que sorrateiramente buscavam um alimento no kit vizinho, até os pequenos "comércios" - em forma de trocas - que podem existir entre uma beneficiária e outra, dentro ou fora do salão. Em meio a tudo isso ainda há outros agraves: Carmem vez ou outra puxava assunto com uma delas e esquecia do seu ofício, fazendo com que Gilda a chamasse atenção. Somando-se a isso havia o alvoroço do vigia pedindo para que as pessoas que já foram atendidas fossem embora, precisando, algumas vezes, puxar uma criança para fora do salão.

Figura 16- Pegando os kits – fonte: Acervo de pesquisa

Colocando em avaliação a relação entre a pobreza e a comida entendemos o motivo de algumas das confusões. A macaxeira e o inhame costumam ser os alimentos mais procurados pelas beneficiárias, depois vem as batatas e as frutas. Essas preferências afirmam que o valor atribuído não diz respeito ao preço de cada alimento, mas sim a sua possibilidade de garantir a

sensação de “barriga cheia”, ou, como dizem algumas das beneficiárias, “sustança”. Zaluar já aponta estas relações, “A relação entre a pobreza e a alimentação escolhida não é apenas decorrente daquilo que o dinheiro pode ou não comprar, mas passa por inúmeras mediações de ordem ideológica e até mesmo psicológica” (1985, p.107).

Há uma relação entre o conjunto de alimentos que torna a macaxeira o mais forte de todos eles. Este alimento já é algo no qual as beneficiárias da vila costumam ter em sua mesa, favorecido tanto pela questão nutricional quanto pelo baixo preço que é encontrado no mercado. O alimento ganha destaque entre os moradores de toda região. Por isso, mesmo que nutricionalmente o inhame possa ser considerado um alimento mais rico que a macaxeira, ainda irão ter a preferência por este. Mesmo que seja um alimento fácil de se encontrar, há toda uma verdade por traz desta lógica: não gastar com certas coisas possibilita o consumo de outras. O dinheiro que seria gasto em 8 kg de macaxeira, será revertido em poucos kg de qualquer outro alimento.

Seguindo esta lógica, as trocas e pedidos acontecem obedecendo a questões desta classe. Nem todas precisam da quantidade que foi disponibilizada, e outras precisam mais do que tem à disposição. Era comum que uma beneficiária trocasse com outra uma certa quantidade de alimentos de determinado tipo. Kits grandes são oferecidos à famílias com 6 pessoas, mesmo que maior parte do grupo seja de crianças; Kits médios são distribuídos para grupos de 5 pessoas, mesmo que sejam todos adultos. A diferença de um para o outro é considerável, mas só leva em questão os dados quantitativos a respeito da família. É geralmente nestes casos que as trocas acontecem. Quando certo item do kit da quinzena anterior ainda está no estoque da família, o mais certo é trocar.

De modo similar a experiência de Ahlert em um núcleo do programa Fome Zero (2008), além das trocas que existiam entre elas, ainda havia os pedidos. Voltados em sua maioria à equipe de entrega - já que Gilda não costuma atender muitos pedidos e nem parar para conversar, as beneficiárias costumam pedir uma porção extra de algo que gostem. Desta forma, dependendo do grau de amizade que se tenha com quem entrega, é capaz de usar menos ou mais lamúria, de conseguir mais ou menos coisas, ou, em alguns casos, é possível mudar até mesmo o tamanho do kit que estava destinada.

Geralmente este pedido tem como satisfação atender o desejo da criança, dizendo o quanto ele/ela gosta de comer no jantar ou no lanche, que a quantidade oferecida não rende mais que uma semana, que alguém da família está doente, que aquele é o principal alimento da casa ou que aquele kit seja a única comida para pôr na mesa. As conversas, por mais que curtas,

muitas vezes parecem verdadeiras e deixam qualquer pessoa preocupada, mas não é o único artifício. Muitas vezes utilizam da promessa de segredo como moeda de troca, outras vezes também usam a amizade. Comigo só usaram do papo.

Todo o barulho costuma diminuir gradativamente com o passar das horas, por voltas das 15h quase todas as beneficiárias da fila já foram atendidas e voltaram para as suas casas. Nunca parei para perguntar o peso total de um kit do PAA, mas, nas vezes que ajudei a levar sacolas para fora, pude ter ideia de quanta força era necessária para aquilo. Algumas mulheres contam com o auxílio de motos ou chamam algum taxi para levar para casa, outras guardam os seus alimentos em algum lugar do terraço – sob a vigilância de alguma criança, e voltam para ajudar uma amiga a carregar o seu e dividirem o preço de alguma condução.

Figura 17- De saída – fonte: Acervo de pesquisa

Figura 18- O carrinho e o seu vigia – fonte: Acervo de pesquisa

De toda forma, o CRAS faz referência a uma grande região. Os carrinhos de construção são alugados ou cedidos, mas nem sempre é possível encontrar algum disponível. Para algumas mulheres, principalmente as que moram em Jaraguá, é difícil levar tanta carga sem um meio de condução, assim como é impossível pagar para que alguém leve – o táxi custa R$ 7,00 sendo necessário levar quase toda a família para carregar os alimentos.

Apesar de toda confusão deste dia, os benefícios que o PAA traz são visíveis. O dia mobiliza toda a comunidade, aproximando as pessoas em torno do Centro de referência. Durante todo o dia, da manhã até o fim do expediente, moradores se aproximam para saber como conseguem “macaxeira e inhame”. Alguns como pedido de doação, perguntando se podem pegar um ou 2kg de alguma coisa; e outros em termos de direito, geralmente falando “é pra pobre, é direito”. Todo caso, como dito por Bruna certa vez: “começou PAA, aumenta demanda espontânea”. Isso é fato! A visão que o CRAS tem sobre o PAA corresponde a este aumento de demanda e de cadastros das beneficiárias, o que não consegui saber ao certo foi a visão que as beneficiárias tinham sobre o CRAS.

CAPÍTULO 4:

AOS ARREDORES DO CENTRO:

Este terceiro momento da pesquisa não tem como característica o que já foi colocado nos anteriores, a minha preocupação aqui não é entender o funcionamento de uma política pública específica, nem analisar um possível significado atrelado a esta. Conhecer as pessoas que estão por trás de alguns programas governamentais é, antes de tudo, compreender as possíveis relações que são estabelecidas na diária dos moradores da região referenciada pelo CRAS. Voltando a atenção para as histórias de vida e os relatos a respeito do seu cotidiano, o grupo formado por estas três mulheres apresentam sua vida doméstica e os diversos liames sociais que são estabelecidos, dentre eles, é claro, o campo político. Vista de forma mais pragmática, a "política" é discutida através da forma em que está inserida nas tramas sociais, como um elemento presente na relação cotidiana dos moradores.

Assim como foi observado por Antonádia Borges em seu "Tempo de Brasília", é preciso compreender que este "universo político" não se relaciona necessariamente com todas as pessoas e/ou ocorrências da vida na comunidade, a vida comum dos moradores da região não diz respeito apenas a este aspecto, mesmo que, como colocado pela autora: "absolutamente todos os eventos classificados como políticos estejam referidos aos meios e ao modo de vida na cidade" (2003, p.49). Esta relação direta que a política social procura estabelecer com a vida dos moradores da região em muito se assemelha com a proposta do "biopoder" - em sua gestão da vida, que é colocada por Foucault (2008), concebendo a vida enquanto objeto, invadindo-a por práticas governamentais.

O Centro de Referência não passa como uma figura desapercebida na região, não apenas pelo tamanho de sua estrutura, mas também pelo papel que desempenha. Durante este tempo de pesquisa, mesmo após a decisão de não residir na Vila Regina, tornei-me uma pessoa conhecida na comunidade. Mesmo que só estivesse por lá durante algumas horas do dia, alguns dias da semana, parte da população "acostumou" com a minha presença. Era comum que me parassem para pedir informações sobre alguns serviços, que me dessem um "oi" ou um "Tchau" quando me encontravam, que perguntassem sobre a minha vida nas inúmeras vezes que compartilhávamos a espera pelo ônibus ou táxi. Este sentimento de "camaradagem" não partia apenas das beneficiárias que conheci. Algumas crianças, homens e mulheres da região, funcionários da xerox, do café, do mercadinho, e até mesmo os diversos taxistas sabiam para

onde eu iria e conversavam comigo com certa familiaridade. Este exemplo é apenas para frisar o que percebi em minha experiência junto à comunidade: de forma bastante imponente o prédio e a equipe do CRAS fazem parte do cotidiano dos moradores, alcançando, portanto, a materialização da diretriz da territorialidade que é proposta no PNAS.

Ao sair do CRAS e procurar estabelecer uma relação mais próxima do cotidiano destas mulheres, me deparei que sempre estaria "aos arredores" deste Centro. Não sei se isto se deu através da associação da minha imagem aos serviços, ou se as condições sociais as colocavam naquele papel de relação direta com as políticas. Mas os seus relatos estiveram sempre cercados por assuntos que, mesmo indiretamente, apontavam esta direção.

Talvez a posição em que iniciei esta pesquisa tenha influenciado o olhar que tinham sobre mim, motivando certa perspectiva em seus discursos. Ainda assim, independente do fato de ter começado do CRAS e só depois ter saído para as ruas da comunidade - e não o contrário, o importante é frisar que os relatos que serão analisados a seguir dão conta de vidas reais e não de estereótipos. O objetivo não é traçar perfis e fazer comparações. As análises serão realizadas através dos relatos e significados atribuídos a experiências singulares das interlocutoras, aprofundando reflexões a respeito de temas bastante recorrentes: a pobreza, família, relações de gênero, alimentação, moralidade, maternidade, entre outros.

Fabiana: "Eu sou daquelas índias cismadas"

O primeiro encontro que tive com Fabiana me despertou uma série de curiosidades. Neste dia ela procurou o Centro apenas para avisar que havia conseguido resolver os trâmites do Bolsa Família diretamente com a Ação Social. Contudo, apesar de não demonstrar antipatia, não parecia muito aberta à comunicação e nem demonstrava interesse nas propostas de PAA que as outras mulheres no salão estavam comentando. Assumo que esta posição me causou estranheza, Fabiana se portava de maneira diferente, entrou apenas para "avisar" e não para "pedir ajuda". Aparentava estar apressada, mas mesmo assim Carmem conseguiu chamar sua atenção por algum tempo, pedindo para olhar a recém-nascida que carregava nos braços. Aproveitei o momento e também me aproximei.

Dentre as conversas entre Fabiana e Carmem – mais Carmem que Fabiana, a servidora do CRAS perguntava sobre a família, sobre a saúde e os cuidados com a criança. Fabiana apenas respondia que tudo ia bem e que estavam conseguindo "se virar". Foi súbito o meu desejo de perguntar algo sobre o pai da criança, recebendo uma resposta também imediata: "não, tem pai

não". O meu interesse pela história de vida desta mulher crescia na medida em que Carmem comentava com ela sobre "a surpresa" do nascimento da menina e de como a vida iria mudar dali para frente. Neste período eu estava bastante empolgada com as leituras sobre a relação entre maternidade e moralidade, vi no caso de Fabiana um espaço para a discussão sobre o assunto. Perguntei se havia possibilidade de conversar com ela uma outra hora, sobre assuntos de pesquisa, ela confirmou com a cabeça, deu a referência de como a encontraria e se despediu - não sei se para encerrar o assunto ou se por interesse, mas a permissão foi dada.

As conversas com Carmem após a saída de Fabiana foram bastante pretensiosas. Por ser uma pessoa da comunidade e ter acesso a algumas informações do CRAS, a funcionária poderia me responder ao menos a primeira das minhas questões. Comentei que havia estranhado o fato de Fabiana não procurar o PAA, já que naquele momento era a principal demanda. Carmem me confidenciou que o cadastro no programa foi oferecido, mas que ela "não ia atrás". Muitas vezes a equipe do Centro utiliza o termo "não ir atrás"[52] como falta de interesse do possível beneficiário, o que já poderia me ajudar com algumas informações, mas Carmem continuou a conversa e falou que a família "realmente precisava"[53]. Este foi o estalo para que a procura por aquela mulher se efetivasse.

Algum tempo após este primeiro encontro, depois de acalmado o período de PAA, saí pela Vila Regina à procura de Fabiana. Ela havia falado que morava perto do CRAS e que só era preciso perguntar na rua, todos sabiam quem era. Este momento foi mais difícil do que imaginei, apesar de falar que seria a sobrinha de um antigo cacique, só obtive sucesso ao comentar sobre o nascimento da filha e o fato dela não saber que estava grávida. Foi daí que descobri que Fabiana era conhecida como "Fofa". Assim se deu o segundo encontro, chegando na casa com aviso prévio, mas sem hora ou momento marcado.

Ao chegar vejo um homem saindo da casa, era o tio de Fabiana, me convidou a entrar e retirou-se. Ela estava sentada em uma das cadeiras da sala, assistindo TV e dando de mamar para a filha, próximo a este local havia uma mulher deitada na cama e uma senhora prestando

---

[52] "Não ir atrás" é visto por muitos como o completo desinteresse do sujeito, quando há a possibilidade de melhora e simplesmente esperam "cair do céu". Poucos se perguntam o que realmente acontece para que determinada pessoa não acesse serviços, o fato de "Não ir atrás" já é o suficiente.

[53] Em uma reflexão a respeito das pessoas que acessam as políticas sociais há dois tipos de caso: "As que não precisam": geralmente associada a grupos domésticos com poucos moradores e um salário, pessoas que demonstram algum tipo de capital econômico e que frequentam o comércio e qualquer um que aparente "ter mais condições"; e as que "Realmente precisam": grande número de pessoas na casa e pouco ou nenhum dinheiro, carência de alimentação, desemprego; alguns pontos ainda podem ser somados, caso não haja outras opções de cuidadores: idosos (+ 1), deficientes físicos ou mentais (+1), doentes (+1).

cuidados. A casa que mora, apesar da boa localização na vila, não possui grande infraestrutura. Apresentava visíveis sinais de deterioração e não possui nada que possa ser considerado como um "luxo", os móveis eram antigos e desgastados, a iluminação fraca e a alvenaria puída. Apesar de não ter ido além da sala, foi possível perceber que era uma casa pequena e que outros cômodos também eram utilizados como dormitórios. Sentei ao lado da cadeira onde Fabiana estava e expliquei que, naquele momento, só gostaria de ouvir um pouco sobre a vida dela. Não havia perguntas a fazer, mas caso ela quisesse, poderia começar explicando a sua relação com a Vila Regina.

Fabiana não é natural da região, nasceu no Rio de Janeiro e chegou a Rio Tinto aos 3 meses, acompanhada da mãe e do pai. Na história que me contou, a proposta de vir até Rio Tinto era temporária. O pai havia sugerido que o "barraco estava pequeno" e a família crescendo, apresentou a necessidade de voltar às origens e se organizar, propôs que depois de um tempo retornaria sozinho ao Rio de janeiro, conseguiria um emprego e mandaria buscar a família. Em parte, isso aconteceu. Depois de um tempo morando em Rio Tinto o pai voltou ao Rio de Janeiro, mas há 10 anos não manda notícias: "arrumou outra família". Fabiana, a filha, sua mãe e o irmão mais novo, moram com a avó materna; junto a eles ainda moram o tio e uma tia com dificuldades cognitivas e físicas – além de ter perdido a visão, há algum tempo precisou amputar a perna. Seu grupo doméstico é formado por estas sete pessoas e conta com as aposentadorias da avó e da tia.

No total referenciado, no ano deste encontro, a renda chegaria a R$1.874,00 o que dividido por sete habitantes daria um total de 267,71 per capita. Este valor coloca o grupo em um indicador acima da linha da pobreza absoluta. Entretanto, dadas as circunstâncias associadas ao que seria a pobreza relativa, as despesas com medicamentos e cuidados com a tia já despendiam maior parte da renda total. Fora isso, a avó também necessitava de alguns cuidados. Mesmo que a sua aparência seja de uma mulher saudável e bastante lúcida, aos 85 anos dona Maria necessitava de certo número de remédios e nem todos eram disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Desta forma, somando-se a estas as outras despesas de subsistência do grupo, as condições eram precárias e pouco se poderia fazer para melhorar.

A avó – que estava na sala e resolveu entrar no assunto - relatou que já procurou assistência no CRAS, mas que, devido a renda que o grupo recebe das aposentadorias, não conseguiu acessar os programas de auxílio material. De certo, isso não foi surpresa para mim, já havia brincado com Bruna e Carmem a respeito de que "em terra de política social, quem

tem salário é rei"[54]. Por mais que a família esteja referenciada em sua área e inscrita na "casa", o fato de não ser classificada em linha de pobreza já a retira de uma lista de programas assistenciais. Esta é uma normativa geral estabelecida na proteção social básica. Entretanto, comentei com Fabiana que havia possibilidade de que procurasse em seu nome, mas ela nem terminou de ouvir o que tinha para falar e respondeu:

> Ali é só por cara. Eu não gosto de tá babando ninguém, não(...) Esses alimentos que tão dando ali, só porque ela recebe um salarinho. Ai ela foi e falou que não, porque a senhora é aposentada que não pode, não. Só quem não é. O governo, o presidente manda pra todos, agora eles querem comer, ai, só por cara. Ai não porque não tem renda que tem que ser. Ai eu me encabulei... eu digo: apois eu não vou, não. Mandaram eu ir, eu digo: eu não vou, não (Fabiana, dia 20/06/2017).

O que se pode analisar neste discurso de Fabiana é que "o governo, o presidente" está em outra ordem que não a do CRAS, é ele que manda os alimentos e que, por isso, seria para todos. Por mais que o Centro de Referência exerça o papel de um "dispositivo de gestão" (AGABEM, 2009), respeitando o que é pensado por Foucault no seu ideal a respeito do dispositivo como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas..." (1995, p. XVI). Na visão dela – e de algumas pessoas da comunidade – os serviços do CRAS são oferecidos "por cara", sendo necessário "babar" determinados funcionários para conquistar a simpatia.

Ao fazer a colocação "o governo manda" e "eles querem comer", Fabiana parece enaltecer a figura do Governo como algo bom, paternalista, que distribui para todos; e colocar o CRAS de uma forma mais privativa, através do entendimento de que a equipe de referência – nada mais que agentes do governo – atendem apenas aos próprios interesses. Ainda em seu relato, Fabiana contou que só após o nascimento da filha o CRAS passou a procurá-la, o que também não foi visto com bons olhos:

> Eu queria que ela recebesse, no nome dela. Não era para mim, era pra ser pra ela. Aí não, por que ela foi pra fazer e tem renda. Eu me encabulei e digo: apois eu não vou, não. Eu sou cabulosa mesmo, não sou de ficar babando ninguém, não(...) Sempre teve essas coisas aí no CRAS, ninguém nunca mandava avisar, dizer que tinha coisa, tinha isso, depois que eu tive a menina é só mandando recado. Quando eu precisava, sem trabalhar, sem nada, dá emprego ai, por cara, tá babando, não sou de babar. Quando eu tava sem a menina não tinha emprego, não tinha curso, não tinha nada e agora tem (Fabiana, dia 20/06/2017).

Há neste discurso algo que já foi analisado por Borges, "as distintas equações usadas pelo governo para calcular o quantum de merecimento daqueles que almejam "ganhar"

[54] Isto foi dito em tom jocoso, após ter ouvido de Carmem que certa pessoa estava inscrita no PAA, mas que "não precisava". No caso comentado, a mulher era casada com um senhor que recebia aposentaria.

benefícios diversos" (2003, p.18). Se a avó - por receber um salário - não pôde ser beneficiária, e se antes de "ter a menina" nada era oferecido para ela, por que apenas agora o CRAS começou a oferecer certas participações? É sobre esta dúvida que Fabiana coloca o papel de "índia cismada", negando, repetidas vezes, o interesse em aceitar qualquer coisa oferecida pelo CRAS. Entretanto, antes de adentrar em uma discussão sobre as tecnologias de governo, cabe pontuar algumas questões a respeito da maternidade.

A maternidade de Fabiana nunca chegou a ser um "dilema". Diferente da grande maioria das mulheres que vivem um modelo moderno de maternidade, onde a escolha estaria baseada na reflexividade e seguiria contornos de planejamento antecipado ou recusa circunstancial (SCAVONE, 2001), Fabiana tornou-se mãe sem saber que seria. Ela me contou que durante alguns anos chegou a fazer uso de pílulas anticoncepcionais, mas que por não ter um "compromisso sério" preferia utilizar outros métodos. De certo - tendo em vista que comentou sobre os meios de contracepção - a gravidez não era algo desejado, mas também não chegava a ser uma preocupação. A maternidade não era algo na qual costumava pensar, pelo menos até o dia em que a filha nasceu.

Durante a conversa que tivemos era notória a minha curiosidade com o caso. Se antes essa "gestação desconhecida" só era vista em programas de TV e levantavam dúvidas sobre sua honestidade, agora estava bem diante de mim. O interessante foi perceber que, ao falar sobre o assunto, ela não demonstrou qualquer forma de sobressalto, narrava como um acontecimento "normal", sem grande euforia. Não sei se por ter acostumado a repetir - tendo em vista que a menina já estava com 3 meses e a Vila Regina é uma comunidade pequena - ou por não se preocupar em corresponder as excentricidades da minha imaginação. Fabiana não se parecia em nada com os assombrosos programas. Estava tranquila, adaptada e feliz com a condição. Tomando como referência os seus relatos:

> É porque eu andava na vida, né? Andando no meio do mundo, aí também não esperançava que estava grávida, não tinha nem noção e eu pensei que era normal, a minha barriga crescia, mas eu sempre fui forte. Aí os meses foram passando, passando e eu digo: minha barriga... não sentia enjoo, bebia muito. **(tua menstruação não vinha?)** Vinha pouca, mas vinha, entendeu? vinha esse mês, aí só vinha uma vez, depois não veio mais. Ai o outro mês vinha outra vez e vinha ralo, não vinha normal como é, entendeu? Quando eu menstruava normal vinha três meses em seguida, aí eu pensei que era algum problema com cisto, alguma coisa, era a gravidez da menina. Ela nasceu aqui (casa), aí deu a vontade de ir no banheiro e quando eu fui no banheiro deu aquela dor forte no pé da barriga, vontade de mijar, aí quando deu aquela dor forte ela desceu no chão. Eu assim em pé, ia saindo no banheiro, aí deu aquela dor e ela desceu com tudo (Fabiana, dia 20/06/2017).

Para Fabiana o "não saber que estava grávida" está associado a forma como vivia. Mesmo assim, acredita ter engravidado aos 28 anos – idade em que se encontrava no momento desta conversa - em uma das viagens para as festas na praia. Em sua reflexão, o fato de que bebia, "andava muito", bagunçava e dançava, escondiam possíveis sinais de uma gravidez, tais como enjoos, chutes da criança, entre outros. Os problemas relativos à menstruação e a probabilidade de um "cisto" nunca chegaram a ser investigados. Além de demandarem tempo na procura pelas informações, demandaria um dinheiro que a família não contava. Desconheço se na cidade há consulta ginecológica pelo sistema público de saúde, mas, em todo caso, Fabiana não buscou ajuda no PSF.

Apesar de desconhecer alguns detalhes da sua gestação, Fabiana diz ter consciência de quem é o pai, contrariando expectativas de algumas pessoas da comunidade. Como já foi colocado por Fonseca, a "fofoca" não é algo incomum em pequenas comunidades, e muitas vezes recai sobre os moldes da "reputação" (2000). Não era preciso sair do salão do CRAS para que algumas notícias "da vida alheia" chegassem aos meus ouvidos - era comum que em dias de pouco movimento ou que em meio a fila do PAA as conversas surgissem. Já havia escutado sobre o caso de Fabiana, de como ela gostava de beber e de sair, da forma como aproveitava a vida, de suas "farras" em bares da região. Por mais que a própria não esconda estes detalhes, não transparecendo incômodo com o assunto, estas fofocas também incidem sobre a questão da "honra", apontando que, devido ao estilo de vida que seguia, Fabiana não saberia nem quem é o pai da criança. Perguntei a respeito dos comentários que costumava ouvir, ou dos que chegavam a ela por meio de "leva e traz[55]" da vizinhança:

> O povo falava assim: quem é o pai? Perguntando quem é o pai, acho que nem ela mesmo sabe. Digo: eu sou doida, é, por acaso? Esse povo daí eu não gosto de falar da minha vida pra esse povo, esse povo gosta de saber demais da vida dos outros. Eu não gosto, não. A vida é minha e eu faço o que eu quiser (Fabiana, dia 20/06/2017).

Esta ideia de "honra" segue os mesmos padrões encontrados por Claudia Fonseca, principalmente no que toca a *dimensão do social.* Enquanto um código socialmente estabelecido, a honra estaria vinculada ao comportamento que rege a rede de relações sociais (Fonseca, 2000). Neste caso, a "honra feminina" não poderia ser desvinculada do ideal da maternidade, onde se espera que a mulher, ao menos, cumpra com o esperado de saber quem apontar como pai. Se por um lado a minha curiosidade com o caso estava no fato de que ela não

[55] "Leva e traz" é uma categoria que diz respeito a troca ou repasse de fofocas. Geralmente a pessoa que é o assunto acaba sabendo por outras, levando as possíveis respostas ou correspondendo com o que foi dito. Por mais que não exista um intuito correto, costuma procurar respostas à possíveis acusações ou, quem sabe, provocar discussões e/ou troca de ofensas.

sabia que seria mãe, por outro lado as pessoas da comunidade alardeavam a possibilidade de que ela não saberia quem seria o pai.

Esta expectativa da comunidade é logo refutada por Fabiana ao me relatar que sabe quem é, mas que ainda não procurou. Em suas palavras -e com a concordância da vó e da mãe que estavam na sala no momento desta conversa: "Deixa assim mesmo, eu fui criada sem pai. Mãe é pai, tudo. Pai só pra dizer que tem no papel?". Nesta posição, ao que parece, a honra é alcançada em sua dimensão individual, através de um empoderamento materno assimilado pela relação da parentalidade. Nesta via, este laço assumiria como fundamento a relação dos indivíduos com as suas crianças, independente das relações de gênero (SCAVONE, 2001). Se ela e o irmão foram criados sem a presença do pai, poderia fazer o mesmo com a sua filha.

Algo que também está presente em sua narrativa diz respeito direto a questões de moralidade materna. Mesmo que Fabiana tenha se tornado mãe sem uma preparação prévia para isso, algumas ideias nasceram junto com a criança, entre elas o de abandonar o seu antigo estilo de vida. Perguntei sobre como seria a vida após o nascimento da filha, e ela, entre sorrisos e o nino da amamentação, respondeu apenas que: "Tem que mudar, né? Mudou pra melhor, pra aquietar, né?" Esta afirmação - em forma de pergunta - era agraciada pelas outras mulheres da família, que olhavam para mim enquanto balançavam a cabeça em sinal de afirmação. Acho que esperavam que eu fizesse o mesmo, por via das dúvidas, fiz!

Se a maternidade aparece para Fabiana como "bom para se aquietar", logo atribui a esta condição uma responsabilidade condizente com uma competência para criar filhos. No que pôde ser analisado a partir de seus relatos, esta responsabilidade seria intrínseca ao que é socialmente esperado: a mãe deve ao seu filho toda devoção e cuidado, deve seguir princípios morais, responsabilizando-se pela educação da criança. Por ter decidido assumir a maternidade solo, colocando que "mãe é pai, é tudo", Fabiana assume todas as responsabilidades que estariam associados a criação da filha. Pegando este relato como um ponto de reflexão a partir do que foi colocado por Sarti em "Família como ordem moral" (1994), Fabiana assumiria os dois papeis que são atribuídos, tornando-se responsável pelos cuidados atribuídos a mãe e também o papel de provedor e autoridade moral. O que, de fato, não acontece.

Apesar do grupo não seguir os mesmos padrões de uma "família nuclear conjugal", onde cada papel é definido tomando como base as relações de gênero e suas responsabilidades, não deixa de obedecer a uma organização também baseada em hierarquias (SARTI, 1994). Há, neste grupo, um deslocamento das figuras masculinas e femininas no que diz respeito ao papel de "prover" os recursos financeiros. Mesmo com a presença de dois homens na casa, o tio e o

irmão de Fabiana não desempenham o papel de provedor fundamental. Entretanto, ainda é dado ao tio o papel de "autoridade moral" em relação ao mundo exterior, isso ficou explícito no primeiro encontro.

Quando me passou a referência de onde morava, Fabiana recomendou procurar a casa do "cacique fulano de tal[56]", indicando que todos saberiam apontar a direção. Neste segundo encontro, já em sua casa, foi o tio que me deu a permissão para entrar, sem perguntar a qualquer outra pessoa se a presença era "bem-vinda". Por outro lado, no interior da casa, é perceptível que este papel de autoridade adquire novos arranjos. Após a ruptura do casamento de sua mãe e a certeza de que não voltariam a encontrar o pai no Rio de Janeiro, a casa da avó tornou-se a habitação oficial. Para além da guarida, é a renda da avó que garante a subsistência do grupo, assumindo o papel de provedora e principal autoridade do grupo doméstico. O respeito que Fabiana dedica a avó é, sem dúvidas, maior do que a dedicada a qualquer outro membro do grupo. A possível antipatia que demonstra ter pelo CRAS não deixa de corresponder a isto, já que deixa claro que: "queria que ela recebesse, no nome dela. Não era para mim, era pra ser pra ela".

As despesas de Fabiana e da sua filha contam, em parte, com a aposentadoria da avó. Em uma tentativa de apurar sobre qualquer possível falta que o pai da criança faria - sobretudo na parte financeira - perguntei sobre as despesas da criação, mas ela novamente frisou que quem cria é ela e a avó, com a ajuda da "família todinha", e que já havia registrado a menina em seu nome. Esta ideia que Fabiana tem sobre "família", cabe na reflexão a respeito de família extensa das camadas populares, que costuma alcançar toda rede familiar, ultrapassando o grupo doméstico (SARTI, 1994; FONSECA, 2005; MACHADO, 2001). Ela colocou que, por ser indígena: a família é da Baía da Traição, da ilha São Miguel, e que a sua tia, que mora no "campo", ajuda a comprar o leite e as "massas" da menina.

Fabiana também não deixa de colocar a pretensão de que no futuro, quando a criança estiver "mais sabidinha", irá "arrumar emprego e ser independente". Mas, que por enquanto, só conta com este auxílio da família. Na época deste relato ela havia deixado os documentos referentes à inscrição no CadÚnico, para que assim pudesse entrar com o pedido do benefício do Bolsa Família, uma das formas que havia para diminuir a dependência que havia. Preferindo não pedir informações/suporte no CRAS, foi diretamente na "Ação Social", localizada no centro de Rio Tinto:

[56] O tio de Fabiana não exerce o papel de Cacique na Vila Regina, mas já "recebeu" este título em outra região.

> O bolsa família eu fui lá na casa mesmo, em Rio Tinto, ai eu já fui lá, tô esperando só vim o resultado de Brasília, né? Mandar pra lá pra ver o resultado. Ai ele mandou esperar, se não vir eu passo lá de novo. Até o final do mês agora é a esperança. Se não vir eu vou pra lá novamente. Perguntaram onde eu morava, entendeu? O que eu usava, se tinha energia, com o que cozinhava. Fogão de lenha, entendeu? Dependo da minha vó, né? Totalmente que eu dependo dela, não tenho salário (Fabiana, dia 20/06/2017).

As perguntas que fizeram surgem como forma de preenchimento de cadastro familiar, relacionado ao CadÚnico e ao Número de Inscrição Social (NIS). Seguindo à risca do que já foi colocado no segundo capítulo deste trabalho, a Política Nacional de Assistência Social tem como fundamento "conhecer" os sujeitos, seu modo de vida e possíveis fragilidades. As perguntas que fizeram a Fabiana, em forma de questionário – método quantitativo que possui certas limitações, são catalogadas e enviadas "para Brasília" (Ministério do desenvolvimento social) – para avaliação. Esta inscrição no CadÚnico nada mais é que uma tecnologia de governo, um cadastro unificado de indicadores sociais que funciona como passe-partout das políticas sociais e que gera, ainda, uma identificação pessoal sobre a forma de NIS – Número de Inscrição Social (FONSECA; SCALCO, 2015).

É justamente através do preenchimento deste cadastro que poderemos analisar as equações que são utilizadas como parâmetro na seleção de beneficiários. Se Fabiana – com certa razão – reclamava que o CRAS não oferecia benefícios à sua avó devido a aposentadoria, e que, antes "da menina", nada era oferecido; ela também detinha o conhecimento de que o Bolsa Família só conseguiria ser alcançado através do seu nome, pelo cadastro de uma unidade familiar na qual ela seria a principal representante.

Fabiana, enquanto representante do grupo, uniria informações suficientes para pleitear o benefício: desempregada, indígena, baixa escolaridade, mãe/nutriz, sem cônjuge, baixa infraestrutura domiciliar, sem renda pessoal comprovada, grupo doméstico com renda per capita inferior a ½ salário mínimo onde residem uma pessoa deficiente e outra idosa. No entanto, mesmo que para este cadastro tenha sido necessário um reposicionamento de Fabiana no grupo doméstico, pouco muda na vida real.

Devido ao fato de que grande parte das mulheres da comunidade estão cadastradas no Bolsa Família, Fabiana não teve grandes problemas em conseguir informações referentes aos documentos necessários, todo o processo de requerimento e, até mesmo, as variáveis sociais que eram esperadas. Na comunidade da Vila Regina, até onde eu pude perceber, algumas mulheres sabem bem o que precisam acionar caso queiram garantir os seus direitos. No caso de Fabiana, após todo o trabalho da inscrição e da solicitação, aguardava somente informações sobre prováveis problemas no cadastro – questões mais burocráticas - ou o recebimento do cartão pelos correios. Este seria o "resultado de Brasília".

Neste ano de 2018, em uma visita ao CRAS e a comunidade, consegui algumas informações sobre ela. Soube que Fabiana havia conseguido o benefício do Bolsa Família e que, devido ao encaminhamento da rede de proteção socioassistencial, estaria inscrita na rede de serviços que são ofertados pelo Centro de Referência. Outra notícia é que também se tornou uma das beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos, recebe em seu nome e fica responsável pela distribuição ao grupo doméstico.

Ela e a filha ainda moram com a avó, juntamente com o irmão, o tio e a tia. A mãe faleceu no fim do ano de 2017, diagnosticada com "comprometimento hepático provocada por Esquistossomose/Barriga d'agua[57]. Por mais que tenham sidos ofertados os serviços de saúde na rede pública, o caso não foi revertido. Não me senti segura em retornar a casa dela depois desta notícia, no pouco contato que tive com a sua mãe percebi que seria uma figura de referência para Fabiana. Mesmo que eu tenha ficado feliz em saber que ela conseguira o benefício e que sua "cisma" com o CRAS havia acabado, a notícia sobre a mãe me saiu como um soco no estômago. Deste modo, essas foram as últimas informações que tive sobre o caso, exceto, é claro, a notícia de que Fabiana realmente se aquietou.

Dona Maria: "A minha vida sempre foi assim, sempre passando necessidade"

Conheci Dona Maria em um dos dias de cadastramento do PAA, o programa já estava em fase de finalização desta primeira etapa e a demanda espontânea ao CRAS já havia caído consideravelmente. Assim como muitas moradoras da região, a notícia sobre o PAA e a possibilidade de cadastro neste benefício só aconteceu quando o programa já estava em execução. Era início de junho quando Maria apareceu, ela acompanhava uma pequena turma de mulheres. A primeira vez que a vi cogitei a possibilidade de que seria uma aposentada. Além da aparência envelhecida e dos muitos cabelos brancos, esta mulher ainda aparentava uma leveza e uma calma que chamavam atenção, estava longe de demonstrar alguma preocupação ou apreensão. Ela segurava uma pequena rosa na mão e, entre uma passagem e outra por entres os dedos, buscava sentir o cheiro da planta.

[57] Por mais distante que possa parecer, a barriga d'agua ainda é um risco para a população da comunidade. Obras de saneamento básico são uma demanda antiga, entretanto, até o final de 2017, não havia na Vila Regina um sistema de captação e tratamento da água, ocasionando na péssima qualidade no consumo dos moradores.

Não sei se percebeu o meu olhar curioso, mas Maria aproximou-se de mim logo após uma das mulheres ser chamada à sala de atendimento, deixando as outras na outra parte do salão. Após uma pequena apresentação, um "bom dia" cercado por sorrisos e ainda movimentando a rosa por entre os dedos, ela me perguntou o que eu estava fazendo por ali e se saberia responder sobre o tempo do atendimento. Maria foi bastante comunicativa, mesmo desconhecendo os detalhes a respeito de minha pesquisa, esta senhora me encheu de informações: em menos de 10 minutos eu já sabia a sua idade, nome, estado civil, onde morava, quem eram as outras mulheres e o que procuravam por lá. Tudo em forma de uma conversa amigável, uma troca de informações.

Na época deste encontro Dona Maria tinha 52 anos e era representante de uma das famílias referenciadas na região de Jaraguá. Antes de saber do PAA seu nome estava inscrito na cozinha, mas me contou que há muito não havia mais "sopa" por lá, que estava tudo fechado e que gostaria de saber como receber as "doações de macaxeira e inhame". As outras mulheres que a acompanhavam eram a filha e duas noras, junto a elas ainda havia uma criança de colo - filho de uma das noras e neto de Maria. Contudo, apenas ela e a filha procuravam o cadastro no PAA, as noras eram menores de idade e tinham o registro do Bolsa Família vinculados à casa das mães - mesmo que não vivessem com elas. Devido à proximidade de suas casas, todas foram juntas até o CRAS. O papo ajudava a distrair toda a distância que precisaram percorrer.

Apesar de toda calma que Maria demonstrava, a história que contava era forte demais, cercada por várias privações. Algumas vezes cheguei a me questionar se todo aquele papo era verdade, já que a imagem sorridente daquela mulher não condizia com todas as dificuldades que me contava. Morava com o marido, dois filhos e uma das noras. A casa de taipa já estava caindo, o "fio" já ameaçava desabar e uma das paredes da cozinha era de lona. A renda do grupo correspondia apenas ao benefício do Bolsa família e o marido já não tinha idade e nem condições para o trabalho pesado, apenas ajudava os filhos no mangue e no roçado. Dona Maria demonstrava muito orgulho ao falar que o caçula, de 17 anos, dividia-se entre este trabalho e os estudos: "ele quer se engenheiro, diz que vai".

Esta conversa durou aproximadamente 15 minutos, mas no momento em que ia à sala de atendimento chamou a filha - que estava saindo do recadastramento - e nos apresentou. A mulher não pareceu incomodada, sorriu ao falar que a mãe gostava de conversar e permaneceu ao meu lado, atraindo também a presença das outras que esperavam no salão. Rebeca era um pouco menos comunicativa que a mãe, mas também muito simpática, conversava com as cunhadas sobre o atendimento e não se importava em compartilhar comigo algumas das

informações. Aos 34 anos Rebeca é a filha mais velha de Maria, era casada e mãe de dois adolescentes – um menino de 17 anos e uma menina de 15 – e uma criança –menino de 10 anos. O que me surpreendeu foi pensar que uma mulher poucos anos mais velha que eu, já era mãe de 2 adolescentes. Rebeca só sorria ao me contar que a filha já era casada e que ela quase foi avó, a filha havia "perdido" a criança aos 4 meses de gestação.

Na verdade, olhando ao redor, era perceptível que a gravidez na adolescência era algo comum por ali. Maria foi mãe de Rebeca aos 17 anos, mesma idade em que esta mulher foi mãe de seu primeiro filho. Além disso, outra adolescente que estava na turma – nora de Maria – aparentava ter 16 anos e segurava o filho no colo. Rebeca não se surpreendeu com a gravidez da filha, ao contrário, casar e tornar-se mãe ainda na adolescência parecia ser comum àquela família. A outra nora – que havia casado recentemente – dizia ser mais cuidadosa e que não tinha idade para pensar em ser mãe, mas suas promessas eram acompanhadas pelo sorriso debochado das outras. Mesmo que estas mulheres demonstrassem apoio às escolhas da outra, não pareciam crer nas promessas da jovem.

Neste meio tempo percebi que Maria estava saindo da sala de atendimento, seu cadastro precisava apenas ser renovado e transferido para o PAA. Ela se aproximava de onde estávamos e mostrou à filha um papel de encaminhamento com a solicitação de reforma para a sua casa. Nas recomendações da assistente social, este documento deveria ser entregue à secretaria de "ação social", diretamente ao setor da coordenação, mas Maria não parecia muito animada com aquilo. Não falou muito depois que saiu, mas me convidou a visitar sua casa e continuar a conversa, me passando instruções de como chegar até lá. Depois de se despedir, foi embora junto às outras, carregando consigo o papel e sua rosa.

Após este dia, sempre encontrava Maria e Rebeca em dias de PAA, a visita era sempre cobrada por elas e repensada por mim. Durante o tempo em que eu costumava passar na fila, conversávamos sobre as novidades e partilhávamos dos assuntos que ali rondavam. Apesar da simpatia, Maria muitas vezes demonstrava reserva com alguns dos assuntos das outras beneficiárias. Também não costumava fazer pedidos, aceitava o que era dado, sem opinar ou pedir por algo mais. Não posso negar a minha afeição, apesar da triste história de vida ela não desanimava, demonstrava força para lidar com tudo.

No final de junho tomei a decisão de ir procurar por Maria. Saí de Rio Tinto disposta a visitar sua casa, levando comigo um bolo e o gravador de voz. Pensando que o lugar onde estava – UFPB – não era tão distante e aproveitando o encontro com uma beneficiária que morava na região, decidi ir a pé. A rota apresentada pelo GPS seria de aproximadamente 3km, nada que

viesse a assustar, além disso teria companhia de alguém que conhecia tudo aquilo e que ainda viria a compartilhar o papo. A decisão parecia ser a mais acertada, contudo, não posso negar que durante o caminho pensei em desistir várias vezes e pegar um táxi. A companhia era ótima, me contava que precisou resolver umas coisas na ação social e por isso desceu. Ela parecia descansada e muito tranquila com o caminho, um contraste imenso com o que eu estava sentindo.

Era por volta das 9h30m e o clima estava quente. As ladeiras que dividem a região central de Rio Tinto da Vila Regina já eram conhecidas por mim, mas o caminho que Josefa me levava era totalmente estranho. O mapa do celular marcava as ruas pelas quais eu passava, acompanhando aquele caminho que parecia ser bem maior do que ele indicava. Pelo que foi registrado, subimos a BR em direção à rua São João – nas 4 ruas - virando para a projetada. Passamos pela Jaqueira, Regina I, Regina II, retornando até uma ladeira imensa da Regina I e chegando até a principal de Jaraguá. Josefa me deixou quando chegou na porta de sua casa, mas ainda precisei andar um caminho imenso até chegar na quadra de futebol que Maria havia indicado como ponto de referência.

Apesar de cansativa, a caminhada me possibilitou conhecer a região, seus diversos problemas de infraestrutura e, de forma clara, todo o caminho que geralmente aquelas mulheres percorriam para chegar até o centro da cidade. Durante estes 40 minutos, muitas vezes pensei estar perdida. Maior parte do tempo o caminho era de areia e barro, com buracos e elevações que dificultavam o trajeto. Percorri diferentes paisagens que iam desde abandonadas até pequenas e grandes povoações. As casas encontradas eram de diferentes tipos, algumas bem pobres e outras bem cuidadas, mas tudo muito diferente do que era encontrado na Rio Tinto central e, até mesmo, na principal da Vila. Na medida em que caminhava e me distanciava da "pista", mais os pequenos sinais de "pobreza" iam surgindo, ou, em outra visão, mais a "cidade" ia ganhando novas formas.

Cheguei na rua de Dona Maria aproximadamente às 10h15m, cansada e queimada do sol. Rebeca foi a primeira a me ver, estava estendendo umas roupas em um varal localizado em um terreno próximo, ela logo gritou pela mãe, avisando que "a amiga" havia aparecido. A região em que moram parece mais um vilarejo do que realmente uma rua, a grande maioria das casas são afastadas uma das outras e cercadas por pequenas plantações. Ao redor do que forma o "todo" ainda há vários espaços de floresta nativa e mangue. No trajeto por aquele espaço, ao me aproximar do terreno onde Rebeca estava, avistei o que parecia ser a casa de Maria.

A casa de taipa era a única encontrada por lá e, apesar de saber todo o problema de infraestrutura que havia, não pude deixar de admirar algumas sutilezas. A pequena casinha era toda cercada por rosinhas pequenas e bem cuidadas, na frente ainda havia um pé de jaqueira imenso, cercado por bancos de madeira. Coqueiros cercavam a área, acompanhadas ainda de pés de caju, acerola e mamão, uma pequena horta, algumas ervas e temperos plantados em potinhos pequenos. Existia muito encanto naquele lugar, fiquei admirada com o cenário que mais parecia pintura. Mas o total que compõe a realidade estava cercado por outras questões que Dona Maria já havia me contado e que só precisava aprofundar.

Ao ouvir minha voz, Dona Maria apareceu na porta da casa e me chamou para entrar. A primeira imagem que se tem ao entrar na casa é a cozinha. Coloquei o bolo em cima da mesinha, ela me ofereceu café e continuou preparando o que serviria para o almoço. Tudo que havia me falado era verdade. A casa de taipa parecia que iria desabar a qualquer momento, ao lado de um fogãozinho velho havia uma lona servindo como parede. Não havia eletrodomésticos e nem nada do tipo, apenas um armário pequeno que sustentava as panelas, o fogão e a mesinha pequena com 4 cadeiras de plástico. Os alimentos distribuídos no PAA do dia anterior estavam dispostos no chão, Dona Maria pegava algumas batatas para cozinhar. Depois da cozinha pude observar um corredor com entrada para dois quartos e um cômodo livre com colchão no chão, o banheiro da família era externo, localizado em uma área próxima.

Ela parecia feliz com a minha presença. O marido e os filhos estavam no roçado e a nora ajudava Rebeca a assar milho em outra casa. Maria colocou um pouco de café em um copo de vidro e serviu para que eu tomasse junto ao bolo. Neste momento a visita parecia mais uma afirmação de amizade do que um encontro de pesquisa. Já havia explicado para ela o meu interesse em sua história de vida, mas Maria não parecia preocupada com isso, por isso não me senti confortável em ligar o gravador. Enquanto eu tomava o café – que tinha cor de chá – ela me perguntava sobre todo o caminho até lá e ria de minha cor – vermelha do sol - e cansaço. Maria temperava uma galinha que o marido havia pego antes de ir ao roçado, no fogão havia apenas duas panelas, a que cozinhava batatas e a que preparava a galinha. Comentei com ela sobre o encaminhamento da reforma, mas Maria, meio de ombros, falou que há muito tempo prometem reforma para aquela casa.

Com o passar do tempo e com o calor que começava a fazer dentro da casa, Maria me chamou para ficar embaixo da jaqueira, pegar um vento e descansar da longa caminhada. Acompanhei a mulher até um dos bancos e uma outra turma começou a se aproximar. Rebeca, sua irmã e as duas noras de Maria juntaram-se a nós naquele momento de descanso. Vez ou

outra também apareciam outros filhos, netos e netas. Aquela jaqueira era, na verdade, mais que um charme à casa, servia como um ponto de encontro, uma área comum a todos daquela família.

No meio de toda conversa, quando eu já havia guardado o gravador e já começava a pensar naquilo somente como uma visita - compartilhando do milho que foi recebido do PAA e bebendo da água de coco que haviam retirado, Maria me olhou e falou: "pobre se diverte, Luana", o que me despertou novamente o interesse de analisar a trajetória de vida daquela mulher e entender a sua visão sobre "ser pobre". Retirei o gravador da bolsa e pedi para que me contasse sua história, o que foi atendido, apesar do constrangimento provocado pela presença do equipamento. A história de Maria começa pela infância:

> Morava no sertão, a gente tudo pequeno. Lá a gente ia morrer de fome e sede, que não tinha água, nem tinha comida. Aí meu pai foi e pegou, trouxe a gente tudinho de pés para a Paraíba. Ai quando a gente cansava, tudo pequeno, de pés, o pé da gente inchou de andar de pés. Aí pai pegava e botava a gente pra dormir debaixo dos pés de pau. Ai quando os pés desinchavam um pouquinho, aí começava a andar de novo, de dia a noite, sem parar (Maria, 27/06/2017).

Maria não é natural de Rio Tinto, sua família imigrou do estado de Pernambuco até a Paraíba com o intuito de fugir das condições de miséria que existiam por lá. Todo este processo não significava apenas a busca por uma melhoria de vida, em termos de riqueza material, mas sim uma estratégia de sobrevivência. Maria me contava que durante a infância - aos 4 ou 5 anos de idade - ainda em Piraba de Mendonça/PE, muitas vezes precisavam comer "sal de pedra" para não morrer de fome. Os bicos que o pai fazia – quando fazia – eram trocados por algum alimento, geralmente "um punhado de farinha e um punhado de feijão", que eram servidos para todas as crianças: "na hora em que ele chegava à noite, minha mãe botava aquele feijão no fogo pra gente comer, acordava a gente, a gente já tava dormindo, tudo fraco de fome".

No entanto, também não havia neste processo um lugar certo para ficarem. A família passou por diferentes regiões do estado em busca daquela que permitisse ao menos a garantia de um mínimo necessário à manutenção do grupo, vivendo, durante um bom tempo, do nomadismo.

> E até chegar na baixa da Paraíba, aqui embaixo, seis dias de viagem. Uma parada da gente foi em Vargem Nova, ai meu pai arrumou um emprego na BR. Ai de Vargem Nova, nós fomos morar em Santa Rita, moramos em Santa Rita, meu pai trabalhava na BR também, ai quando ele adoeceu, nós saímos de Santa Rita e fomos morar na São João, da usina São João viemos para Pacaré. De Pacaré, a gente foi pra Capim Azul, lá onde tem o terreno da gente, foi dado pelo INCRA, crescemos lá, aí depois a gente veio pra aqui (Maria, 27/06/2017).

Sair do Pernambuco até a Paraíba foi a solução encontrada para vencer estas dificuldades. Maria não nega uma pequena melhoria nas condições, mas também indica o surgimento de outros problemas. Em Vargem Nova o pai conseguiu um trabalho como maquinista na construção de estradas, seguindo esta carreira também no município de Santa

Rita. Entretanto, os laços familiares começaram a se enfraquecer quando o pai "começou a arrumar mulher fora". Como colocado por Maria, o pai não "esqueceu" de todos, mas parou de prover o sustento da família, o que acarretou em estratégias para suprir as necessidades alimentares.

> Eu tinha uma irmã, uma morena que eu tenho e ela ia para a feira, juntar tripa de galinha pra gente comer e os outros mais pequenos ia para a rua, pedir... de porta em porta... era, minha filha, pedir esmolas pra comer. Ai quando ela chegava de meio dia com aquela lata de tripa de galinha, minha mãe sentava num canto e tirava aquelas bostas tudinho, aí escaldava e torrava pra gente comer com a farinha que a gente arrumava... o negócio que o povo dava, o povo dava farinha, feijão, bolacha, tudo o povo dava a gente. E assim a gente ia levando a vida (Maria, 27/06/2017).

As passagens da família de uma região à outra do estado correspondiam às oportunidades que surgiam, passando ainda por outros povoados, entre eles São João e Pacaré. Maria tinha 13 anos quando se mudou para a região, o que significa que passou aproximadamente 9 anos vivendo das constantes mudanças entre uma região e outra do estado. Devido às poucas condições que eram oferecidas para a educação, Maria, os irmãos e irmãs só tiveram oportunidade de estudar quando estiveram em Santa Rita, mesmo assim, apenas o suficiente para ler e escrever o próprio nome. Além disso, para suprir a doença do pai, enquanto o grupo residia em Pacaré, Maria e uma das irmãs passaram algum tempo em João Pessoa, trabalhando "nas cozinhas dos outros":

> Treze anos e já trabalhava nas cozinhas dos outros em João Pessoa, assim, de babá, né? Babá, jardineira... era. Minha irmã é que trabalhava de cozinha, eu não trabalhava, não. Só trabalhava de babá, jardineira... trabalhava em João Pessoa, senão a gente ia morrer de fome... a gente passava uma fome, Luana. Era também pra comprar uma roupa, um calçado, comprar comida. Mas era coisa pouca, era coisa pouca, negócio de sei lá quanto era, não sei se era conto de réis, se era cruzeiro (Maria, 27/06/2017).

A mudança para Capim Azul aconteceu após a doação de um lote pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em um assentamento rural localizado nesta região. Maria contou que apesar da felicidade em alcançar aquela propriedade, todo o terreno era de mineração, o que prejudicava o trabalho de produção agrícola. Contudo, este foi o lugar onde firmaram residência, local onde ela e os irmãos cresceram. Maria conheceu seu marido nesta localidade. Casou-se aos 17 anos de idade e engravidou de Rebeca neste meio tempo, iniciando uma nova trajetória familiar que não deixou de incluir as inúmeras mudanças de uma região para outra.

O marido de Dona Maria é produtor rural. Desta forma, também como meio de sobrevivência, fazia bicos de "cuidador" em diversas fazendas da região, levando consigo toda a família. Antes da mudança para Rio Tinto, a família ainda passou por Belém e Gupiuna, localidades em que precisaram sair devido a uma série de atentados - desde assédio sexual, até ameaças de morte e perseguição à toda família. Neste tempo Maria já era mãe de Rebeca, da

Cleide e do Gordo, precisando voltar à Capim Azul para fugir das perseguições e cuidar da família. Maria, o marido e os 3 filhos ficaram junto à família dela por um longo tempo, até conseguirem um terreno na aldeia Jaraguá, cedida pelo então cacique da região.

Após contar toda sua trajetória, da infância até hoje, Maria não deixa de pontuar algo sobre sua vida. Nas suas palavras, já esperando um ponto final naquele gravador que estava entre nós, ela colocou: "Aí pronto, Luana. A minha vida sempre foi assim, sempre passando necessidade, emprego a gente não arrumou mais... aí só passando necessidade". A pobreza, de acordo com o que pode ser analisado em seu relato, estaria vinculada à questão da "necessidade". A falta de um emprego formal - seja de cozinha ou de cuidadores de fazenda - e de um salário vinculado a este, seria a principal causa de não conseguirem atender certas faltas, que vão desde bens materiais associados à casa até os itens de subsistência, como a comida.

Nesta visão, Maria apresenta uma situação de pobreza absoluta. Entretanto, não deixa de apresentar de forma clara algumas questões atreladas à relatividade desta situação. Analisar a pobreza somente por esta perspectiva econômica reduz algumas questões analíticas fundamentais, entre elas o vínculo desta situação com a rede de significados de uma sociedade capitalista, as suas especificidades e "valores tradicionais" (SARTI, 1994).

Maria e o marido chegaram a Rio Tinto no ano de 2005. Junto a eles vieram os 6 filhos. A construção da casa foi realizada por todo o grupo, com material disponível na região. Para conseguir os troncos de madeira e o barro necessário para preencher toda a estrutura da casa de taipa, a família contou com a ajuda de moradores da região. Contudo, cobrir a casa foi, de acordo com Maria, a parte mais difícil. Durante um bom tempo viveram sob um teto de palha e lona, até o dia em que tudo incendiou e a única solução foi pedir ao prefeito uma ajuda para comprar as telhas:

> Andei tanto, minha filha. Dei mais de vinte viagens atrás dessas telhas. Já tava cansada de dar viagem de pés, ia e vinha pra Rio Tinto, dia sim, dia não. Aí eu disse: O senhor me dá essas telhas hoje ou eu vou denunciar na rádio. Aí ele foi e me deu as telhas, me deu as telhas, não, me deu o cheque pra comprar as telhas. Em casa não tinha nem sal, aí eu olhava pro cheque em vez de eu comprar as telhas, eu comprava comer, eu não sabia o que que fizesse. Sim mas tem que comprar as telhas, aí troquei o cheque e comprei as telhas. Aí pronto, cobri a casa. (Maria, 27/06/2017)

Do ano em que chegaram até o dia deste encontro a pequena casa de Maria já havia completado 12 anos de construída, sem nenhuma reforma. O descontentamento desta mulher em relação ao encaminhamento de pedido da reforma se dava justamente por isso, várias vezes já apareceram em sua casa prometendo reformas ou ajudas, mas nada havia sido feito. Encaminhamentos municipais, representantes do governo do estado e até mesmo documentos

enviados ao governo federal não tiveram nenhuma resposta. Ela, em tom de deboche, contou que as visitas eram tantas que "até em Brasília tem foto". Era difícil pra ela acreditar em promessas ou papéis de governo. Se ninguém resolvia, como o CRAS iria resolver?

Apesar de todos os problemas estruturais e financeiros, a família não demonstrava interesse em voltar a migrar. Além da idade avançada do marido e da impossibilidade de se "aventurar" em busca de melhores condições, Maria parecia contente com a vida que levava. Contando com toda sua trajetória, de Pacaré até Rio Tinto, Maria foi mãe de 11 filhos, restando vivos apenas 6. No que me conta, 4 morreram ainda na infância: "não tinha dinheiro pra comprar remédios, adoecia e morria", e uma delas, a que seria a caçula, nasceu com a "cabeça grande" – Hidrocefalia. Apesar de todo um tratamento que foi oferecido e da ajuda que recebeu de médicos e assistentes sociais, a menina não sobreviveu, faleceu aos 6 anos de idade.

Os outros 6 filhos também moram próximo à casa da mãe. Todos eles cresceram na região, alguns constituíram família e buscaram terreno em Jaraguá para construir a casa, dois ainda moram com Maria e outro conseguiu uma habitação "cedida" em uma rua próxima. Vizinho à casa de Maria moram Rebeca, o marido, a filha, o genro e os dois filhos. Um pouco mais adiante moram a outra filha de Maria – Cleide, o marido, a filha, o marido da filha e o seu neto. Carmem, irmã do meio, mora vizinho a casa de Cleide, junto ao marido e a filha. O Gordo mora em uma rua próxima, junto a mulher e ao filho. Diferente de Maria, todas as filhas e filhos moram em casas de alvenaria, mas que foram construídas também com o trabalho do grupo. Os materiais de construção foram alcançados por doações, por meio de políticas de habitação e através de "auxílios" de alguns políticos.

As condições econômicas de todos se assemelham. As mulheres da família – com exceção das noras – tem a sua renda atrelada ao benefício do Bolsa Família. Maria me contou que para conseguir o benefício - há 10 anos - foi necessária a ajuda de um agente de saúde que passou pela região. Pelo que me conta, este agente passava pelas casas "oferecendo" o Bolsa Família e fazendo o cadastro. Por mais que já houvesse o CRAS na região, poucas pessoas sabiam da possibilidade deste auxílio. A visita de um intermediador era necessária, tinha como função avaliar e cadastrar famílias na rede socioassistencial, através de um trabalho intersetorial entre as políticas de saúde e políticas sociais.

Na época apenas Rebeca e Cleide haviam saído da casa da mãe, o que possibilitou que seus cadastros fossem feitos de forma individual. Do montante em que Maria recebia, equivalente a 3 filhos, resta apenas o auxílio vinculado a um deles - o que ainda estuda, os demais já foram bloqueados. Ela não sabe, ao certo, até quando irá receber por este filho, tendo

em vista que o desligamento dos outros aconteceram quando ela não esperava. Algumas das condicionalidades do programa são desconhecidas por esta mulher, o que é compartilhado por todas as suas filhas e algumas pessoas da região.

> Minha filha, agora eu tô tirando agora 140. É pra quem tem sorte, tem gente que recebe até vinte anos e tem que... esse mesmo, o marido dessa menina (O gordo), quando ele completou quinze anos tiraram ele e o outro. Mas tem gente que recebe até grandão, mas diz que o projeto é até quinze anos mesmo aqui, ai já bota pra outro projeto que o "caba" quiser ir. (Maria, 27/06/2017)

Estes R$140 que recebe é a renda de toda a casa, é com este dinheiro que ela sustenta a principal necessidade do grupo: "Só para comida, que não dá pra passar o mês, que não tem outra coisa pra viver, não tem de que viver". Mesmo que o marido trabalhe no roçado, Maria coloca que a falta de saúde e a idade não permite que ele procure "trabalhar empregado". Portanto, seu trabalho é revertido principalmente para atender algumas necessidades da casa. Este trabalho "na roça" é compartilhado por filhos e genros. Entretanto, a renda que recebem diz respeito ao aluguel da força de trabalho, um acúmulo de diárias que chega a render, no máximo, R$ 300 por mês para cada um.

Soma-se a isso, ao menos na época deste encontro, a informação de que o Gordo apresentava alguns problemas de saúde e não conseguia trabalhar. Os desmaios aconteciam repetidas vezes e em momentos inesperados, assustavam toda a família e a causa ainda não havia sido diagnosticada. Alguns "remédios controlados" foram receitados pelo médico, mas a família ainda "corria atrás" de conseguir que a prefeitura arcasse com as despesas dos medicamentos. Enquanto isso, grande parte da renda dos homens da casa era revertida para a ajuda com o tratamento do Gordo e para as comidas necessárias à sobrevivência de seu grupo, em especial o leite e as "massas" do filho.

A cooperação familiar é algo nítido entre eles. Por mais que cada grupo tenha as suas responsabilidades e precisem lidar com as suas necessidades, a família só pode ser pensada em sua totalidade. Como propõe Sarti, ao analisar as situações que me foram apresentas e observar tudo o que compunha aquele cenários, só era possível pensar aquela família enquanto um componente estrutural das diversas relações sociais, um eixo de valores tradicionais que uniam o grupo em uma rede de obrigações e cooperações mútuas (SARTI, 1994). A conversa com Maria foi encerrada na hora do almoço, ela já estava incomodada com o gravador e começava a falar pouco ou repetir que estava cansada.

De toda forma, ao analisar a história que me contou, é impossível não pensar nas estratégias que são utilizadas para vencer às dificuldades. O PAA que me fez conhecer Maria estava presente em sua mesa de almoço, era compartilhado com todos que ali estavam e foi

oferecido para mim. Não como barganha, já que não ofereci nada e nem poderia lhe ajudar com grande coisa, mas como forma de amizade e gratidão pela visita.

O caso de Crystal: "uma criança cuidando de outra criança, nunca gostei disso."

Antes de iniciar uma descrição e analisar o caso de Crystal, devo confessar que o meu interesse inicial não estava atrelado ao caso dela em particular, mas há uma série de eventos que acompanhei no período em que estive presente no cotidiano dos expedientes do CRAS. A gravidez na adolescência já não é vista como algo incomum, ao contrário, a discussão tem ganhado destaque em produções acadêmicas e na mídia global. Entretanto, a periodicidade com que garotas entre 13 e 16 anos aparecem no Centro buscando algum auxílio para inscrição no Bolsa Família ou no PAA era algo espantoso – ao menos pra mim. Cheguei a comentar sobre isso com a equipe do CRAS e foi através desta observação que o caso de Crystal me apareceu.

A conheci durante uma entrega do PAA. Em um primeiro momento, antes mesmo de pensar que o seu caso fosse o caso, havia me surpreendido com a presença de uma adolescente sozinha na fila, mas imaginei que estivesse acompanhando alguém e deixei a primeira impressão de lado. Entretanto, durante o andamento da entrega dos alimentos, Gilda a apontou como um "caso interessante", despertando o meu interesse em conversar com a garota. Crystal já não estava sozinha, a mãe – que recebe pelo programa em outro grupo doméstico – ajudava a retirar os alimentos do salão e o filho observava tudo ao redor. Aparentemente a garota não teria mais do que 15 anos, magra, estatura baixa – comum à idade, cabelos longos e ondulados, vestia short curto, regata justa e batom nos lábios. O filho não era uma criança de colo, estava de pé e caminhava no salão, o que me fez supor que sua idade seria de aproximadamente 3 anos.

Resolvi me aproximar para conversar, mas com todo o tumulto não foi possível fazer nada além do que uma simples apresentação. A garota mostrou-se tímida, mas não demonstrou nenhum receio quando me aproximei para conversar. Com o passar dos encontros quinzenais na fila do CRAS a minha aproximação já não era uma surpresa, comentei sobre a pesquisa e ela se mostrou interessada em ajudar. Na perspectiva apresentada, a minha intenção não era investigar a respeito da maternidade na adolescência, queria apenas ouvir sua história e saber do seu cotidiano, nada mais. A mãe, que ouvia toda a nossa conversa, passou a referência de onde a encontraria, firmando o compromisso de que Crystal iria colaborar. Apesar de não falar nada, a garota sorria e não parecia discordar.

A casa não ficava distante do CRAS, apenas algumas ruas por trás. A localização era ótima, próxima a uma das principais praças da Vila, em uma rua que dava caminho direto para a saída da cidade. Assim como grande parte das casas desta rua, a construção seguia os padrões utilizados pelos chefes da antiga fábrica, portanto, apresentava uma boa estrutura se comparada à outras. Cheguei por volta das 10 horas, mas, antes de ir até lá, já havia encontrado a mãe de Crystal, foi ela quem abriu a porta e a chamou.

Ao entrar na casa percebo alguns brinquedos espalhados, a mãe me pediu para sentar e Crystal apareceu em seguida, segurando o filho no colo. A minha visita não era uma surpresa, acredito que a família já me esperava naquele dia. A mãe resolveu sair da casa e nos deixou sozinhas, Crystal sentou no outro sofá e se calou - acredito que aguardando um ponto de partida, deixando o pequeno Bruno brincando na sala. Tudo ocorria no modelo de uma entrevista, parecia que isso era o que ela esperava, mas falei que o meu interesse era ouvir sobre sua história de vida e que ainda não havia perguntas a fazer.

Crystal nasceu em Rio Tinto e desde muito pequena mora na Vila Regina. Na época deste encontro ela estava com 16 anos e era mãe de uma criança que iria completar 3. Toda a sua família mora na região, mais especificamente na mesma rua, tendo como maior destaque – na narração - as figuras da avó e da mãe. Na história que me contou foi dada maior atenção a questão da maternidade. Não sei se por escolha dela, se por achar que era do meu interesse ou, até mesmo, se Gilda havia comentado algo, mas resolvi não interromper. A preocupação em não deixar nenhum ponto em evidência era garantir a fluidez do diálogo, permitindo que esta mulher decidisse sobre o que e como iria falar. Por mais que a minha vontade fosse a de conhecer a sua trajetória e pensar o seu cotidiano, o recorte que foi escolhido por ela não deixaria de ser um ponto importante.

Crystal tornou-se mãe ainda aos 14 anos, fruto de um relacionamento que começou aos 13. A maternidade não era esperada por ela. Algumas vezes me falou que o interesse não era esse, mas que aconteceu. O fato de ter engravidado de algo que julgava como “sério”, tirava todo o peso da gravidez na juventude. No que me falou, uma das primeiras atitudes do casal foi a de que ela se mudasse para a casa da família dele. Esta decisão formalizaria o compromisso, “casar” afastaria a preocupação da solidão e do abandono. Entretanto, o percurso deste relacionamento não deixou de apresentar dificuldades e frustrações. Por isso, antes de apresentar a Crystal que conheci, cabe descrever alguns detalhes de toda a trajetória que envolve a sua maternidade.

Crystal estava feliz com o casamento, ao menos foi isso o que falou. Apesar de todo susto, a família esperava pelo nascimento da criança e a ajudava com o que era necessário. O casal jovem – ela com 13 e ele 17 – não tinha condições de bancar todas as despesas, ainda estudavam e a renda do emprego dele não era o suficiente. A solução que encontraram foi buscar abrigo na casa dos familiares. Ela me contou que a primeira casa que moraram foi a da mãe dele, parecia mais confortável para o marido ficar deste lado e evitar possíveis desentendimentos com a família dela. Além disso, Crystal estava com poucos meses de gravidez, podia ajudar a sogra com o que era necessário, ficando responsável por alguns dos afazeres domésticos.

Esta posição parecia a mais acertada para ambos. De um lado evitava o constrangimento do marido em ter que depender de uma família que não era a sua, do outro ela estava feliz com a aproximação, de ainda conseguir ajudar a sogra e de não parecer sozinha durante a gestação. Crystal demonstrou dar muita importância a isso, principalmente em relação aos comentários na rua que colocavam em dúvida a presença paterna e uma ideia de honra. Uma adolescente grávida costumava despertar a atenção das pessoas e isso a constrangia. Ela me falou que muitas vezes sentiu o preconceito:

> Por que as pessoas me olhavam assim, com um olhar de... eu não sei nem te dizer, é falar, por que quando eu saía e já tava com a barriga grande e dava pra ver, eu ficava com vergonha das pessoas que ficavam me olhando, eu ficava com vontade de me esconder atrás da minha mãe, só que eu não podia, que eu tava maior que ela. Eu fazia pré-natal lá embaixo, em João Pessoa e as vezes fazia ultrassom lá em Rio Tinto, aí quando eu passava na praça tava aqueles estudantes, aí ficava tudo olhando pra mim e eu ficava com vergonha, aí quando eu chagava em casa, começava a chorar. Eu queria ter logo minha barriga voltar ao normal, por que as pessoas ficavam olhando pra mim com aquele olhar, que parece de pena, não sei, comentando. Eu acho que eles pensavam que eu tinha engravidado só porque eu não tava mais com o pai no menino, as pessoas pensam isso, né? A menina novinha, só com a mãe do lado... o marido fez e deixou, o namorado, quer dizer, aí eu não gostava muito, não. Por mim eu ficava em casa, só que eu tinha que sair pra fazer o pré-natal e fazer o pré-natal em João Pessoa, aí é que eu tinha vergonha, muita gente olhando. Sempre tem aqueles comentários: uma criança cuidando de outra criança, nunca gostei disso (Crystal, 23/06/2017).

Este período em que moraram com a família do marido perdurou pelos 6 últimos meses da gravidez. Neste meio tempo, Crystal abandonou a escola para se dedicar inteiramente à criação do filho e à família. Voltar para a casa da mãe foi outra decisão que tomou após o nascimento de Bruno. Estando “em casa” não teria a preocupação de ajudar, podendo apenas cuidar da criança. O marido a acompanhou e lá ficaram por aproximadamente 7 meses, até a atual casa desocupar e poderem realizar o sonho de criar o filho em uma residência só deles.

O papel da família de Crystal foi decisivo para isso, a casa foi cedida por um tio que ali morava, permitindo que a jovem estivesse próxima à mãe e avó. Tudo já estava pronto, desde mobília até as promessas dos familiares - de ambos - em ajudar com as despesas de alimentação

e criação do filho. Ainda assim, o casamento nesta nova casa não chegou a durar um ano. O rompimento se deu principalmente pela descoberta de um relacionamento extraconjugal do seu marido:

> ai a gente veio morar aqui, acho que a gente não passou nem um ano juntos, direito, nessa casa, aí ele arrumou outra e eu fiquei sozinha nessa casa. Ele arrumou uma mais nova que eu. Eu já sou nova e ele arrumou uma mais nova que eu, ela tem 12 anos... eu acho que já tem uns 13 (Crystal, 23/06/2017).

No período deste encontro com Crystal o relacionamento havia acabado há menos de um ano, mesmo após o fim ela continuava a morar na casa junto ao seu filho. As despesas da casa foram divididas entre a mãe, a avó e as ajudas que recebe da família do ex-marido. Entretanto, ela não deixa de frisar em seu relato uma noção de "cuidado" que passou a ter com o filho, onde a criação estaria exclusivamente vinculada à ideia da aproximação e do contato.

> Eu cuido de Bruno sozinha... assim, ele dá as coisa pro menino e tal, as coisas. Só quem cria mesmo é eu, a minha mãe também me ajuda em algumas coisas, mas quem cria mesmo sou eu. É difícil, por que uma pessoa sozinha pra cuidar de uma criança é muito pesado. (tua mãe ajuda?) Ela ajuda assim... ela fica com ele pra mim poder sair quando eu tenho algum a fazer. As coisas quem dá dele é meu ex-marido. Assim, ela também compra algumas coisas quando ela pode, né? Mas quem cuida mesmo sou eu (Crystal, 23/06/2017).

Não sei se devido à necessidade de se afirmar enquanto uma "mãe responsável", mas neste primeiro momento o discurso de Crystal estava voltado a uma criação solitária, onde a ajuda/participação de outras pessoas seria apenas secundária e circunstancial. Entretanto, na medida em que continuava o seu relato e após a mãe ter voltado, o discurso mostrava outras posições. Por mais que more sozinha, as refeições são feitas na casa da mãe, maior parte do tempo Crystal e Bruno ficam na casa dela, como assume depois de um tempo: "eu moro aqui sozinha, só pra dormir mesmo". Além disso, desde que voltou a estudar, a guarda passou a ser compartilhada entre Crystal e seu ex-marido.

> Ele fica dois dias e eu dois dias, fica revezando. Por que ele também estuda, aí quem fica é a mãe dele. A mãe dele vem buscar ele... ou então as tias, as irmãs dele, aí leva ele pra lá (Crystal, 23/06/2017).

Esta circulação de crianças não é uma novidade entre classes populares. Por mais que inicialmente Crystal não indicasse qualquer participação da família na criação de Bruno, isso já era algo esperado por mim. Há uma literatura considerável que trata deste assunto, entre estas, o entendimento de Claudia Fonseca considera "a prática da circulação de crianças como uma estrutura básica da organização de parentesco em grupos brasileiros de baixa renda" (1995, p. 15). Na mesma direção, considerando também a instabilidade familiar. A instabilidade econômica e a ausência de instituições públicas substitutivas das funções familiares, configura essa circulação.

Cynthia Sarti coloca como uma “prática popular” que “se inscreve dentro da lógica de obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco entre os pobres” (1996, p. 55). Esta circulação não indicaria uma falta de capacidade e de responsabilidade de Crystal na criação do seu filho, longe disso. Retomando uma análise de Sarti, a circulação de crianças seria um “padrão legítimo de relação com os filhos”, que ainda “permite uma solução conciliatória entre o valor da maternidade e as dificuldades concretas de criar os filhos” (1996, p. 57).

Crystal não deixa de apontar as dificuldades que enfrenta, a questão econômica surge de forma bem evidente. As ajudas da mãe e da avó são fundamentais para a manutenção da casa em que mora com o filho. Além das refeições, a energia utilizada vem de uma extensão da casa de sua avó – vizinha. Não há renda para comprar qualquer coisa pessoal, o que implica na necessidade de estar sempre pedindo. A participação da família do pai neste quesito também é colocada: “A família dele mesmo me dá as coisas, pra comprar pro menino e pra mim também.”

Desde que o filho nasceu Crystal já vinha procurando auxílio do CRAS na inscrição do Bolsa Família. Entretanto, a faixa etária necessária para a inscrição como representante do grupo doméstico não correspondia com a idade de 14 anos que ela apresentava na época. Crystal passou alguns anos recebendo apenas uma parcela correspondente ao seu nome na casa da mãe - um valor aproximado de 50 reais. Mas, no ano deste encontro, já havia providenciado toda a documentação para ter o cartão em seu nome.

> Disseram pra mim que só podia fazer aos 18 exatos. Ai eu fui no CRAS e disseram que eu podia fazer com 16, tendo família, ai eu fui lá e a mulher disse que eu não podia fazer, só com 17, ai eu disse: eu acabei de vim do CRAS e a assistente social disse que eu podia fazer, ai ela fez, ai eu tô só aguardando. Eu tava no cadastro da minha mãe, aí quando recebia ela me dava um pedaço, ai antes de ontem ela recebeu ai tava baixo, baixou. Aí ela pensava que o meu tava vindo, só que eu liguei e não tinha nenhuma renda no número do meu NIS, aí eu tô esperando, tô aguardando (Crystal, 23/06/2017).

Por mais que apenas recentemente tenha sido inscrita no CadÚnico, Crytal não é uma figura desconhecida na rede de assistência do CRAS. Na época em que estava grávida já havia conseguido com a equipe uma inscrição no curso de gestantes, tendo recebido na época “uma banheira cheia de coisas de bebê”. Seu nome no PAA também é um dos poucos que não está vinculado ao cartão do Bolsa Família, Crystal já recebia as pequenas doações que eram dadas das sobras da entrega, mas, devido à incerteza nisto, conseguiu com a coordenadora que seu nome fosse cadastrado na casa.

As dificuldades também surgem em outros aspectos da vida, impondo certas estratégias para o enfrentamento. Após dois anos, Crystal voltou a estudar. Mesmo contando com a participação da ex-sogra nos cuidados de Bruno, ela escolheu o turno noturno do EJA para

terminar o ensino médio e se dedicar a algum vestibular. A mãe é a primeira a incentivar este caminho: “por que ela é sozinha, ela tem que pensar nisso aí. Pensar no futuro, por que a pessoa assim, sozinha e com filho, tem que pensar.”, mas Crystal ainda não tem certeza do que quer fazer.

Por mais que diga não se arrepender de ter tido o filho, Crystal não deixa de colocar que deixou de fazer muitas coisas e que a maternidade não era uma maravilha. A juventude, como colocou, foi trocada por ficar “cuidando de casa, cuidando de filho”, que deixou de sair para ficar “infurnada dentro de casa”. Além disso, sua relação com as pessoas ainda é um pouco reservada. Ela assume sentir certo preconceito em relação à maternidade e ao fato de ser separada, principalmente em relação a possíveis relacionamentos. Ela coloca: “É difícil encontrar alguém que queira uma coisa séria com a pessoa, ainda mais quando a pessoa tem filho já”.

Este encontro com Crystal não demorou muito, apesar da presença da mãe, a menina parecia preocupada com os cuidados de Bruno. Algumas vezes a encontrei novamente, principalmente na fila do PAA. Nestas últimas vezes ela me falou que o seu auxílio havia saído e me pedia dicas a respeito dos cursos oferecidos na UFPB de Rio Tinto. Crystal ainda não se sentia à vontade para pensar em relacionamento e vez ou outra falava sobre situações de “fofoca” sobre sua vida. Mas me dizia estar feliz, e isso era o que importava!

(POSSÍVEIS) DISCUSSÕES FINAIS:

O enunciado presente nas cartilhas do PAA demarca os seus principais objetivos, pois, ao pontuar: “Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!” o projeto evidencia os esforços do governo na implantação de uma política nacional de incentivo à agricultura familiar, combinados a questões estratégicas de combate à fome e à desnutrição. Esta articulação não deixa de significar uma inovação no campo das políticas públicas. No entanto as questões que procurei levantar não dizem respeito à sua relevância governamental e nem às contribuições a ela associadas.

As pesquisas que investigam os atributos e as limitações do Programa de Aquisição de Alimentos já não são uma novidade, principalmente no que diz respeito às políticas agrárias. Entretanto, ao adotar a “compra com doação simultânea – PAA” como campo empírico, minha atenção esteve voltada à análise de sua ação governamental e de que maneira sua atuação estaria associada à vida comum das beneficiárias consumidoras. O recorte que foi dado procurou analisar questões referentes à política social, principalmente em sua articulação com os serviços ofertados pelo CRAS/Rio Tinto -PB e sua relação com a população por ele referenciada.

Tendo em vista que o PAA parte de uma política mais ampla e que as normativas que o regulam são comuns à toda rede de proteção social, ao me aproximar de tais questões foi possível compreender seu contexto e os diversos liames que lhe dão suporte. O programa ganhou destaque no andamento desta pesquisa, tanto pelo seu viés institucional quanto pela grande demanda de cadastros e recadastro da população que promoveu. Cabe agora retomar alguns resultados, aprofundando as questões trazidas neste trabalho.

Notoriamente – como já foi posto - o programa é formado por mulheres. Esta característica está presente no grupo de beneficiárias e na equipe que trabalha na promoção da ação – contando também com a rede de apoio. No início deste trabalho pontuei a matricialidade sociofamiliar e a participação/incentivo do público feminino em projetos sociais como um dos meus primeiros questionamentos. Portanto, iniciarei as conclusões por estas configurações.

A PNAS apresenta a participação feminina em programas sociais como um avanço. Este aspecto leva em consideração a crescente atuação destas mulheres como “pessoa de referência” da família (BRASIL, 2014). Entre as várias manchetes divulgadas pelo site do governo federal,

uma delas estampa[58] o papel revolucionário que os programas sociais trariam à vida das mulheres das classes populares. Entretanto, não desmerecendo o caráter de promoção e garantia aos direitos fundamentais, a grande participação feminina entre o grupo de beneficiárias surgiu neste trabalho cercado por características que vão de encontro com esta perspectiva de "protagonismo". As mulheres que foram apresentadas formam parte dos perfis encontrados no PAA, apesar das diferenças que já foram colocadas, todas elas possuem uma característica em comum: todas são mães.

A contrariedade se apresenta a partir deste fato. Independente do fato de que os benefícios estejam vinculados ao seu nome, estas mulheres não se apresentam enquanto sujeitos individuais, todas cumprem com o papel de "representante" do grupo doméstico. Portanto, a "família" toma o centro deste discurso, tornando-se a verdadeira protagonista das ações da Política Social.

Para elucidar esta relação podemos tomar como exemplos a preocupação das beneficiárias com a imagem que poderiam passar e, igualmente, a forma como Fabiana explica que, depois de tornar-se mãe, as servidoras do CRAS começaram a enviar "recados". Tais amostras evidenciam a relação entre as mulheres e as políticas sociais. Essa questão já foi abordada por Donzelot (2001) ao apontar a forma como as mulheres são recrutadas pelo Estado para fazer valer suas ações. Assim como autoras feministas têm entendido essa vinculação das mulheres como uma forma de instrumentalização para realização de tarefas que seriam responsabilidade do estado (ÁVILA, FERREIRA, VIEIRA, 2014).

Claro que não há como negar o fato de que alguns benefícios – em especial o Bolsa Família – trazem à mulher algum sentido de "independência" ou, como colocado por Walquíria Leão e Pinzani (2013) uma autonomia relativa. Dentre as reclamações que ouvi no Centro, grande parte dizia respeito a cortes ou suspensões de benefícios, sempre acompanhadas da afirmação de que aquela renda traria a afirmação pessoal frente ao grupo. A procura por estes benefícios – seja PAA ou Bolsa Família – surge como forma de garantir certa "autonomia" à mulher. Por este motivo, apesar do cadastro ter sido realizado recentemente, Crystal aguardava ansiosa por sua parcela. Sair do cadastro da mãe e realizar o próprio cadastro soava como uma afirmação de autoridade, quiçá de autossuficiência na criação do seu filho.

[58] http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/politicas-sociais-revolucionam-a-vida-das-mulheres-brasileiras

O que também vale pontuar é que ao pensar a matricialidade sociofamiliar nas políticas sociais, estamos tratando diretamente com a situação de vulnerabilidade social. Ou seja, dentre as diversas configurações do conceito de "vulnerabilidade", neste caso estamos lidando diretamente com a "família pobre". Ao trazer esta conformação devemos levar em conta os diferentes modelos de constituição, organização e relações, independentemente do número de membros de uma unidade doméstica, ou se a relação é bi ou monoparental. O que pude constatar em minhas primeiras observações no CRAS é o quanto a imagem da "mãe" de família está fundada na ideia de dona-de-casa, orientada à função de mantenedora da unidade de seu grupo doméstico (SARTI, 1996).

Ao assegurar que as ações de Políticas de Assistência Social tenham centralidade na família, há uma subestimação da responsabilidade desta na manutenção do bem-estar social de seus membros. O Estado transfere para o grupo o papel de proteção ao indivíduo, onde, ao acentuar o papel social atribuído ao gênero é construído um papel feminino: o ser mãe. As ações do Centro parecem reproduzir uma noção de mulher-mãe-cuidadora, o que reforça uma análise do papel da mulher nas famílias de classes populares (DAL'IGNA, KLEIN, BORGES, 2014; FONSECA, 2012; SARTI, 2010; SCOTT, 2011)

É justamente sobre este papel que poderemos pensar a relação entre as políticas públicas, as condicionalidades que surgem - enquanto normativas - e a representatividade das mulheres. De forma a deixar claro algumas ligações, a grande maioria dos cadastros no PAA estão associados ao Bolsa Família, devido a isso, toda e qualquer irregularidade presente no registro da beneficiária será marcado como pendência e poderá ameaçar a sua participação. Como colocado por Pedro Nascimento, no estabelecimento destas políticas alguns elementos surgem como controle sobre aspectos da vida das mulheres, estabelecendo elementos de um sistema mais amplo de consolidação de uma tecnologia política. "Das mulheres se espera que façam tudo que está sob sua responsabilidade para o bem-estar de sua família maximizando os resultados que se espera o Bolsa Família possa produzir" (NASCIMENTO; LIMA, 2018, p. 145).

Por mais que o benefício do PAA não seja monetário, ele também é atrativo. Isso se prova pelo grande número de inscrições que foram feitas a partir da possibilidade de participação. Por mais que a vulnerabilidade social não seja o único marcador para sua cota - tendo em vista que a insegurança alimentar é o principal mote para a participação - o Programa de Aquisição de Alimentos movimentou consideravelmente o movimento do CRAS, acarretando também no trabalho da Equipe de Referência na análise e diagnóstico das situações

apresentadas. No caso de Maria, por exemplo, por mais que tenha procurado o CRAS apenas para a inscrição no programa, seu caso foi avaliado e enviado para execução em outros setores da rede socioassistencial.

Uma discussão que merece destaque é o suporte ao desenvolvimento das funções de proteção e sociabilização dos membros de uma família. Há uma contradição presente na relação entre os profissionais – neste caso a equipe de referência - e os usuários. De uma parte percebemos a visão atribuída pelos profissionais à família, que por vezes contrasta com a visão da beneficiária sobre sua função familiar. Essa contradição pode ser apontada como um dos grandes desafios. A partir do momento em que há uma idealização da família pelos profissionais - dentro de uma projeção de um dever ser, o sentido que a própria família atribui a si mesma acaba sendo desconsiderada (SARTI, 2010).

Toda a equipe de referência do CRAS é constituída por mulheres, o que pode ser pensada como uma facilitação na relação entre servidoras e beneficiárias. Entretanto, muitas vezes esta associação não pode ser vista como harmônica. Há, por parte da equipe, uma idealização de modelo familiar que não leva em conta certos arranjos próprios a cada grupo. Além disso, a concepção de pobreza passa a ser avaliada sem levar em conta a relatividade desta condição, gerando uma série de discursos voltados a "quem merece" e "quem não merece". Por parte das beneficiárias, há uma preocupação em corresponder às expectativas que são colocadas pela equipe de referência, entre estas percebemos o "parecer pobre" e ser uma "boa mãe" como destaque (MARINS, 2014; NASCIMENTO, 2015; XAXA, 2017).

Muitas vezes ouvi das beneficiárias que os serviços do CRAS eram oferecidos "por cara", o que exprime esta relação de conflito entre o "ser" das beneficiárias e o "dever ser" da equipe de referência – que corresponde a um ideário estabelecido pelo Estado. Há um jogo de hierarquias presente nas relações entre beneficiárias e servidoras do CRAS, muito disto vinculado a uma ideia de "poder". Baseando esta análise em uma reflexão foucaultiana, o poder estaria relacionado a determinada forma de "saber", a possibilidade de o exercer se dá mediante conhecimentos que lhe servem de instrumento e justificação (Foucault, 1999).

A partir desta perspectiva podemos pensar a Assistência Social atrelada a uma concepção de biopoder, esta forma de poder que gerencia a vida. A assistência social faz parte de um grupo de "mecanismos" que objetivam o gerenciamento da vida a partir dos ideais de segurança e proteção social. Foucault coloca que é através da norma que se consegue afirmar o controle entre o elemento disciplinar do corpo individual e o elemento regulamentador da população (1999).

A vulnerabilidade social diz respeito a um aspecto de pobreza que é variável, determinada por diferentes condições. Contudo, é sobre ela que as políticas sociais dedicam a sua atenção, levando enquanto diretrizes as noções de territorialidade e matricialidade. Ao me aproximar das famílias da Vila Regina pude perceber o quanto as suas vidas estão amarradas às ações de governo, mesmo que muitas vezes nem fosse percebido por elas. A prestação de políticas sociais a estes grupos estaria diretamente relacionada a um gerenciamento da vida desta população, uma espécie de "controle". Ao pensarmos esta rede de proteção, controle e colaboração que é exercida através das ações sociais vinculadas ao CRAS, enxergamos o biopoder e sua aplicação: tanto a um corpo que se deseja disciplinar quanto a uma população que se deseja regulamentar.

Essa "proteção", por parte do Estado, é dirigida aos grupos muitas vezes sem que manifestem interesse ou percebam a necessidade. Por meio dos serviços da assistência social, as famílias vão sendo encaixadas em categorias sociais e direcionadas a participar de programas assistenciais. Esta condição coloca em análise a "gestão da vida". Viver em uma comunidade assistida por uma proteção social, que referencia todos os indivíduos a partir da figura da família, já coloca em questionamento um possível controle sobre a vida. A impressão que tive ao sair do CRAS e visitar a casa de algumas beneficiárias era a de que sempre estaria girando em torno destas questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. “O que é um dispositivo?”. In: _____. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó-SC: Argos, 2009.

AHLERT, Martina. Notas etnográficas sobre mulheres, política e repasses de alimentos na gestão de um núcleo do Fome Zero em Porto Alegre. In____ BRITES, Jurema; MOTTA, Flávia de Mattos (Org.). Etnografia, o espírito da antropologia: tecendo linhagens homenagem a Cláudia Fonseca. 1.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2017.

ÁVILA, B; FERREIRA, V; VIEIRA, C. “As Políticas de enfrentamento à pobreza no Brasil: Uma análise feminista”. In: Uma Análise feminista sobre políticas de combate à pobreza no Brasil, Paraguai e Uruguai. CFEMEA, Brasília, 2014. P. 17-67.

BRASIL. Cartilha da Mobilização Social do Fome Zero, Brasília: 2004a.

_____. Constituição Federal de 1988 – Seguridade Social – Art. 194, alterado pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/legislacao_constituicao_federal.pdf . Acesso em: 02/04/2018

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Caderno de orientações – PAIF e SCFV, Brasília – DF, 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Brasília –DF, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica – Sistema Único de Assistência Social – Nob/SUAS, Brasília -DF, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. – 1. ed. – Brasília: 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA, Brasília – DF, 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - Manual Operativo, Brasília – DF, 2014.

_____. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social. Brasília: 2013.

_____. Política Nacional de Assistência Social, Brasília: 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 12/09/2017

BORGES, Antonádia. Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (coord.) A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. In: Estudos Avançados, São Paulo: IEA/USP, vol. 27, n. 79, 2013. p. 133-144.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional; Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Revisado. Brasília, DF, 2014.

CASTRO, João Paulo Macedo; LIMA, Antônio Carlos de Souza. Política(s) Pública(s). In: Raça: Novas perspectivas antropológicas. -2 ed. Ver. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. São Paulo: Brasiliense, 1953.

CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip. O mundo urbano das casas pernambucanas: as cidades empresariais de Paulista e Rio Tinto. In: Seminário de história da cidade e do Urbanismo, 4., 1996, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. P. 390-403.

COLIN, Denise. Apresentação. In: Coletânea de Artigos Comemorativos dos 20 Anos da Lei Orgânica de Assistência Social/ Organizadores: José Ferreira da Crus... [et al]. -. Brasília: MDS, 2013

DAL'IGNA, Maria Cláudia, KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar Estermann. Mulher-mãe responsável: Competências para educar filhos(as) saudáveis. In BRITES, Jurema Gorski; SCHABBACH, Leticia (Org.) Políticas para família, gênero e geração. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014, p. 162 p. 56-76.

DAMATTA, Roberto. O Ofício de Etnólogo, ou como ter "Anthropological Blues". In__NUNES, Edson de Oliveira (org.). A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. pp. 23-35.

DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias.3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DOUGLAS, M. & WILDAVSKY, A. Risco e cultura: Um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. "Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes." In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n.51, 21-29. (2003)

FERNANDES, João Batista. O Extinto Rio Tinto. Recife: Imprensa Universitária, 1971.

FONSECA, Claudia. Caminhos da adoção, São Paulo, Cortez. 1995

_____. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. Saúde soc. [online]. 2005, vol.14, n.2, pp.50-59.

_____. (Org.). Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2000. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1058034/mod_folder/content/0/FONSECA%2C%20Claudia.%20Familia%2C%20Fofoca%20e%20Honra%20%5Blivro%20completo%5D.pdf?forcedownload=1 Acesso em: 10/09/2017

_____. Mãe é uma só? Reflexões em torno de alguns casos brasileiros. Psicologia USP, Vol. 13 n.2, 2002, 49-68.

_____. "Quando cada caso não é um caso". Revista Brasileira de Educação, nº. 10, jan./fev./mar./abr./1999.

_____. Tecnologias globais de moralidade materna: as interseções entre ciência e política em programas "alternativos" de educação para a primeira infância. In: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula (org.). **Ciências na Vida**: Antropologia da ciência em perspectiva. São Paulo, Terceiro Nome, 2012, p. 253-275.

FOOTE-WHYTE, William. "Treinando a Observação Participante". In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org.), Desvendando Máscaras Sociais, 3 ed., Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1990, p.77-86.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In: _____. Microfísica do poder. 18ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p. 277-293.

_____. Em defesa da sociedade. Editora Martins Fontes, 2010.

_____. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Microfísica do poder. 18. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1995, 296p.

_____. O nascimento da biopolítica. Curso no Collège de France (1978 – 1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueria e. "Proálcool"; Brasil Escola. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/brasil/proalcool.htm>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

GÓES, Raul de. Um sueco emigra para o Nordeste. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

GUTIERRES, Kellen Alves. Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado. Campinas, SP, 2015.

I CONFERÊNCIA, Nacional de Segurança Alimentar. Brasília: Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida /CONSEA, 1994

LAVINAS, Lena. A Melhor Linha de Pobreza para o Brasil. Rio de Janeiro: IE/UFRJ. 2005.

_____. Pobreza e exclusão: Traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica, v.4, n.1, p. 25 – 59, junho de 2002 – impressa em outubro de 2003.

KLEIN, Carin; DAL'IGNA, Maria Cláudia. Mulher-mãe responsável: competências necessárias para educar filhos(as) saudáveis. Labrys, estudos feministas, jul./dez. 2012.

KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar Estermann; BORGES, Zulmira. Políticas de inclusão social no Brasil contemporâneo e educação da maternidade. Cadernos de Pesquisa v.43 n.150 p.906-923 set./dez. 2013.

KOGA, D. O território e suas múltiplas dimensões na política de assistência social. Cadernos de estudos: Desenvolvimento Social em Debate, Brasília, n. 2, p. 17-33, dez. 2005.

MACHADO, Lia Zanotta. Famílias e Individualismo: Tendências Contemporâneas no Brasil. Revista Interface. Comunicação, Saúde, Educação. Fundação UNI Botucatu/UNESP, vol. 5, nº. 8. Botucatu, SP: Fundação UNI, 2001.

MARINS, M. T. "Repertórios morais e estratégias individuais de beneficiários e cadastradores do bolsa família". Sociologia & Antropologia. Rio de Janeiro, pp. 543– 562, outubro, 2014.

MENEZES, Marilda Aparecida de. História oral: Uma metodologia para o estudo da memória. Vivencia. Natal. N°.28, 2005.

MEYER, Dagmar; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia Prezzi. Noções de família em políticas de "inclusão social" no Brasil contemporâneo. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 433-449, 2012.

MOLYNEUX, Maxine; THOMSON, Marilyn. Cash transfers, gender equity and women's empowerment in Peru, Ecuador and Bolivia, Gender & Development, 19:2, 195-212, 2011.

NASCIMENTO, Pedro; LIMA, Márcia. "O bolsa família tem ajudado muito a gente": uso das condicionalidades da saúde no programa Bolsa Família. In____ NEVES, Ednalva; LONGHI, Marcia; FRANCH, Mônica (Orgs) Antropologia da Saúde: Ensaios em Políticas da Vida e Cidadania. 1 ed – Brasília: ABA publicações; João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018.

NASCIMENTO, Pedro. Quem precisa do Bolsa Família? "Necessidade", "merecimento" e "direito" no cotidiano da implementação do Programa Bolsa Família. 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais. 2015.

OLIVEIRA, F. A questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos. In: Subsídios à Conferência Nacional de Assistência Social, 1. Brasília: CNAS, out. 1995.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In Velho, Octávio Guilherme (org.). O fenômeno urbano. Guanabara: Rio de Janeiro, 4ª ed., p. 26 a 67, 1987.

PBVALE. Programa de Aquisição de Alimentos vai beneficiar 450 famílias de baixa renda em Rio Tinto. Publicada em 12/04/2017. Disponível em: https://pbvale.com.br/noticias/alimentos-do-paa-vai-beneficiar-450-familias-de-baixa-renda-em-rio-tinto/ Acesso em: 05/07/2018

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Porto Alegre, ano 20, n.42, p. 377-391, jul/dez. 2014.

PELIANO, Anna M. T. M. (org.) O Mapa da Fome: subsídios à formulação de uma Política de Segurança Alimentar. Rio de Janeiro: IPEA, mar. 1993.

PESSANHA, Lavínia Davis Rangel. A Experiência brasileira em políticas públicas para a garantia do direito ao alimento. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Departamento de Ensino e Pesquisa, 2002.

PINTO, Luana Maia. As "Donas" da história: Memórias e imagens de antigas operárias da Cia de tecidos em Rio Tinto – PB. Trabalho de conclusão de curso, UFPB, 2015.

PIRES, Flávia Ferreira. Comida de criança e o programa bolsa família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido. POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, n. 38, abril de 2013, pp. 123-135

PIRES, Tereza Caldeira. "A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia" Novos Estudos, n.21, 1988.

PISCITELLI, Adriana. "Gênero: a história de um conceito". In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (org.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. pp. 116-148.

REGO, W. L.; PINZANI, A. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. Unesp, São Paulo, 2013.

REIS, Elisa. "Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas". In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol. 18, n. 51, 11-14. 2003

RIOTINTO. Rio Tinto bate record na aquisição de alimentos do PAA, chegando a 170 toneladas. Publicada em: 15/05/2018. Disponível em: http://www.riotinto.pb.gov.br/rio-tinto-bate-record-na-aquisicao-de-alimentos-do-paa-chegando-a-170-toneladas/ Acesso em: 05/07/2018

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: Afinal, do que se trata? – 3. Ed -, Rio De Janeiro: Editora FGV, 2006.

SALEM, T. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, E. O. A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 47-64.

SARTI, Cyntia Andersen. A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Editora Atores Associados, 1996.

_____. Famílias Enredadas. In: ACOSTA, Ana Rojas (Org.); VITALE, Maria Amalia F. (Org.). Famílias: redes, laços e políticas públicas. PUC/SP: Cortez, 2010.

_____. O lugar da família no Programa Saúde Família. In: TRAD, Leny A. Bomfim (Org.). Família contemporânea e saúde. Significados, práticas e políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010, p. 91-103.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero Interface - Comunicação, Saúde, Educação, vol. 5, núm. 8, fevereiro, 2001, pp. 47-59. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf acesso em: 16/07/2018

SCHUCH, Patrice. Como a família funciona em políticas de intervenção social? Civitas, Porto Alegre. V.13. n. 2. maio-ago. 2013, p. 309-325.

SCOTT, Russel Parry. As famílias que os programas de saúde constroem no Brasil. In: NASCIMENTO, Pedro; RIOS, Luís Felipe (org.) Gênero, Saúde e Práticas profissionais. Recife, Editora da UFPE. 2011, p. 13-50.

STACCIARINI, José Henrique Rodrigues. Pluralidade, Publicização e multiplicação do fazer político: A ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida no território brasileiro (1992/1997). Programa de Pós-graduação em Geografia. Tese de Doutorado. Presidente Pudente/ SP. Faculdade de Ciências e Tecnologia/ UNESP, 2002.

STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TAKAGI, M. 2006. A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: seus limites e desafios. Tese de doutorado, Campinas, IE/Unicamp.

TEIXEIRA, Maria Solange. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. Revista Política Públicas, São Luiz, 2009, v.13, n.2, p.255-264, jul./dez. 2009.

VALE, Eltern Campina. "Da aldeia da preguiça à ativa colmeia operária: o Processo de Constituição da Cidade-fábrica Rio Tinto - Parahyba do Norte (1917-1924)". 2008.

XAXÁ, YAGO. Biopolíticas e Bolsa Família: um experimento etnográfico na cidade de Rio Tinto, Paraíba. Dissertação em Antropologia. UFPB. Rio Tinto,2017.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.